

# **SUMÁRIO**

- ❖ **Relatório da Administração**
- ❖ **Relatório do Auditor Independente**
- ❖ **Balanço Patrimonial**
- ❖ **Demonstrações dos Resultados**
- ❖ **Demonstrações dos Resultados Abrangentes**
- ❖ **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**
- ❖ **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
- ❖ **Demonstrações dos Valores Adicionados**
- ❖ **Notas Explicativas da Administração**



# RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

## 2T2021

Comentários da administração para o período findo em 30 de junho 2021 comparado com o mesmo período de 2020.  
Valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

# Dados Gerais de Atendimento

## 1. Área de atuação

A Companhia opera em Sistemas de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgotos no Estado de Goiás atuando em 226 dos 246 municípios do estado nos quais 62 possuem Contrato de Programa e 164 Contratos de Concessão.

Contratos de Programa de Concessão	6M2021	1T2020	Part. na Receita %
Total de Municípios Atendidos	226	226	100%
Total de Municípios com contrato de programa	62	62	71,45%
Total de Municípios com contrato de concessão ativos	78	87	13,05%
Total de Municípios com contrato de concessão vencidos	86	77	15,50%

Tabela 01 - Área de atuação

## 2. Dados Gerais de Atendimento

Água - Indicadores Operacionais	Unid.	6M2021	6M2020	Var. (%)
População Atendida	Mil.	5.871	5.781	1,56%
Índice de Atendimento	%	97,50%	97,20%	0,31%
Ligações	Mil.	2.300	2.233	3,00%
Economias	Mil.	2.499	2.434	2,67%
Extensão de Rede	Km	31.518	30.550	3,17%
Esgoto- Indicadores Operacionais	Unid.	6M2021	6M2020	Var. (%)
População Atendida	Mil.	3.983	3.796	4,93%
Índice de Atendimento	%	66,10%	63,80%	3,61%
Índice de Atendimento (Tratado)	%	61,70%	59,50%	3,70%
Ligações	Mil.	1.304	1.233	5,76%
Economias	Mil.	1.471	1.400	5,07%
Extensão de Rede	Km	13.692	13.171	3,96%

Tabela 02 - Dados Gerais de Atendimento

Água - Indicadores Operacionais	Unid.	2T2021	2T2020	Var. %	6M2021	6M2020	Var. %
Volume Faturado	mil m <sup>3</sup>	71.079	66.612	6,71%	139.255	131.894	5,6%
Volume Produzido	mil m <sup>3</sup>	95.552	93.882	1,78%	194.580	189.092	2,9%
Esgoto - Indicadores Operacionais	mil m <sup>3</sup>	2T2021	1T2020	Var. %	6M2021	6M2020	Var. %
Volume Faturado	mil m <sup>3</sup>	44.559	40.920	8,89%	87.121	81.357	7,1%
Volume de Esgoto Tratado	mil m <sup>3</sup>	41.378	38.002	8,88%	80.930	75.425	7,3%

Tabela 03 - Volumes produzidos/faturados/tratados

# Dados Gerais de Atendimento

---

## 2.1 Sistema de Abastecimento de Água

Nos 6M2021 a Companhia ampliou sua atuação na prestação de serviços de abastecimento de água no estado de Goiás em relação à população atendida em 1,76% com índice de atendimento do serviço alcançando 97,50% da população. Houve um aumento do número de ligações faturadas de água da Companhia em 3% enquanto a extensão das redes de distribuição de água foi ampliada em 3,17%.

## 2.2. Sistema de Esgotamento Sanitário

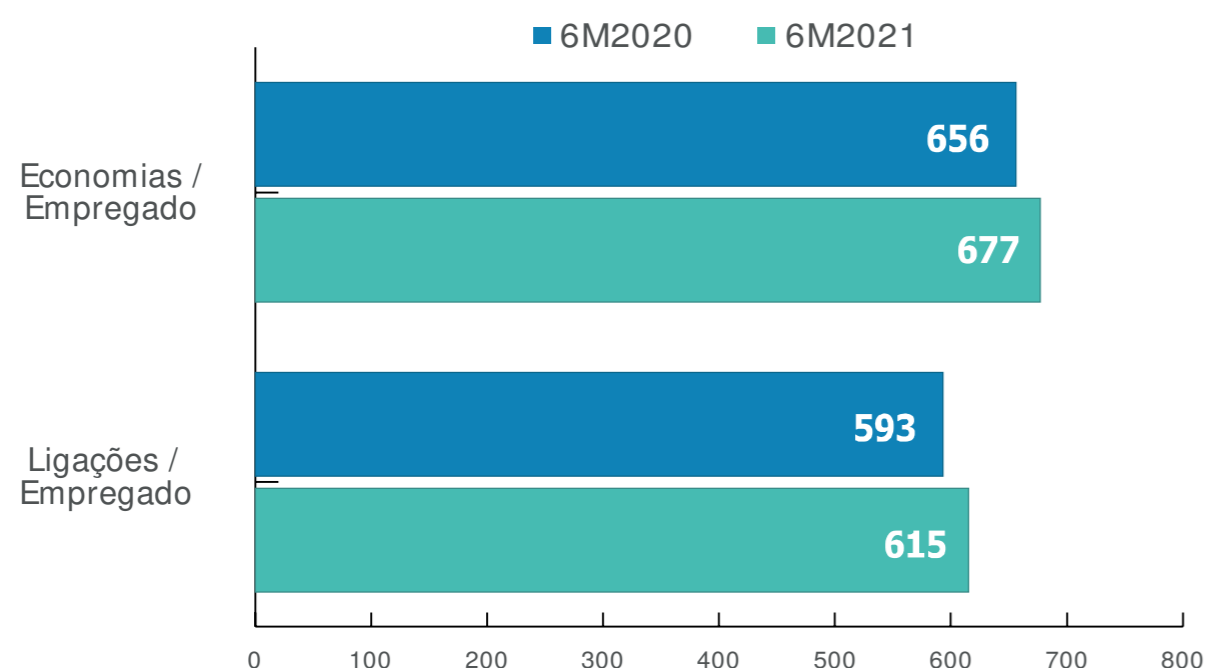
Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário também houve expansão, a população atendida aumentou, representando um crescimento de 4,93%. Este número representa um Índice de Atendimento de Esgoto de 66,10% do total da população atendida no Estado (municípios em que a Companhia detém concessão) no 6M2021. O número de ligações faturadas de esgoto representou um crescimento de 5,76%. Em relação ao volume faturado de esgoto houve aumento na ordem de 7,1%. Já o volume de esgoto tratado cresceu 7,3% também para o 6MT2021.

## 3. Indicadores de Desempenho

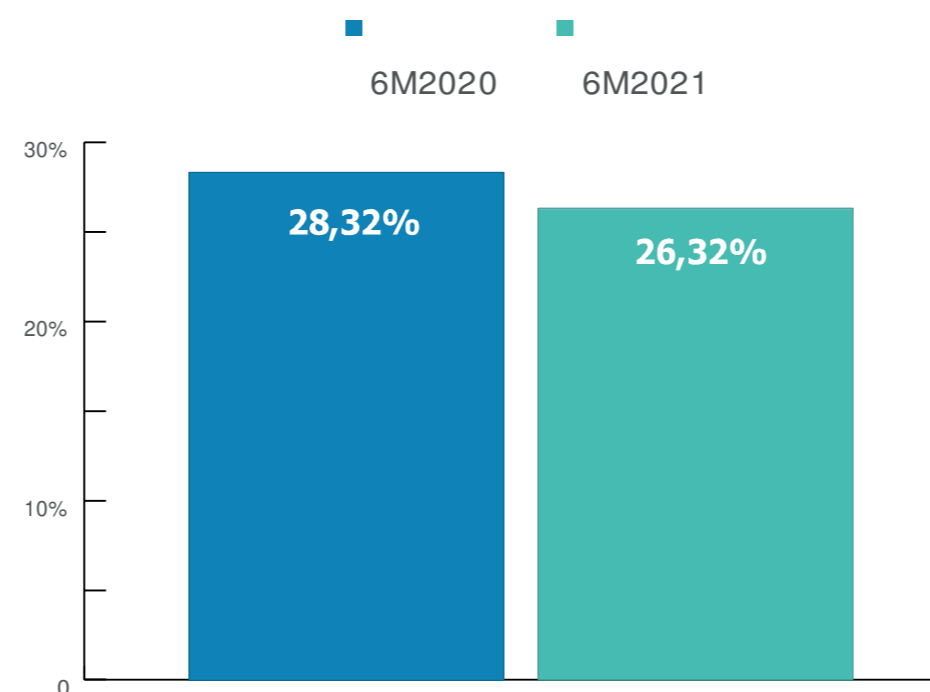
Em relação ao índice de produtividade do quadro de pessoal, medido pela relação de ligações (água + esgoto) por número de empregados, passou de 593 lig. /Emp. para 615 lig. /Emp., evidenciando melhoria na eficiência de 3,70%.



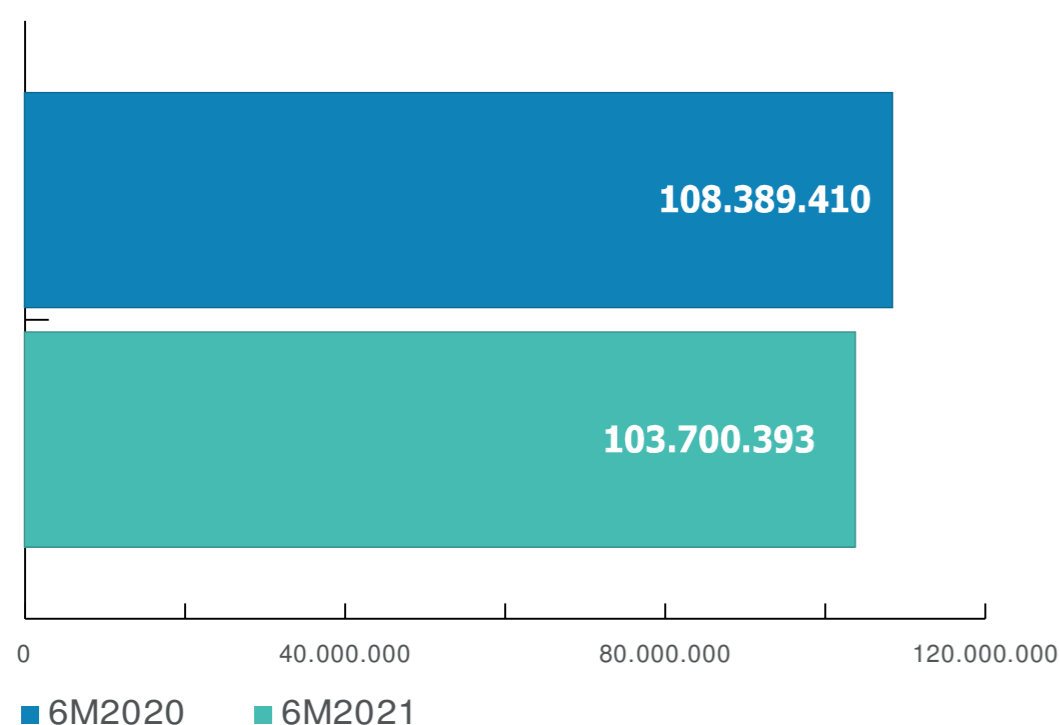
**Gráfico 01 - Desempenho por empregado**



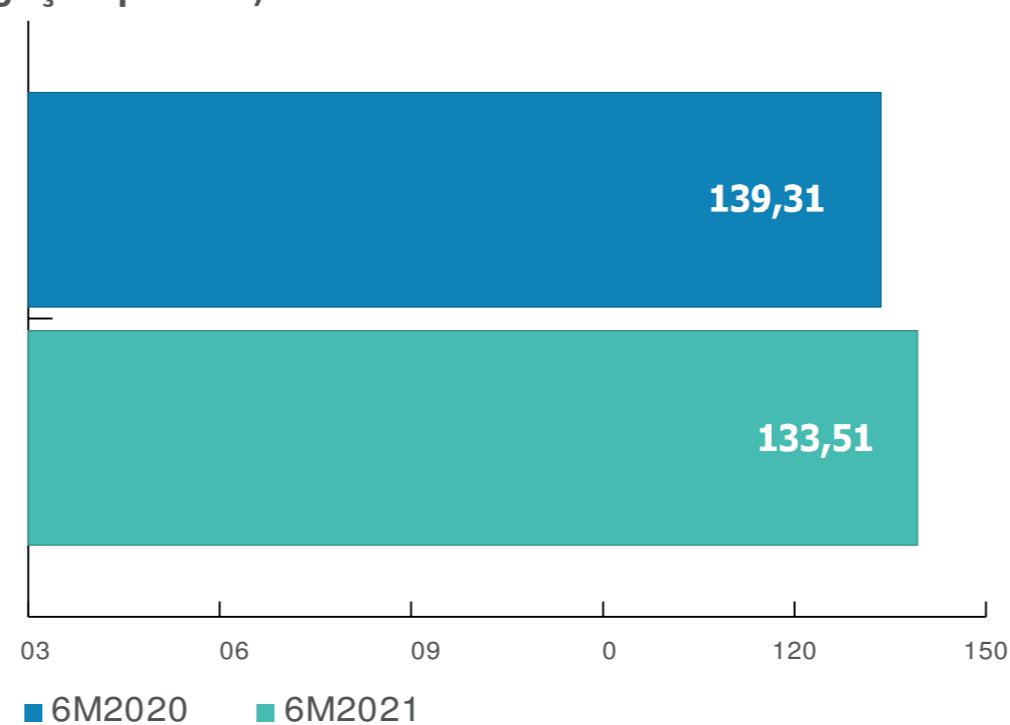
**Gráfico 02 - Índice de Perdas**



**Gráfico 03 - Perdas de água tratada em m³**



**Gráfico 04 - Índice de perdas por ligação (litros por ligação por dia)**



Destaca-se ainda a redução no índice de Perdas de Água Tratada alcançando um percentual de 26,32% nos 6M2021 ante 28,32% no 6M2020, uma redução de 7,06%. A Companhia implantou em 2020 e de forma contínua uma força tarefa priorizando o combate às perdas nos seus sistemas com ações que incluem a pesquisa de vazamentos por meio de uma haste de escuta, e substituição de ramais danificados. O projeto de implementação de medidores de tecnologia volumétrica e de renovação do parque de hidrômetros trata-se de um trabalho para a melhoria da qualidade de medição e para a diminuição de perdas, sendo realizado de março de 2020 a junho de 2021 a substituição de 225 mil hidrômetros. Esse montante representa 9,9% do parque de hidrômetros da Companhia, principalmente nos municípios de Anápolis e Goiânia.

# Investimentos

## 4. Investimentos

Os investimentos realizados no 2T2021 somaram R\$ 43.495, conforme Gráfico 5. Deste montante, 46,71% foram investidos em sistemas de abastecimento de água, enquanto que 35,71%, foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, o restante 17,58% foram investidos em programas de melhoria operacional, desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros. A redução do volume de investimentos foi provocada pelo insucesso de licitações no 2º semestre de 2020, motivadas principalmente pela alta dos preços de materiais da construção civil, um dos efeitos da Pandemia do COVID19. Dentro do Grupo "Outros" está aquisição de bens não destinados a Sistemas de Água e Esgoto como aquisição de veículos, computadores, construções de áreas administrativas, softwares e estoque de obras.

Gráfico 05 - Volume de Investimentos por sistema no 6M2021

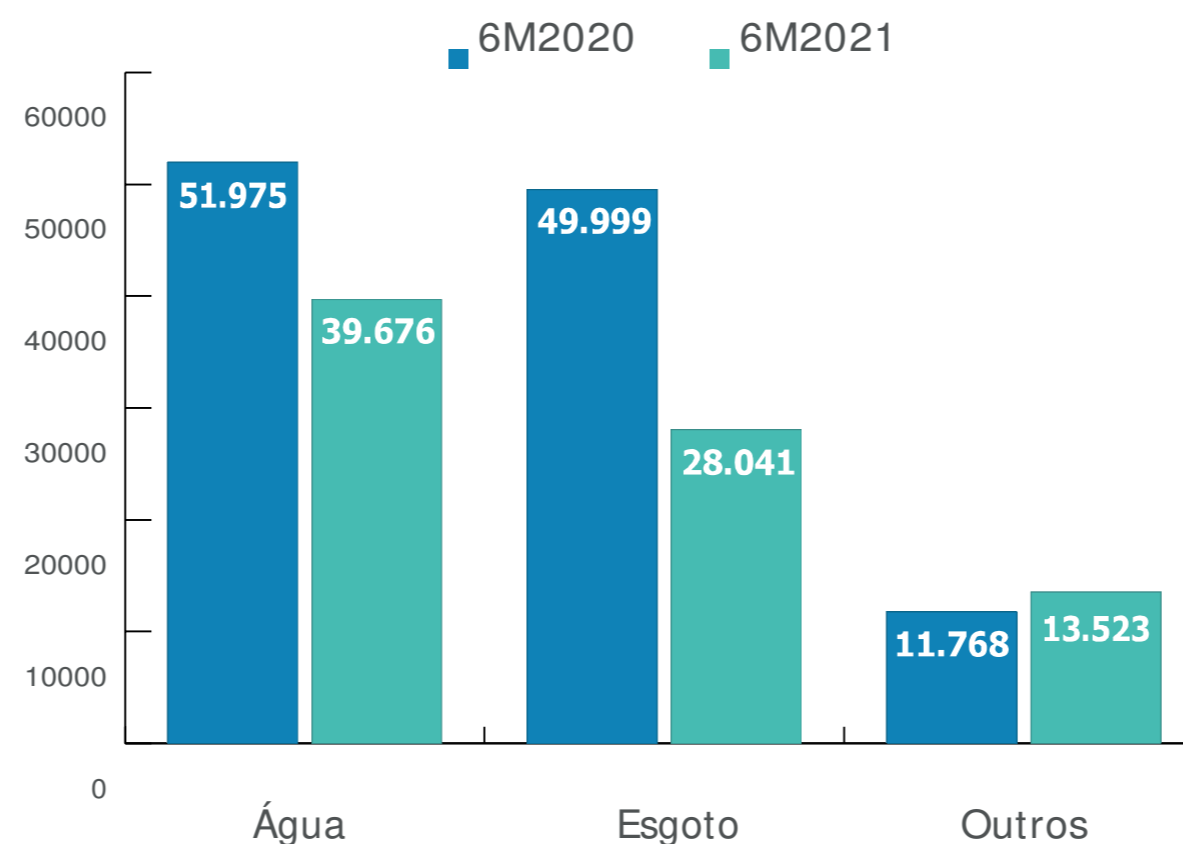
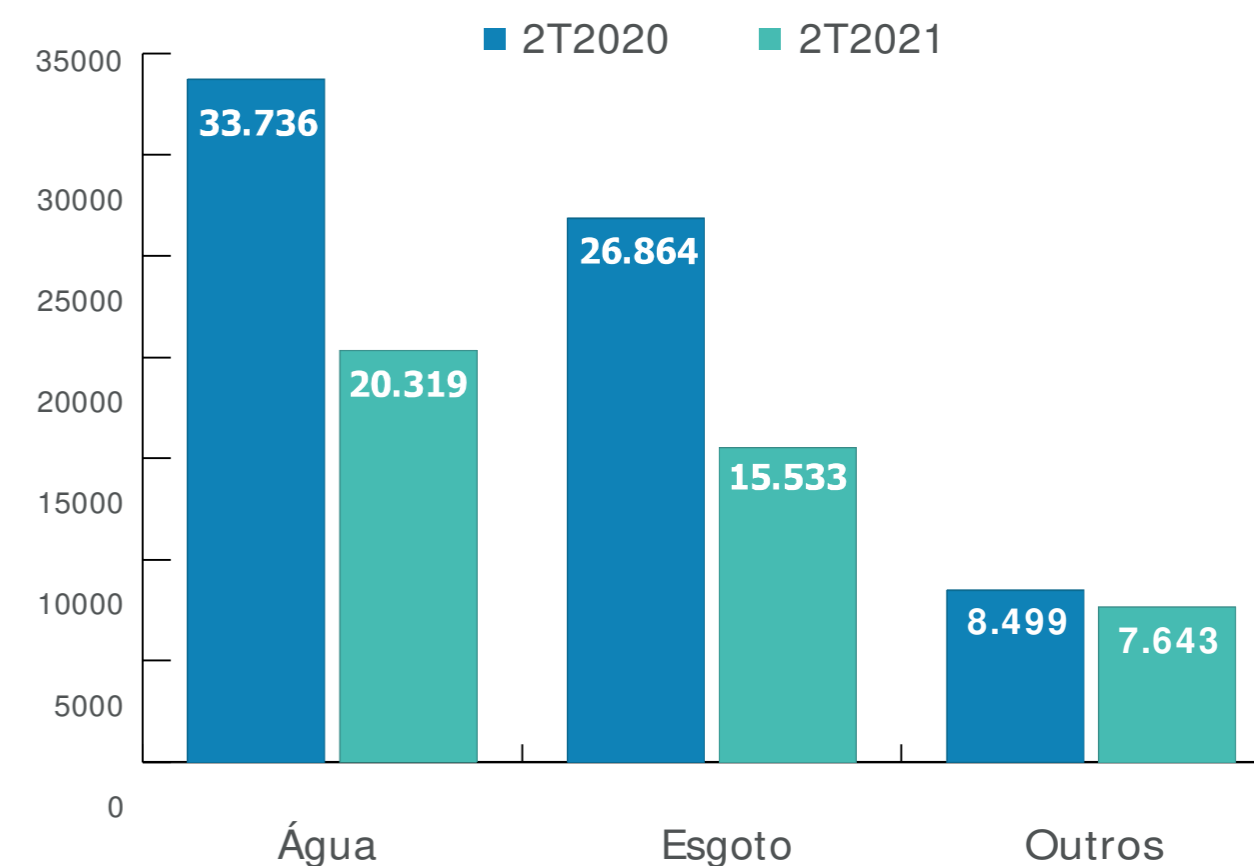


Gráfico 06 - Volume de Investimentos por sistema no 2T2021

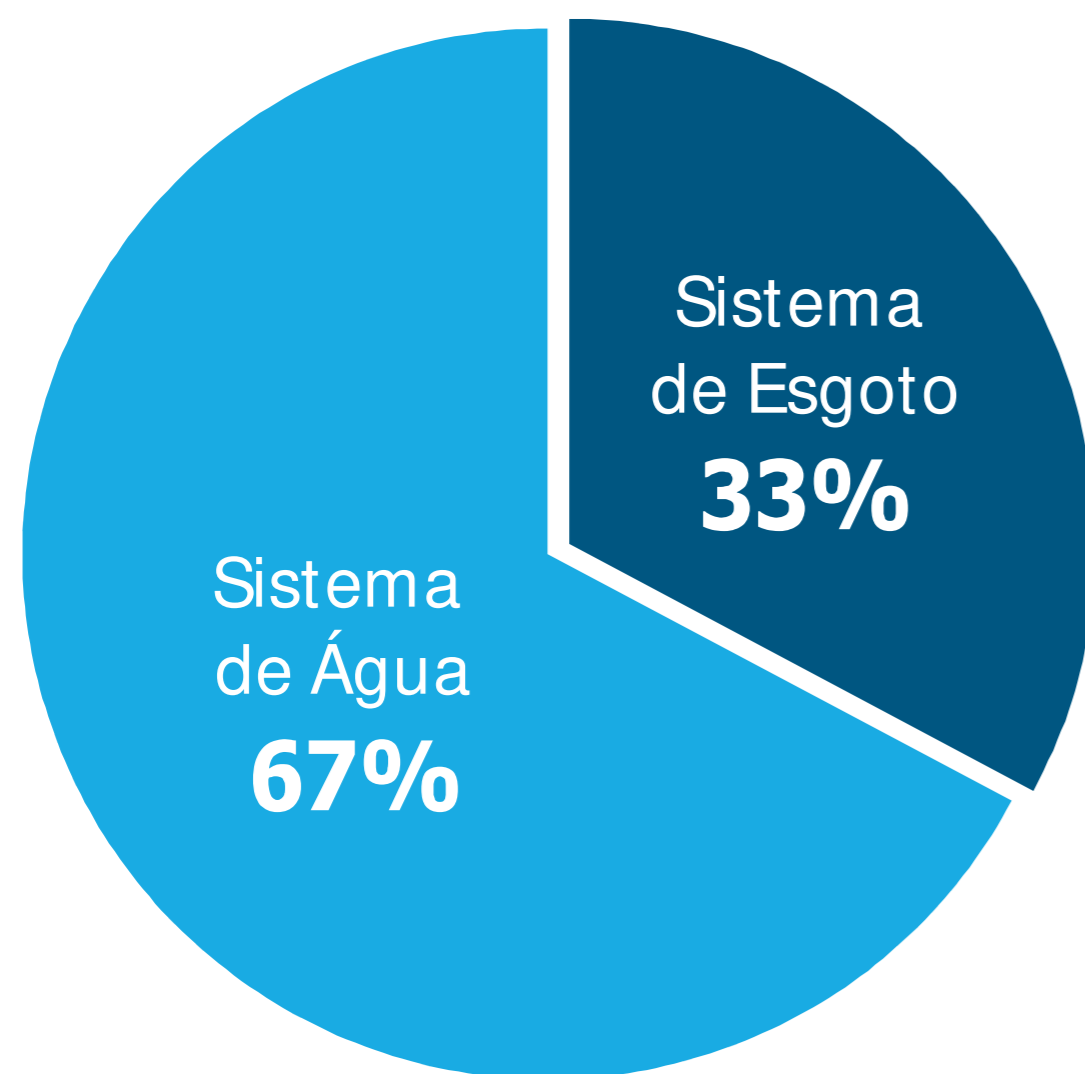


# Receita Bruta de Vendas

## 5. Receita Bruta de Vendas com Serviços de Água e Esgoto

Atualmente cerca de 67% das Receitas da Companhia são provenientes da exploração dos Sistemas de Água e 33% de Sistemas de Esgoto, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 07 - Segmentação Por Tipo de Sistema



RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO						
Receita por tipo de serviço	2T2021	2T2020	Var. %	6M2021	6M2020	Var. %
Água Residencial	302.703	286.010	5,84%	593.243	562.690	5,43%
Tarifa Social	1.040	1.059	-1,79%	2.048	2.136	-4,12%
Comercial	36.547	28.644	27,59%	71.999	65.904	9,25%
Industrial	9.429	7.853	20,07%	18.253	16.540	10,36%
Pública	18.278	16.067	13,76%	35.196	38.057	-7,52%
Receitas Indiretas de Serv.	2.760	2.475	11,52%	5.495	5.768	-4,73%
Tarifa Mínima Fixa	67.760	66.705	1,58%	135.383	134.761	0,46%
Receita a faturar	4.401	(312)	-1510,58%	(1.467)	(989)	48,33%
<b>Total Água</b>	<b>442.918</b>	<b>408.501</b>	<b>8,43%</b>	<b>860.150</b>	<b>824.867</b>	<b>4,28%</b>
Esgoto Residencial	144.715	135.438	6,85%	284.676	265.694	7,14%
Residencial Social	481	477	0,84%	946	942	0,42%
Comercial	28.376	23.532	20,58%	56.253	53.131	5,88%
Industrial	4.343	4.008	8,36%	8.578	8.305	3,29%
Pública	11.895	10.842	9,71%	23.334	24.706	-5,55%
Receitas Indiretas de Serv.	3.260	1.606	102,99%	5.964	11.190	-46,70%
Tarifa Mínima Fixa	23.182	22.349	3,73%	46.175	44.665	3,38%
Receita a faturar	1.144	(1.147)	-199,74%	(643)	(1.151)	-44,14%
<b>Total Esgoto</b>	<b>217.396</b>	<b>197.105</b>	<b>10,29%</b>	<b>425.284</b>	<b>407.482</b>	<b>4,37%</b>
<b>Receita Bruta Total (Água+ Esgoto)</b>	<b>660.314</b>	<b>605.606</b>	<b>9,03%</b>	<b>1.285.434</b>	<b>1.232.349</b>	<b>4,31%</b>
Deduções	(61.768)	(56.797)	8,75%	(120.315)	(115.942)	3,77%
<b>Receita de serviços de água e esgoto</b>	<b>598.546</b>	<b>548.809</b>	<b>9,06%</b>	<b>1.165.119</b>	<b>1.116.407</b>	<b>4,36%</b>

Tabela 4 - Receita de Serviços de Água e Esgoto

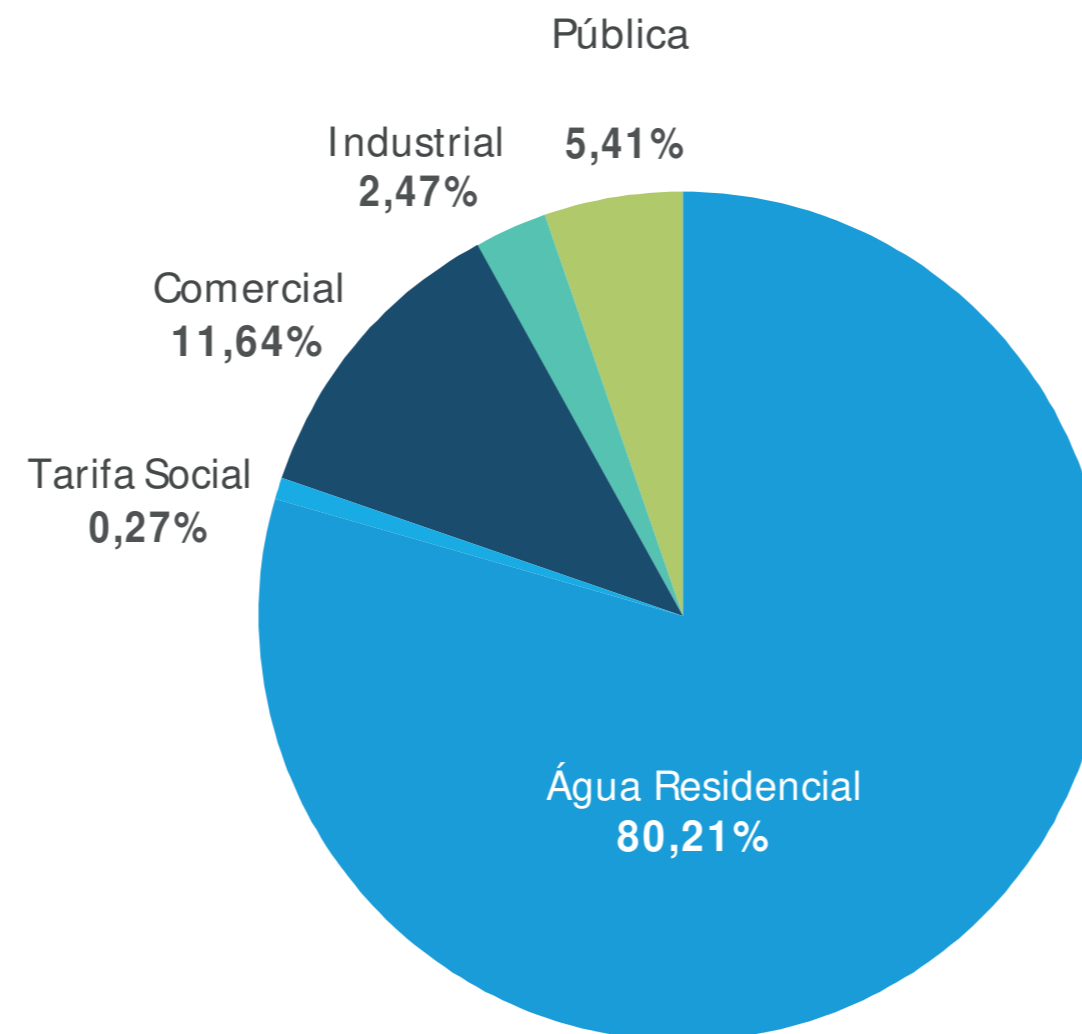
# Receita Bruta de Vendas

No 2T2021 a Companhia registrou elevação de 9,03% na receita bruta. Nesse período a Companhia expandiu suas ligações de água em 3% e de esgoto em 5,76%.

Em relação à variação do 2T2021, além da expansão dos sistemas, destaca-se a retomada das atividades econômicas no estado devido às gradativas reduções nas restrições impostas em razão da Pandemia do Coronavírus, com elevação do consumo das categorias comercial em 27,59% e industrial em 20%. Já a categoria pública teve uma leve elevação no consumo, mas, ainda foi inferior às demais em razão da não retomada das aulas presenciais na rede pública.

Em relação a segmentação de clientes, a categoria residencial manteve a participação de 80,21% da receita operacional total dos serviços prestados, superior média se comparado a períodos anteriores, uma vez que houve transferência do consumo para essa categoria em decorrência da pandemia. As categorias comercial e pública representam 11,64% e 5,41%, respectivamente.

Gráfico 08 - Segmentação por categoria de clientes



## Principais variações e causas das observações apontadas na Tabela 4 para o 2T2021 / 6M2021

### 5.1 Receitas de abastecimento de Água

A receita total de abastecimento de água apresentou uma elevação de 8,43% no 2T2021. Essa variação

reflete a expansão da carteira de clientes conforme evolução das ligações de água em 3%. O percentual de variação elevado no 2T2021 ocorre em razão da comparação com o período de 2020 entre os meses de abril a junho impactados pelas restrições acentuadas à circulação. Na análise acumulada leva-se em conta os meses de janeiro a março de 2020 antes da pandemia.

### 5.2 Receitas de Esgotamento Sanitário

A receita total de esgotamento sanitário apresentou uma elevação de 10,29% no 2T2021. Essa variação reflete a expansão da carteira de clientes conforme evolução das ligações de esgoto em 5,76%. O percentual de variação elevado no 2T2021 ocorre em razão da comparação com o período de 2020 entre os meses de abril a junho impactados pelas restrições acentuadas à circulação. Na análise acumulada leva-se em conta os meses de janeiro a março de 2020 antes da pandemia.



# Desempenho do Resultado Financeiro

Desempenho do Resultado Financeiro	2T2021	2T2020	Var.%	6M2021	6M2020	Var.%
<b>Receita Total Líquida(+)</b>	<b>601.610</b>	<b>551.500</b>	<b>9,09%</b>	<b>1.170.941</b>	<b>1.121.829</b>	<b>4,38%</b>
Pessoal (-)	(262.237)	(244.973)	7,05%	(519.680)	(491.328)	5,77%
Material (-)	(19.433)	(24.174)	-19,61%	(40.582)	(47.123)	-13,88%
Terceiros (-)	(47.464)	(45.218)	4,97%	(101.918)	(89.176)	14,29%
Energia Elétrica (-)	(55.955)	(51.860)	7,90%	(108.493)	(102.579)	5,77%
Gerais (-)	(13.647)	(3.407)	300,56%	(17.926)	(8.206)	118,45%
Remuneração de Concessão (-)	(18.343)	(17.875)	2,62%	(36.212)	(36.383)	-0,47%
Despesas Tributárias (-)	(7.479)	(6.836)	9,41%	(13.200)	(11.571)	14,08%
Provisões/Reversões (-)	(9.212)	(3.630)	153,77%	(114.743)	(39.977)	187,02%
Outras Receitas / Despesas (-)	4.415	924	377,81%	3.180	(6.108)	-152,06%
Amortização / Depreciação (-)	(29.665)	(30.062)	-1,32%	(59.392)	(58.844)	0,93%
Total de custos e despesas (=)	(459.020)	(427.111)	7,47%	(1.008.966)	(891.295)	13,20%
Resultado Financeiro (-)	16.641	(15.834)	-205,10%	11.698	(50.649)	-123,10%
IRPJ e CSLL Corrente/Diferido (-)	(45.281)	(37.247)	21,57%	(49.873)	(60.301)	-17,29%
Lucro Líquido (=)	113.949	71.309	59,80%	123.800	119.584	3,53%
EBTIDA	172.254	154.451	11,53%	221.367	289.378	-23,50%
Margem EBTIDA	28,63%	28,01%	2,24%	18,91%	25,79%	-26,70%
EBTIDA Ajustado	181.466	158.082	14,79%	336.110	329.355	2,05%
Margem EBTIDA Ajustado	30,16%	28,66%	5,23%	28,70%	29,36%	-2,23%

Tabela 05 - Desempenho do Resultado Financeiro

# Desempenho do Resultado Financeiro

## 6.1 EBITDA

O EBITDA da companhia alcançou R\$ 172.254 no 2T2021 frente aos R\$ 154.451 registrado no mesmo período do ano anterior, perfazendo uma elevação de 11,53% em relação ao 2T2020, impactado principalmente pela elevação de 9,09% na receita. Na análise acumulada a variação foi negativa em 23,5%, sendo nos 6M2021 um montante de R\$ 221.367 essencialmente impactado pela constituição de provisão para contingências cíveis na ordem de R\$ 106 milhões no 1T2021, conforme detalhamento no item 6.5.8.

A relação entre o EBITDA sobre o faturamento líquido no 2T2021 foi de 28,63% frente 28,01% apurados no mesmo período do ano anterior. A elevação da receita teve impacto inferior na margem em razão principalmente da elevação das despesas gerais ocasionado em razão de pagamento de indenizações, conforme detalhamento no item 6.5.5.

Reconciliação do EBITDA Ajustado	2T2021	2T2020	Var. %	6M2021	6M2020	Var. %
Lucro Líquido (+)	113.949	71.309	59,80%	123.800	119.584	3,53%
Resultado Financeiro (+)	(16.641)	15.834	-205,10%	(11.698)	50.649	-123,10%
IRPJ e CSLL Corrente/Diferido (+)	45.281	37.247	21,57%	49.873	60.301	-17,29%
Amortização / Depreciação (+)	29.665	30.062	-1,32%	59.392	58.844	0,93%
Provisões/Reversões (+)	9.212	3.630	153,77%	114.743	39.977	187,02%
<b>Ebtida Ajustado</b>	<b>181.466</b>	<b>158.082</b>	<b>14,79%</b>	<b>336.110</b>	<b>329.355</b>	<b>2,05%</b>

Tabela 06 - Reconciliação do EBITDA ajustado:

## 6.2 EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado, calculado desconsiderando as Provisões/Reversões/Perdas e Recuperação de Créditos contábeis que comprovadamente não tenham efeito caixa, conforme descrito na tabela 6, foi mensurado para o 2T2021 no valor de R\$ 181.466 representando uma elevação de 14,79% frente ao mesmo período do exercício anterior, essa variação reflete a elevação da receita líquida em 9,09%.

## 6.3 Margem EBITDA Ajustado

A relação entre o EBITDA Ajustado sobre o faturamento líquido (margem EBITDA ajustado) no 2T2021 foi de 30,16% frente os 28,66% apurados no mesmo período do ano anterior. Conforme mencionado anteriormente, essa elevação é reflexo do aumento da receita em 9,09%, superando as elevações de custos e despesa. Essa variação de receita identificada para os meses de abril a junho ocorre em razão da retomada das atividades comerciais ocorrida em 2021 frente a um período mais restritivo desses meses em 2020.

# Desempenho do Resultado Financeiro

## 6.4 Custos e Despesas

### 6.4.1 Pessoal

O gasto apurado com pessoal no 2T2021 totalizou R\$ 262.237, representando uma elevação de 7,05% em relação ao mesmo período em 2020. Essa elevação reflete primeiramente a elevação dos salários realizada em setembro de 2020 na ordem de 2,05%, além das progressões das carreiras.

### 6.4.2 Material

Os gastos com materiais apresentaram redução de 19,61% no 2T2021. Essa variação ocorreu principalmente pela redução de 48%, cerca de R\$ 3.607 mil relativo a materiais de manutenção do sistema ocasionado pela imobilização de valores referentes a manutenções em bombas quando ocasionado aumento da vida útil. Além disso, houve redução na ordem de 81%, um montante de R\$ 1.988mil nos gastos com EPI, visto que neste período de 2020 houve grande aquisição de materiais como máscaras e luvas em razão da pandemia do Coronavírus.

### 6.5.3 Energia Elétrica

O custo com energia elétrica totalizou no 2T2021 R\$ 55.955, uma elevação de 7,9% ante 2020. Essa alteração é reflexo do reajuste tarifário da energia elétrica em outubro de 2020 em percentual médio de 4,28%. Não obstante, há também reflexo da desoneração relativa ao decreto nº 9.642/2018 que revogou o desconto de 15% sobre o valor da fatura que a empresa possuía. Esse desconto vem sendo suprimido gradualmente nos meses de outubro de cada ano e, em outubro de 2020 houve a supressão de mais 3% desse desconto.

### 6.5.4 Serviços de terceiros

Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação em 4,97% no 2T2021 e de 14,29% nos 6M2021. A principal variação está na conta de Serviços de Manutenção no Sistema que saiu de R\$ 10.170 milhões nos 6M2020 para R\$ 17.586 nos 6M2021. Essa elevação refere-se principalmente ao provisionamento de R\$ 6.210 referente a reposições asfálticas no município de Goiânia relativo a

obras e manutenções na rede. Outro fator da elevação foi a implantação do Sistema de Almoxarifado Virtual no qual a Companhia contratou serviço de gerenciamento logístico responsável pela aquisição de materiais e entrega dos suprimentos nos diversos escritórios da Companhia. Essa contratação visa no longo prazo reduzir custos com armazenamento e transporte, bem como garantir a disponibilidade constante de materiais. Nos 6M2021 foi gasto com esse serviço um total de R\$ 4.428mil.

### 6.5.5 Gerais

Os gastos com despesas gerais tiveram elevação de 300% no 2T2021. Essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de indenizações a terceiros que chegou a R\$ 8.184 ante R\$ 141 mil em 2020. O principal impacto foi o pagamento de R\$ 6.825 milhões referente a uma multa junto ao Min. Público de Goiás mediante acordo em ação que questionava a cobrança de Hidrômetros pela Saneago

# Desempenho do Resultado Financeiro

## 6.5.6 – Remuneração de Concessão/ Contratual

Os valores pagos às prefeituras em razão de contratos de concessão e programa passam a ter nova metodologia de cálculo prevista nos contratos assinados. No 2T2021 registrou-se variação de 2,62%.

## 6.5.7 – Provisão/ Reversão/ Perdas/ Recuperação de Créditos Prescritos:

Reversões (-) Provisões Líquidas	2T2021	2T2020	Var.%	6M2021	6M2020	Var.%
Perdas Créditos Prescritos	(14.419)	(21.520)	-33,00%	(29.737)	(35.692)	-16,68%
Provisão para Contingências	7.912	1.164	579,73%	(103.589)	(4.650)	2127,72%
Perdas Estimadas Liquidação Duvidosa	(1.619)	7.269	-122,27%	3.383	(6.880)	-149,17%
Provisão para Perdas/ Estoque	(1.086)	9.457	-111,48%	15.200	3.495	334,91%
Perdas estimadas em obras	-	-	-	-	3.750	-100,00%
<b>Provisões/ Reversões/ Perdas e Rec. Créditos</b>	<b>(9.212)</b>	<b>(3.630)</b>	<b>153,77%</b>	<b>(114.743)</b>	<b>(80.991)</b>	<b>41,67%</b>

Tabela 07- Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos

De acordo com a tabela supracitada, identifica-se uma elevação de 153% no saldo entre reversões e provisões do 2T2021, enquanto nos 6M2021 essa variação foi de 41,67%. As principais variações foram: a) aumento da provisão com contingências cíveis com o município de Minaçu referente a uma ação ambiental reclassificada perda possível para perda remota no trimestre, e novas contingências trabalhistas que somaram cerca de R\$ 106 milhões, ambas detalhada no item 25 das notas explicativas; b) reversão de provisão com perda de estoques no valor de R\$ 15.200 em razão da revisão da estimativa de perda de itens sem movimentação; e c) reversão das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa que no 6M2020 era um saldo credor de R\$ 6.880 para R\$ 3.383 nos 6M2021, sendo essa variação motivada pela retomada da atividade de corte em clientes inadimplentes a partir de janeiro/ 2021, ocasionando aumento das negociações para quitação ode débitos junto a Companhia.



# Desempenho do Resultado Financeiro

## 6.5.8 – Resultado Financeiro Líquido:

Refletem os resultados relativos aos rendimentos de aplicações financeiras, receitas com variações monetárias e outros valores a receber, despesas com juros sobre operações de empréstimos e financiamentos, bem como despesas com multas e juros moratórios e descontos concedidos. O resultado apresentado no 2T2021 apresentou recuo em 205%. Esse recuo reflete o resultado da variação cambial sobre empréstimos cotados em dólar que variou na ordem de 313% no 2T2021. Não obstante, verificou-se redução de R\$ 2.746 em juros de financiamentos que saíram de R\$ 21.008 no 2T2020 para R\$ 23.754 no 2T2021, bem como o impac-

to da elevação das receitas com juros e multas em R\$ 9.707, 75,4%, ocorrida no 2T2021, oriundos de recebimentos de clientes em razão da retomada do corte do serviço para inadimplentes, ocasionando uma elevação dos acordos realizados para adimplimento de débitos junto à Companhia.

**6.6 Lucro Líquido/ Prejuízo** – A Companhia registrou lucro de R\$ 113.949 neste 2T2021, superior ao de 2T2020 em 59,80%. Essa elevação ocorreu principalmente pela elevação da receita líquida em 9,09% além da redução do resultado financeiro líquido em 205%.

Receitas e despesas Financeiras Líquidas						
Descrição	2T2021	2T2020	Var.%	6M2021	6M2020	Var.%
Juros/Multas	19.797	10.090	96,2%	40.261	22.951	75,4%
Correção Monetária	8.565	3.890	120,2%	16.259	8.504	91,2%
Ajuste a Valor Presente	(491)	441	-211,3%	(785)	664	-
<b>Total de Receitas Financeiras</b>	<b>27.871</b>	<b>14.421</b>	<b>93,3%</b>	<b>55.735</b>	<b>32.119</b>	<b>73,5%</b>
Juros / Encargos e Outras Despesas	(21.008)	(23.754)	-11,6%	(43.095)	(51.072)	-15,6%
Correção Monetária	(747)	(287)	160,3%	(1.138)	(573)	98,6%
Variação Cambial	11.821	(5.544)	-313,2%	2.788	(29.629)	-109,4%
PI/COFINS s/ Receita Financeira	(1.296)	(670)	-	(2.592)	(1.494)	-
<b>Total de Despesas financeiras</b>	<b>(11.230)</b>	<b>(30.255)</b>	<b>-62,9%</b>	<b>(44.037)</b>	<b>(82.768)</b>	<b>-46,8%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>16.641</b>	<b>(15.834)</b>	<b>-205,1%</b>	<b>11.698</b>	<b>(50.649)</b>	<b>-123,1%</b>

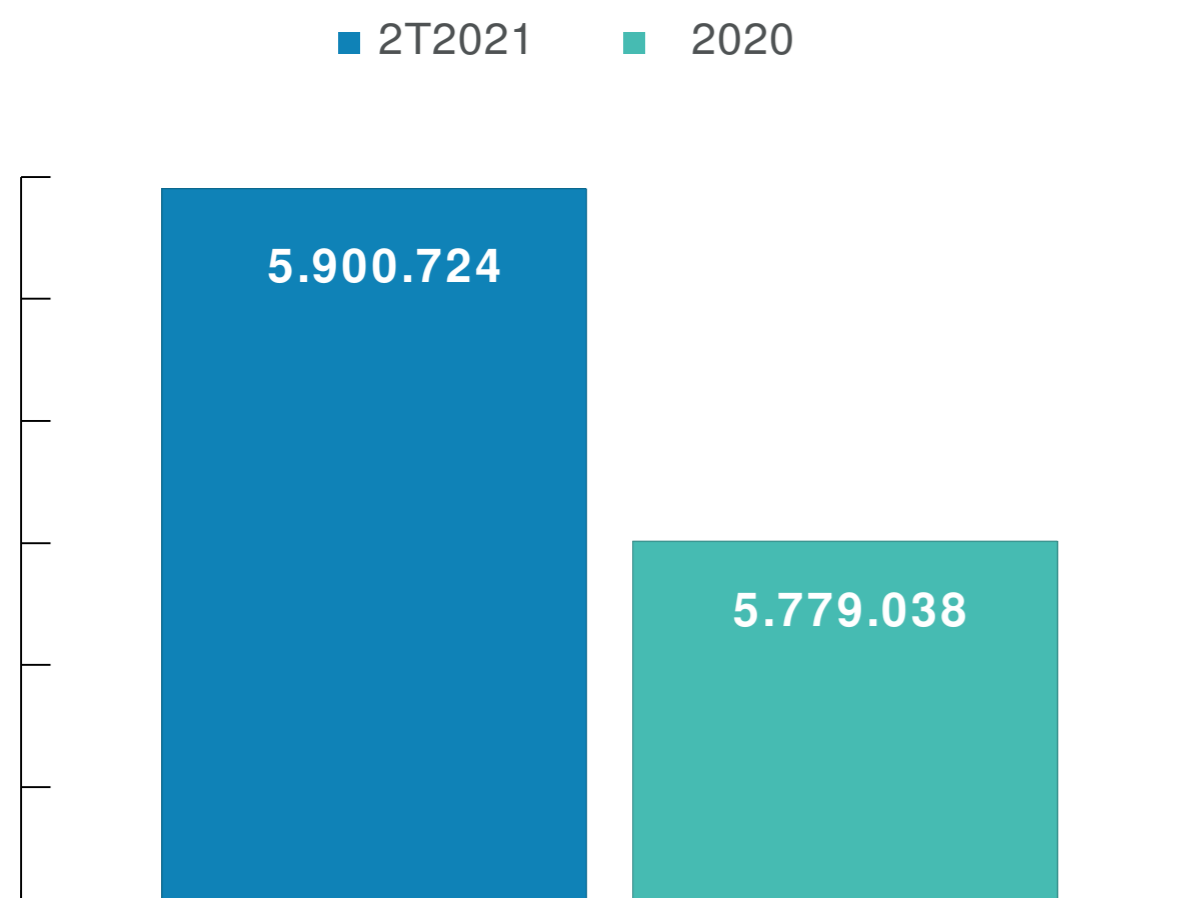
Tabela 08 - Receitas e despesas financeiras líquidas

# Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

## 7. Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Na análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia, procuramos discorrer sobre as rubricas que se entendem materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial no período correspondente ao 2T2021 em comparação com o encerramento do exercício anterior.

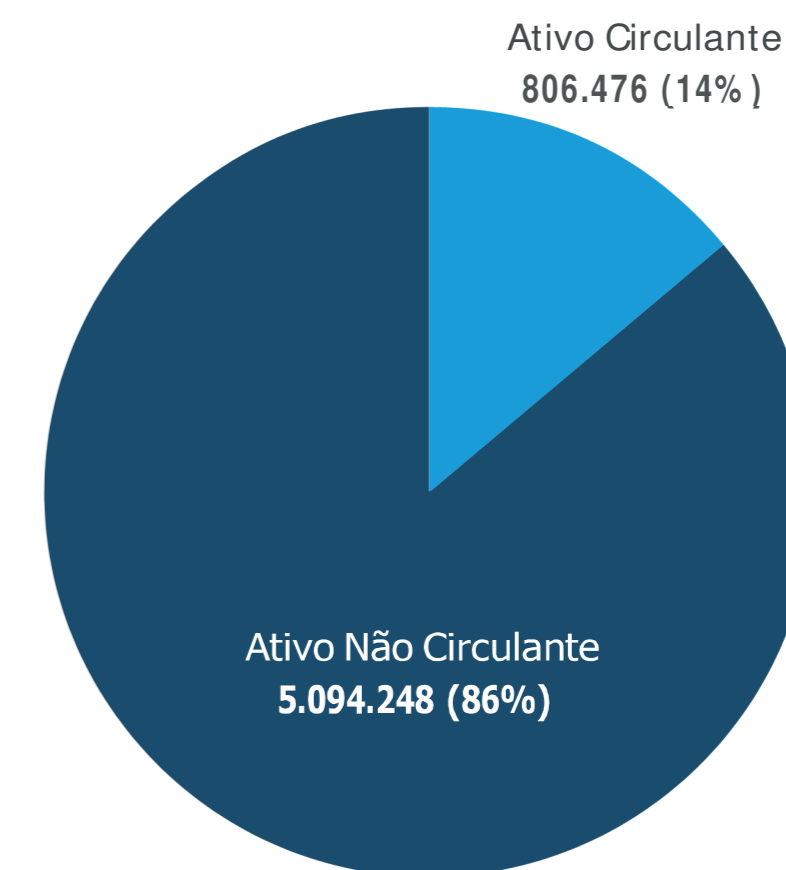
Gráfico 09 – Evolução do Ativo Total



No 2T2021 as principais alterações da estrutura patrimonial ocorreram nas rubricas do ativo circulante que foi acrescido em 4,90%, ao passo que o passivo circulante apresentou redução na ordem de 3,7%. Dessa forma, houve uma elevação na liquidez corrente, que passou de 1,101 no encerramento do exercício de 2020 em comparação a 1,1993 no fechamento do 2T2021, essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de Dividendos previstos em R\$ 79.884 no passivo. Além disso, houve também diminuição de capital de terceiros de 87,77% no encerramento do exercício de 2020 em comparação a 86,02% no fechamento do 2T2021.

## 7.1 - Ativo

Gráfico 10 – Evolução do Ativo Total



### 7.1.1 Ativo Circulante

### 7.1.2 Disponibilidades

As disponibilidades apresentaram uma elevação de R\$ 19.872, saindo de um caixa e equivalente de caixa na ordem de R\$ 168.144 no encerramento do exercício de 2020 em comparação a R\$ 188.016 no fechamento do 2T2021. Essa elevação reflete principalmente reembolsos recebidos junto à Caixa

# Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Econômica Federal (CEF) relativos a investimentos realizados em 2020 e arrecadação acima da média mensal de clientes do Setor Residencial e Comercial, no trimestre.

## 7.1.3 Estoques

A conta estoques apresentou elevação de R\$ 2.353 impactando em uma elevação de 4,66%.

## 7.2 Ativo não Circulante

### 7.2.1 Despesas Antecipadas

Essa rubrica apresentou recuo de R\$ 3.450 no 2T2021 saindo de R\$ 192.803 no fechamento do exercício de 2020 para R\$ 189.353. Essa rubrica refere-se à antecipação Remuneração de Concessão do Município de Anápolis e Goiânia em razão do encerramento antecipado do Contrato de Concessão e assinatura de um novo Contrato de Programa pelo prazo de 30 anos.

### 7.2.2. Intangível

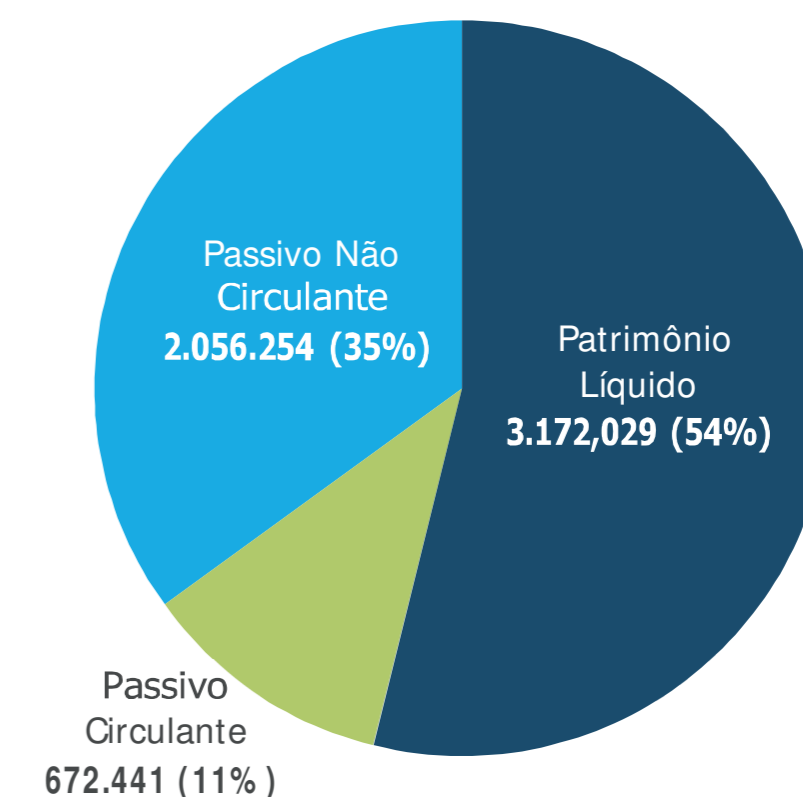
Em acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, a rubrica Intangível foi segregada em: Intangível, que contempla a rubrica Ativo de Contrato. O intangível, composto basicamente pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões municipais, teve um aumento de R\$ 3.939, o que representa uma variação de positiva de 0,14%.

### 7.2.3 Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Essa rubrica apresentou variação de 0,73% no fechamento do 2º trimestre de 2021 chegando a um saldo de R\$ 735.447.

## 7.3 Passivo

Gráfico 10 – Composição do Passivo + PL – 2T2021



# Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

## 7.3.1 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

A rubrica apresentou um saldo de R\$ 134.123 neste fechamento do 2T2021, contra R\$ 134.637 no fechamento do exercício de 2020, uma variação de -0,38%.

## 7.3.2 Debêntures

As Debêntures classificadas no Circulante apresentaram redução de R\$ 1.775 relativo a amortizações do período.

## 7.3.3 Arrendamento Mercantil

Essa rubrica refere-se à compatibilização dos registros da Companhia ao CPC 06 que trata da contabilização dos Arrendamentos Mercantis os quais, em caso de contratos de locação com prazo superior a 12 meses, devem ser reconhecidos como um Ativo de Direito de Uso tendo em contrapartida de Passivo de Arrendamento. No 2T2021 foi registrado, no curto prazo, um total de R\$ 15.930.

## 7.4 Passivo não Circulante

### 7.4.1 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Esta conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou recuo de 31,07% em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020. A redução da conta é decorrente da amortização das dívidas durante o 2T2021.

### 7.4.2 Debêntures

As Debêntures classificadas no Não-Circulante apresentaram redução de R\$ 56.803, referente a amortização da 4ª e 5ª emissão de debentures

### 7.4.3 Provisões para demandas Judiciais

Essa conta sofreu elevação de 71,14% chegando a R\$ 249.184. Esse crescimento ocorreu principalmente devido a contingências cíveis, principalmente a relativa ao município de Minaçu sobre tema ambiental e contingências trabalhistas, conforme discutidos no item 5.8 acima, que somaram cerca de R\$ 106.000, e conforme divulgado na explicativa 25 das demonstrações contábeis.

## 7.5 Patrimônio Líquido.

O patrimônio líquido, em razão do lucro apurado neste período, apresentou elevação na ordem de R\$ 94.397, ou seja, uma variação positiva de 3,63%.



# Marco Legal do Saneamento

## 8. Marco Legal do Saneamento - Lei nº 14.026/ 2020 e Decreto nº 10.710/ 2021

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020, que alterou a Lei nº 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007, Marco Nacional do Saneamento Básico. Dentre as alterações promovidas, foram criadas atribuições para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, que passa a traçar as diretrizes regulatórias em saneamento em âmbito nacional. Foram implementadas, também, regras para a regionalização dos serviços, bem como a definição de metas de universalização dos serviços em 99% para atendimento de água e 90% para esgotamento sanitário até o ano de 2033. Os contratos que não contemplem estas metas devem ser aditados até 31 de março de 2022. Além disso, as prestadoras estatais deverão comprovar capacidade econômico-financeira para cumprirem com os contratos, segundo a metodologia definida por meio do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, que regulamentou o art. 10-B da Lei nº 11.445/2007.

Visando ao atendimento desta determinação, a Companhia está em vias de contratação de auditoria e consultoria especializada para atuar nas comprovações exigidas pelo Decreto Federal nº 10.710, de 31 de maio de 2021.

Em relação a regionalização trazida pela nova legislação, o Estado tinha a obrigação de promover a regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo os 246 municípios, até a data limite de 15 de julho de 2021, sob pena de a União a fazer.

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) realizou nos dias 12 e 13 de julho, nas cidades de Anápolis e Goiânia, audiências públicas para apresentação da proposta de regionalização dos serviços de saneamento básico para o Estado de Goiás. O Projeto de Lei Complementar (PLC) em discussão institui as microrregiões de saneamento básico do Centro-Oeste e Centro-Leste no Estado e suas respectivas estruturas de governança.

O processo de regionalização foi protocolado pelo estado de Goiás junto a Assembleia Legislativa em 15 de julho de 2021 ao qual será objeto de debates pelos Deputados Estaduais.

Dessa forma, a Companhia tem se adaptado institucionalmente para este novo cenário. Dentre as ações empreendidas para essa adaptação, destacam-se a criação de unidade especializada para coordenar processos para a participação em procedimentos licitatórios e para o cumprimento de suas obrigações de modo mais eficiente; aditamento dos contratos para adaptá-los às metas estabelecidas na nova lei; reforma de sua lei de criação (Lei Estadual nº 6.680/1967), a fim de garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias e constituição de sociedade de propósito específico, subsidiárias de âmbito local e fundos.

# Classificação De Risco (Rating)

A Fitch Rating elevou, em 25 de março de 2021, o Rating Nacional de Longo Prazo da Saneamento de Goiás S.A (“Corporativo”) e de suas emissões de debêntures para ‘A+ (bra)’, com perspectiva estável.

Em relação ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago Infraestrutura IV (“FIDC IV”) a Fitch elevou, em 24 de março de 2021, o rating em ‘AAAsf(bra)’, com perspectiva estável. O Rating do FIDC reflete a perspectiva do Rating corporativo e leva em consideração a performance da operação.

De acordo com a Fitch, a elevação do rating “refletiu o desempenho operacional e financeiro da Saneago, que ficou acima das estimativas iniciais da Fitch”.

Em 28 de junho de 2021, a Fitch atribuiu o Rating ‘A+ (bra)’ à Proposta de 9ª Emissão de Debêntures da Saneago, com vencimento final em cinco anos. Os recursos da proposta de emissão, no montante de até R\$250 milhões, serão usados, principalmente, para reforço de liquidez.

A relação completa das classificações encontra-se descrita na Tabela 11 abaixo.

Rating	Classificação Fitch	Perspectiva	Último Relatório
Corporativo e Emissões de Debêntures (4º, 5º, 6º e 8º)	A+ (bra)	Estável	15/03/2021
Proposta da 9ª Emissão de Debêntures	A+ (bra)	Estável	28/06/2021
FIDC IV	AAAsf(bra)	Estável	24/03/2021

Tabela 09 - Ratings Saneago S.A.

# Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ESG)

Considerando a crescente preocupação do mercado pelas melhores práticas corporativas em relação aos temas ambientais, sociais e de governança (também conhecido como Environmental, Social and Governance - ESG) foi constituído em 27 de novembro de 2020 um comitê executivo responsável pela estratégia, diretrizes e demais agendas de sustentabilidade da Companhia.

A adoção de práticas ESG tem como norte os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, definidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, e demonstra a preocupação da Companhia em promover a geração de valor aliada ao desenvolvimento sustentável. Assim, a Companhia tem atuado na redução dos impactos ambientais gerados por sua atividade-fim, no desenvolvimento de projetos socioambientais e de governança, na promoção da saúde pública e do bem estar social, dentre outras ações visando manter seus processos, aspectos e impactos sobre controle, caracterizando-a como uma empresa sustentável.

Buscando reforçar o seu compromisso com o tema, que é um valor organizacional, a Companhia segue implementando e aprimorando diversas ações com o objetivo de fortalecer sua comunicação e garantir a evolução dos ESG dentro e fora da Saneago.

Entre as ações e iniciativas adotadas, destacam-se:

- Criação do Comitê de Sustentabilidade;
- Criação do Comitê para Questões da Mulher e Diversidade;
- Inclusão de cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores;
- Elaboração da Política de Sustentabilidade;
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia;
- Revisão dos gargalos na Companhia que levam a reincidência de ações judiciais em decorrência da ausência de atenção aos fatores ESG;
- Atualização dos documentos normativos da Companhia em atendimento as boas práticas de ESG;
- Contratação de uma empresa especializada na consultoria para elaboração do Relatório de Sustentabilidade;

- Levantamento e Identificação dos Riscos ESG na Companhia, alinhando com o Planejamento Estratégico;
- Incorporação de indicadores para medir os impactos da Companhia e analisar seu desempenho com relação aos ODS;
- Criação de um programa de Gestão de Ideias e Inovação;

Visando confirmar a sua atuação em prol de um mundo sustentável e a condução de suas atividades cotidianas em atendimento à Agenda 2030 (ODS), a Companhia tornou-se participante do Pacto Global da Organização das Nações Unidas.

A Saneago encontra-se cada vez mais preparada para atender às demandas do mercado, confirmando o seu propósito de contribuir para a construção de uma economia sustentável, priorizando a prosperidade do meio ambiente e a criação de valor compartilhado para investidores, colaboradores, parceiros de negócio e sociedade.

# Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, além de focar a gestão de seus negócios na preservação da liquidez financeira e continuidade das operações necessários ao enfrentamento da crise.

Nesse sentido com o objetivo de garantir a melhor prestação do serviço e minimizar os impactos à população ocasionados pela pandemia do coronavírus (COVID 19), a Companhia suspendeu os cortes de água para clientes inadimplentes em 19/03/2020 retomando em 04 de janeiro de 2021, exceto para clientes da categoria Residencial Social. Em 09 de abril de 2021 a

suspensão do corte foi ampliada para as demais categorias consideradas vulneráveis.

Dessa forma, até o presente momento, a Companhia não teve impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que, como todas as empresas, estão expostas a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado no futuro não será afetado por reflexos que a pandemia poderá provocar.

Com a implementação das medidas de contingências, em 30 de setembro de 2020, a Companhia atingiu uma posição de liquidez total em caixa e equivalente de caixa de R\$ 194.480 milhões, valor inferior ao apontado em 30 de junho de 2020 em razão dos pagamentos dos tributos e outros valores postergados.

Por fim, até o presente momento, a Companhia entende que as medidas de enfrentamento

implementadas se mostraram aderentes à mitigação da elevação da inadimplência bem como ao risco de liquidez de curto prazo, garantindo assim a liquidez necessária para cobrir as obrigações contratuais, além de proteger o fluxo de caixa e equilíbrio econômico financeiro da companhia.

A Administração





Saneamento de Goiás S. A  
Agosto/2021



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Saneamento de Goiás S.A - Saneago**  
Goiânia - GO

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Saneamento de Goiás S.A. (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21- Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias, respectivamente NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



## Outros assuntos

### Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 12 de agosto de 2021.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 GO 001837/F-4**

**Eduardo Affonso de Vasconcelos**  
**Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - GO**



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	188.016	168.144
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.889	-
Créditos a Receber de Usuários	6	502.530	490.455
Estoques	7	52.849	50.496
Tributos a Recuperar	8	19.087	18.550
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	9	36.364	30.309
Subdelegação	10	4.082	10.450
Outras Contas a Receber	11	1.659	414
		<b>806.476</b>	<b>768.818</b>
<b>Não Circulante</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	5	14.186	13.146
Créditos a Receber de Usuários	6	27.191	18.674
Despesas Antecipadas	9	189.353	192.803
Subdelegação	10	917.072	839.500
Depósitos Judiciais	12	22.199	16.069
Tributos Diferidos Ativos	13	108.211	115.401
		<b>1.278.212</b>	<b>1.195.593</b>
Investimentos	14	9	9
Imobilizado	15	352.758	360.583
Ativo de Contrato	16	735.447	730.152
Intangível	17	2.727.822	2.723.883
		<b>3.816.036</b>	<b>3.814.627</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.900.724</b>	<b>5.779.038</b>

	nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	-	100.243	118.057
Empréstimos e Financiamentos	18.a	134.123	134.637
Debêntures	18.b	131.634	133.409
Arrendamento Mercantil	18.d	15.930	14.837
Obrigações Trabalhistas	19	182.195	143.801
Obrigações Tributárias	20	34.395	33.813
Parcelamentos	21	1.643	5.252
Obrigações Contratuais	21.1	15.220	15.220
Adiantamento contratual	23	1.828	1.994
Outras Contas	24	25.821	15.729
Subdelegação	10	6	1.616
Dividendos e JCP a Pagar	27.f	29.403	79.884
		<b>672.441</b>	<b>698.249</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e Financiamentos	18.a	152.505	221.249
Debêntures	18.b	419.395	476.198
Arrendamento Mercantil	18.d	9.009	17.254
Obrigações Tributárias	20	6.862	7.314
Parcelamentos	21	14.493	14.931
Consórcios	22	47.504	48.480
Adiantamento Contratual	23	-	831
Provisão para Demandas Judiciais	25	249.185	145.596
Subdelegação	10	917.072	839.500
Subvenções PAC	17.1	203.027	194.602
Obrigações Atuariais	26	37.202	37.202
		<b>2.056.254</b>	<b>2.003.157</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	27.a	2.515.546	2.515.546
Reserva Legal	27.c	40.837	40.837
Reservas para Investimentos	27.d	606.885	512.487
Ajuste de Avaliação Patrimonial	27.e	33.314	33.315
Outros Resultados Abrangentes		(24.553)	(24.553)
		<b>3.172.029</b>	<b>3.077.632</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>5.900.724</b>	<b>5.779.038</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	Reapresentado 01/04/2020 a 30/06/2020	Reapresentado 01/01/2020 a 30/06/2020
<b>Receitas Líquidas</b>					
Receitas de Serviços de Água e Esgoto		598.546	1.165.119	548.808	1.116.407
Receitas de Construção		24.226	46.745	47.614	76.904
Receitas de Serviços Técnicos		789	1.272	417	872
Outorga Subdelegação		2.275	4.550	2.275	4.550
	28	<b>625.836</b>	<b>1.217.686</b>	<b>599.114</b>	<b>1.198.733</b>
<b>Custos</b>					
Custos dos Serviços		(269.553)	(545.083)	(264.001)	(517.400)
Custos de Construção		(24.226)	(46.745)	(47.614)	(76.904)
	29	<b>(293.779)</b>	<b>(591.828)</b>	<b>(311.615)</b>	<b>(594.304)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>332.057</b>	<b>625.858</b>	<b>287.499</b>	<b>604.429</b>
Despesas Administrativas	29	(108.856)	(205.394)	(89.958)	(186.270)
Despesas Comerciais	29	(68.336)	(133.726)	(63.610)	(129.969)
Despesas Tributárias		(7.479)	(13.200)	(6.836)	(11.571)
Provisões/Reversões - Perdas/Recup de Créditos	30	(9.213)	(114.743)	(3.630)	(39.977)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		4.416	3.180	925	(6.108)
		<b>(189.468)</b>	<b>(463.883)</b>	<b>(163.109)</b>	<b>(373.895)</b>
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>		<b>142.589</b>	<b>161.975</b>	<b>124.390</b>	<b>230.534</b>
Resultado Financeiro Líquido	31	16.641	11.698	(15.834)	(50.649)
<b>Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro</b>		<b>159.230</b>	<b>173.673</b>	<b>108.556</b>	<b>179.885</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(25.299)	(42.683)	(13.709)	(28.844)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	(19.982)	(7.190)	(23.538)	(31.457)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>113.949</b>	<b>123.800</b>	<b>71.309</b>	<b>119.584</b>
Lucro por Ação	27.g	0,04530	0,04921	0,02835	0,04754

*As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias*

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	Reapresentado 01/04/2020 a 30/06/2020	Reapresentado 01/01/2020 a 30/06/2020
<b>Resultado Líquido do Período</b>				
Lucro Líquido do Período	113.949	123.800	71.309	119.584
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Tributos Diferidos	-	1	1	4
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<u>113.949</u>	<u>123.801</u>	<u>71.310</u>	<u>119.588</u>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias*

## Saneamento de Goiás S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reservas para Investimentos	Ajuste de avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.515.546</b>	<b>24.020</b>	<b>272.836</b>	<b>33.319</b>	<b>(85.061)</b>	-	<b>2.760.660</b>
Lucro Líquido do Período (Reapresentado)	-	-	-	-	-	119.584	119.584
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(4)	-	4	-
Realização do IRPJ e CSLL Diferidos - custo atribuído	-	-	-	1	-	-	1
Constituição de Reservas para Investimentos	-	-	119.588	-	-	(119.588)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2020 - Reapresentado</b>	<b>2.515.546</b>	<b>24.020</b>	<b>392.424</b>	<b>33.316</b>	<b>(85.061)</b>	-	<b>2.880.245</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>2.515.546</b>	<b>40.837</b>	<b>512.487</b>	<b>33.315</b>	<b>(24.553)</b>	-	<b>3.077.632</b>
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	123.800	123.800
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(29.403)	(29.403)
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(1)	-	1	-
Constituição de Reservas Para Investimentos	-	-	94.398	-	-	(94.398)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>2.515.546</b>	<b>40.837</b>	<b>606.885</b>	<b>33.314</b>	<b>(24.553)</b>	-	<b>3.172.029</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias*

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	Reapresentado 30/06/2020
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>		<b>335.186</b>	<b>207.079</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>		<b>412.338</b>	<b>354.342</b>
Lucro Líquido do Período		123.800	119.584
<b>Ajustes para conciliação do lucro Líquido</b>			
Depreciações e Amortizações	29	66.386	65.720
Baixas Investimento, Imobilizado e Intangível		921	3.196
Ajuste a Valor Presente AVP - Créditos a Receber	31	785	(664)
Tributos Diferidos - IRPJ/CSLL	13	7.191	31.457
Encargos, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	18.c	35.363	74.693
Juros Capitalizados	18.c	112	785
Perdas e Provisão/Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa Líquidas		89.391	58.416
Provisão/Reversão de Contingências e outras		88.389	1.155
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>		<b>(85.999)</b>	<b>(147.536)</b>
Créditos a Receber de Usuários	36	(110.768)	(137.966)
Tributos a Recuperar	8	(537)	(582)
Estoques	36	13.461	687
Despesas Antecipadas e Adiantamento a Empregados	9	(2.605)	(65.192)
Depósitos Judiciais		(6.130)	(303)
Fornecedores	-	(17.814)	(4.317)
Consórcios	36	157	(2.336)
Obrigações Trabalhistas	19	38.394	52.892
Obrigações Tributárias	20	130	61.222
Parcelamentos	21	(4.047)	4.028
Obrigações Contratuais	21.1	-	(59.851)
Subdelegação	10	4.757	5.179
Adiantamento Contratual	23	(997)	(997)
<b>Outros</b>		<b>8.847</b>	<b>273</b>
Outras Contas a Receber	11	(1.245)	(294)
Outras Contas a Pagar	24	10.092	567
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>		<b>(86.607)</b>	<b>(109.842)</b>
Aquisição no Imobilizado	15.1	(5.089)	(5.657)
Ativo de Contrato	16	(21.895)	(47.460)
Aquisição no Intangível	17	(54.257)	(55.851)
Títulos e Valores Mobiliários		(2.805)	(874)
Aquisição de estoque para obras	16	(2.561)	-
<b>Caixa Líquido Gerado/(consumido) nas Atividades de Financiamento</b>		<b>(228.707)</b>	<b>11.487</b>
Financiamentos/Empréstimos Captados		134	150.168
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	18.c	(129.490)	(103.420)
Pagamentos de Encargos Financeiros Sobre Captação de Recursos	18.c	(33.070)	(41.939)
Arrendamento Mercantil	19.d	(8.163)	(8.008)
Subvenções	17.1	21.766	14.686
Pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio		(79.884)	-
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>19.872</b>	<b>108.724</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4	168.144	169.607
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	188.016	278.331

*As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias*



**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	Reapresentado 30/06/2020
<b>Receitas</b>			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28	1.284.636	1.230.882
Receita de Construção	28	46.745	76.904
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa / Reversão	30	3.383	(6.880)
Prescrição/Recuperação de Créditos	30	(29.737)	(35.692)
Outorga Subdelegação	28	4.550	4.550
Receitas de Serviços Técnicos	28	1.272	872
Outras Receitas		5.788	1.127
		<b>1.316.637</b>	<b>1.271.763</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>			
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos		(196.872)	(181.208)
Matérias Primas Consumidas		(2.077)	(3.167)
Energia, Serviços de Terceiros		(102.621)	(95.605)
Custo de Construção		(46.745)	(76.904)
Provisão/Reversão Perdas Estoque		15.200	3.494
Outras Despesas		(2.608)	(7.235)
		<b>(335.723)</b>	<b>(360.625)</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>980.914</b>	<b>911.138</b>
<b>Retenções</b>			
Depreciação/Amortização	29	(66.386)	(58.845)
Provisões/Reversões	30	(103.589)	(900)
		<b>(169.975)</b>	<b>(59.745)</b>
<b>Valor Adicionado Líquido</b>		<b>810.939</b>	<b>851.393</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>			
Receitas Financeiras	31	59.308	32.119
		<b>59.308</b>	<b>32.119</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>870.247</b>	<b>883.512</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		<b>870.247</b>	<b>883.512</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>			
Remuneração Direta		324.147	303.666
FGTS		78.364	78.246
Benefícios		25.549	23.868
		<b>428.060</b>	<b>405.780</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>			
Federal		246.980	229.070
Federal - IRPJ /CSLL Diferidos	13	7.191	31.457
Estadual		8.576	7.537
Municipal		4.469	3.830
		<b>267.216</b>	<b>271.894</b>
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>			
Juros	31	47.610	82.768
Aluguéis		3.561	3.486
		<b>51.171</b>	<b>86.254</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprio</b>			
Lucro do Período		123.800	119.584
		<b>123.800</b>	<b>119.584</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias*

**Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Índice das Notas:**

1. Informações Gerais
2. Base para preparação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis
3. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros
4. Caixa e Equivalentes de caixa
5. Títulos e Valores Mobiliários
6. Créditos a Receber de Usuários
7. Estoques
8. Tributos a Recuperar
9. Despesas Antecipadas e Adiantamentos
10. Subdelegação
11. Outras Contas a Receber
12. Depósitos Judiciais
13. Tributos Diferidos
14. Investimentos
15. Imobilizado
16. Ativo de Contrato
17. Intangível
18. Empréstimos e Financiamentos
19. Obrigações Trabalhistas
20. Obrigações Tributárias
21. Parcelamentos e Obrigações Contratuais
22. Negócios Controlados em Conjunto - Consórcios
23. Adiantamento Contratual
24. Outras Contas a Pagar
25. Provisão para Demandas Judiciais
26. Benefícios a Empregados
27. Patrimônio Líquido
28. Receita Operacional Líquida
29. Custos e Despesas
30. Provisões/Reversões Líquidas
31. Resultado Financeiro Líquido
32. Compromissos assumidos
33. Seguros
34. Operação e negociação com partes relacionadas
35. Remuneração da Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário
36. Informações suplementares aos Fluxos de caixa
37. Operação Decantação

## 1. Informações Gerais

A Saneamento de Goiás S.A. - Saneago (“Companhia ou Saneago”) é uma sociedade por ações de economia mista estadual, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), constituída na forma da Lei Estadual nº 6.680 de 13 de setembro de 1967, conforme alterações (“Lei 6.680”), com sede na Av. Fued José Sebba nº 1.245, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, CNPJ 01.616.929/0001-02.

A Saneago atua como prestadora de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, preferencialmente, por meio de concessão e/ou gestão associada, em sistemas públicos ou privados, cumprindo-lhe elaborar estudos, projetos, pesquisas e consultoria e realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de: abastecimento de água; esgotamento sanitário; destinação final dos efluentes e dos resíduos sólidos domésticos, industriais e seus subprodutos; limpeza urbana; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como os de drenagem urbana, dependerão da implantação técnica na Companhia e poderão ser realizados somente mediante contratos de prestação de serviços específicos para esta finalidade. Atualmente, a Companhia não possui nenhum contrato de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

No sentido de adequar-se à Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Companhia implementou as seguintes ações: (i) adequação do Estatuto Social para atendimento da lei; (ii) implementação de processo para indicação da estrutura de governança; (iii) criação do Comitê de Auditoria Estatutário; (iv) criação do Comitê de Elegibilidade Estatutário; (v) criação e publicação do Código de Conduta e Integridade; (vi) criação de programa de treinamento dos administradores, gestores e dos conselheiros fiscais e de administração; (vii) elaboração das políticas de portavozes, de comunicação e de divulgação de informações; (viii) criação de programa de prevenção de atos de corrupção, de distribuição de dividendos e a de prevenção de conflitos de interesses. Todas essas atividades foram implementadas desde 2016, estando sujeitas a aprimoramento desde então.

Foi publicado o Decreto Estadual nº 9.406/2019 que institui o programa de compliance público, definido como um conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando os eixos da ética, da transparência, da responsabilização e da gestão de riscos. O decreto citado revogou o Decreto Estadual nº 7.905 de 11 de junho de 2013. A Saneago vem empenhando esforços, em consonância com as recomendações da Controladoria Geral do Estado - CGE-GO na implementação do referido Decreto. O Conselho de Administração instituiu o Comitê Setorial de Compliance o qual possui caráter consultivo e permanente para questões relativas ao Programa de Compliance Público com o objetivo de zelar pela implementação dos eixos.

Por meio da Lei Estadual nº 21.028 de 22 de junho de 2021 houve reforma na lei de criação da Saneago (Lei nº 6.680/1967), afim de garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias, constituição de sociedade de propósito específico e subsidiárias de âmbito local.

### **Contratos de programa e de concessão:**

A Saneago, em 30 de junho de 2021, possui 226 contratos em operação que estão assim distribuídos: 140 contratos em vigor, sendo 78 contratos de concessão e 62 na modalidade de contratos de programa, representando um percentual médio de 84,50% do faturamento.

Existem 86 contratos vencidos que representam 15,50% do faturamento, para os quais a Companhia tem correspondentes ativos intangíveis no valor total de R\$ 697.275, de um total de R\$ 2.727.822 conforme nota explicativa 17 e cuja realização depende de regulamentação da Agência Nacional de Água - ANA para definição da metodologia de cálculo de indenizações.

O prazo médio dos contratos de concessão e programa vigentes é de 23 e de 30 anos, respectivamente, contados a partir da data de assinatura. Os contratos possuem o seguinte cronograma de vencimentos: 86 vencidos, 71 a vencer nos próximos 15 anos, 11 a vencer entre 15 e 20 anos e 58 a vencer após 20 anos.

Abaixo estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Status	Data de Vencimento	% Faturamento 2TR121	Tipo de Contrato	Prazo (anos)
Goiânia	Em Vigor	17/12/2049	36,84%	Programa	30
Anápolis	Em Vigor	27/02/2050	7,18%	Programa	30
Aparecida De Goiânia	Em Vigor	01/11/2041	4,17%	Programa	30
Valparaíso De Goiás	Em Vigor	16/11/2048	2,62%	Programa	30
Rio Verde	Em Vigor	01/11/2041	2,41%	Programa	30
Luziânia	Em Vigor	01/12/2045	2,12%	Programa	30
Formosa	Em Vigor	14/03/2025	2,04%	Concessão	25
Itumbiara	Em Vigor	23/02/2025	1,73%	Concessão	20
Planaltina	Em Vigor	01/04/2030	1,51%	Concessão	25
Trindade	Em Vigor	01/11/2041	1,38%	Programa	30
Jataí	Em Vigor	01/11/2041	1,31%	Programa	30
Águas Lindas De Goiás	Em Vigor	28/12/2048	1,25%	Programa	30
Novo Gama	Em Vigor	16/11/2048	1,19%	Programa	30
Goianésia	Vencido	15/06/2020	1,17%	Concessão	25
Cidade Ocidental	Em Vigor	01/11/2041	1,14%	Programa	30
Inhumas	Em Vigor	17/06/2050	1,01%	Programa	30
Quirinópolis	Vencido	24/06/2016	0,97%	Concessão	20
A vencer 01 - 15 anos			7,35%		
A vencer 16 - 30 anos			9,25%		
Vencidos			13,36%		
			<b>100,00%</b>		

As operações da Companhia estão concentradas no Município de Goiânia que representa 36,84% da receita bruta em 30 de junho de 2021 e 32,05% do ativo intangível (36% da receita bruta e 31,91% do ativo intangível em 31 de dezembro de 2020).

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico no Brasil. Os principais pontos alterados foram: I) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; II) Metas Legais de Universalização; III) Regulação: atribuição à Agência Nacional de Água - ANA para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; IV) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço.

Quanto a regionalização, o Estado tinha a obrigação de promover a regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo os 246 municípios, até a data limite de 15 de julho de 2021, sob pena de a União a fazer.

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) realizou nos dias 12 e 13 de julho, nas cidades de Anápolis e Goiânia, audiências públicas para apresentação da proposta de regionalização dos serviços de saneamento básico para o Estado de Goiás. O Projeto de Lei Complementar (PLC) em discussão institui as microrregiões de saneamento básico do Centro-Oeste e Centro-Leste no Estado e suas respectivas estruturas de governança. O processo de regionalização foi protocolado pelo estado de Goiás junto a Assembleia Legislativa em 15 de julho de 2021 ao qual será objeto de debates pelos Deputados Estaduais.



Com a atualização do Marco Legal do Saneamento Básico, em 2020, foram estabelecidas novas metas de universalização para atendimento dos serviços de saneamento, incluindo o abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgotos e a gestão dos resíduos sólidos que devem ser atingidas até 2033. Os contratos que não contemplem metas de universalização devem ser aditados até 31 de março de 2022.

Além disso, as prestadoras de serviços devem comprovar capacidade econômico-financeira para cumprirem os contratos, segundo a metodologia definida por meio do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021 que regulamentou o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Conforme estudos prévios da Administração, a Companhia espera atender a todos a todos os critérios estabelecidos pelo referido Decreto.

A Companhia tem se adaptado institucionalmente para atender a legislação vigente advinda do novo Marco Legal do Saneamento bem como seus desdobramentos regulamentares complementares. A Companhia ainda aguarda algumas diretrizes gerais regulamentares no âmbito ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) para definir estratégias de atuação tais como o caso da metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados, que incluem os 86 contratos vencidos citados.

Ainda no que se refere ao âmbito corporativo a Companhia: (i) criou unidade especializada para coordenar processos dirigidos à qualificá-la para sua participação nos procedimentos licitatórios e para cumprimento de suas obrigações de modo mais eficiente; (ii) está realizando aditamento dos contratos para adaptá-los às metas legais; e (iii) realizou reforma de sua lei de criação (Lei nº 6.680/1967) afim de garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias e constituição de sociedade de propósito específico e subsidiárias de âmbito local.

Os contratos de concessão existentes na data de publicação da Lei Federal nº 14.026/2020, licitados ou não, “permanecerão em vigor até o advento do seu termo contratual”, conforme previsto pelo artigo 17 do referido Texto Legal. Assim, por força direta do “princípio da continuidade” e por se tratar de serviços essenciais à população, a Saneago continua sendo a responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, até a concretização de novas concessões pelos municípios, bem como a indenização por bens não amortizados, conforme dispõe o artigo 36 da Lei de Concessões.

### **Reajuste de preços:**

Conforme Resolução Normativa nº 0152/19 do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, foi concedido reajuste linear de 5,79% para tarifas de água/esgoto a partir de 1º de julho de 2019. O reajuste foi analisado pela Agência de Regulação de Goiânia - ARG e homologado através do Decreto Municipal nº 1555/2019. No ano de 2020 não houve reajuste tarifário pois a Companhia está em processo de revisão tarifária.

No processo de revisão tarifária 2020 o pedido de realização do 2º Ciclo de Revisão da Saneago foi protocolado junto à AGR e, por meio da Nota Técnica nº 03/2020, foi definida a metodologia a ser utilizada no processo. Em junho de 2020, em razão da pandemia de Covid-19, houve a suspensão dos trabalhos por parte da AGR sendo retomados no mês de setembro de 2020, conforme Resoluções Normativas AGR nº 167 e 170/20. Porém, com a conclusão dos trabalhos de levantamento da Base de Ativos Regulatórios (BAR), a Companhia solicitou a readequação da metodologia do 2º Ciclo de Revisão Tarifária para que considere essa nova base de ativos como referência para a definição das tarifas a serem praticadas, trazendo maior aderência às boas práticas de mercado. O processo de revisão tarifária, atualmente, está em fase de homologação da BAR apresentada pela Companhia às reguladoras.

## Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. A partir de 14 de dezembro de 2020, em consonância com o Decreto Estadual 9.751/2020, a Companhia promoveu o retorno ao ambiente laboral dos empregados colocados em regime de teletrabalho, mantendo apenas grupos específicos. No encerramento do trimestre, em 30 de junho de 2021, o total de empregados somam 5.836 ativos em regime de CLT. Destes, 1.346 são empregados que exercem funções administrativas sendo que 304 estavam em regime de teletrabalho, o que representa 22,59% dos administrativos.

No combate ao COVID-19 o setor de saneamento básico é considerado como “serviço essencial” para manutenção da qualidade de vida das pessoas e principalmente para higiene pessoal, pois o ato de lavar o rosto e as mãos com frequência é uma das principais medidas de prevenção desta doença. Nesse sentido, a Companhia suspendeu os cortes de água para clientes inadimplentes em 19/03/2020 retomando em 04 de janeiro de 2021, exceto para clientes da categoria Residencial Social. Em 09 de abril de 2021 a suspensão do corte foi ampliada para as demais categorias consideradas vulneráveis.

Visto que a atividade de corte é uma importante ferramenta de cobrança, em virtude da retomada desta, foi observada inadimplência de 3,82% no acumulado do segundo trimestre de 2021, o que representa queda de 62,33% em relação ao registrado no mesmo período de 2020.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas informações contábeis intermediárias:

- Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19  
Um risco potencialmente relevante à Companhia na emergência do Covid-19 está relacionado à inadimplência de clientes e considerando a retomada da atividade de corte em janeiro de 2021, a Companhia registrou estorno em sua estimativa de perdas na ordem de R\$ 3.383. A posição de contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2021 bem como as provisões de créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão.
- Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis  
A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativo de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.
- Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores  
A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela Pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que, como todas as empresas, estão expostas a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado no futuro não será afetado por reflexos que a pandemia poderá provocar.

---

## **Autorização para emissão das informações contábeis intermediárias:**

A autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias foi feita pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2021.

## **2. Base para preparação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76 e 11.638/07, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

### **2.2 Moeda Funcional**

A Moeda funcional praticada pela Saneago é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais.

### **2.3 Principais julgamentos e estimativas contábeis**

Para preparação das informações contábeis intermediárias, são utilizadas determinadas estimativas e premissas, que exigem julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, sendo estas, avaliadas continuamente com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Devido a isso, por definição, tais estimativas podem diferir dos resultados reais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo período contábil estão divulgadas a seguir:

#### **a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

As Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de usuários.

Fazem parte da estimativa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes particulares e dos clientes públicos federal e municipal e as faturas vencidas há mais de 90 dias dos clientes públicos estaduais, bem como os demais créditos vencidos e a vencer dos mesmos clientes. Não são considerados na estimativa os créditos de clientes que estejam em processo de cobrança judicial ou aqueles que tenham acionado a Companhia judicialmente. No caso da estimativa a faturar, a perda estimada é calculada com base em percentual de inadimplência histórico apurado em relação a exercícios anteriores.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativa de baixas previstas e o vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

**b) Perdas em estoque**

A provisão para perdas em estoque é constituída com base em política interna da Companhia, sendo realizada avaliação quanto à aplicabilidade de obsolescência para os itens não movimentados nos últimos 12 meses.

**c) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e liquida os tributos diferidos sobre a renda com base nos resultados de suas operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), o reconhecimento é feito com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

Os ativos de tributos diferidos são revisados regularmente quanto à recuperabilidade reconhecendo a provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados tendo por base: (i) o lucro tributável histórico; (ii) as projeções de lucros tributáveis futuros; e (iii) o tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas, as quais podem resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Para maiores informações sobre os impostos diferidos, ver nota 13.

**d) Provisões para demandas judiciais**

A Companhia é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais, incluindo contestações de clientes e fornecedores, nas instâncias administrativas e judiciais. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais quando tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que seja provável a necessidade de saída de recursos visando liquidar a obrigação e o respectivo valor pode ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

Para maiores informações sobre as provisões para demandas judiciais, ver nota 25.

## 2.4 Ativos e passivos financeiros

**a) Ativo financeiro**

A Companhia classifica seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

**b) Passivo financeiro**

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos, e a sua classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.



Os passivos financeiros na categoria de “outros passivos” são subsequentemente mensurados usando o método dos juros efetivos para calcular o custo amortizado e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custos de transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do seu valor contábil líquido.

Os passivos financeiros classificados como “outros passivos” compreendem:

- Saldos a pagar a fornecedores (nota 2.13);
- Empréstimos e financiamentos (nota 2.18).

## 2.5 Receita operacional

### a) Receita de serviços de saneamento

A receita de prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto é reconhecida à medida que os serviços são prestados e mensurados. A receita é reconhecida ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação do serviço e é apresentada líquida de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, incluindo abatimentos e descontos. A receita incorrida, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada período, é estimada e reconhecida nas contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado.

Desta forma, a Companhia reconhece sua receita quando: (i) os serviços são prestados; (ii) o valor pode ser mensurado de forma confiável; (iii) no momento do cumprimento das obrigações de desempenho; e (iv) é provável que os valores serão recebidos.

### b) Receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 Contratos de concessão e CPC 17 (R1) / IAS 11 Contratos de construção, usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto. A margem de lucro sobre a construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é reconhecida no resultado, como receita e custo de construção.

Adicionalmente, pelas disposições do CPC 47/IFRS 15, a infraestrutura em construção é um direito em receber contraprestação futura, sendo os mesmos registrados durante a construção como ativos de contrato. Quando da sua entrada em operação, esses ativos são transferidos para o ativo intangível.

## 2.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo caixa, pelas contas bancárias, arrecadação, depósitos vinculados à obras e por aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimentos originais inferiores a 3 meses da data de aplicação e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são retidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

## 2.7 Créditos a Receber de Usuários

São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As medições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registradas como estimativa a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receitas financeiras.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Os créditos não recebidos que são parcelados assim como os serviços financiados são corrigidos no momento da negociação considerando todo período de recebimento das parcelas. A taxa aplicada é de 1% a.m conforme Resolução Normativa nº 0080/2016-CR, da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e Resolução da Diretoria da Saneago Nº 162/2016. Esses valores são segregados em circulante e não circulante conforme o vencimento das parcelas e são descontados a valor presente contra despesas financeiras - AVP sendo utilizada a mesma taxa de 1% a.m.

### **2.8 Estoques**

Os estoques de materiais destinados ao uso, manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, não superam o valor realizável e estão classificados no ativo circulante deduzidos das provisões para perdas. A provisão para perdas em estoque é constituída conforme nota explicativa 2.3 b.

### **2.9 Demais Ativos Circulantes**

São registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

### **2.10 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, sendo que seus valores foram revisados em 2009 para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática no montante líquido de R\$47.810. A mais valia registrada no ativo imobilizado foi de R\$ 72.440 em contrapartida à conta do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial. Os Tributos Diferidos sobre o total no valor de R\$24.630 foram reconhecidos no passivo não circulante. Estes bens não são reversíveis ao poder concedente e conforme são depreciados ou baixados, os respectivos valores do custo atribuído são transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A depreciação é iniciada quando o ativo imobilizado está disponível para uso, em seu local e em condições necessárias, sendo calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada. A depreciação em linha reta resulta num débito constante durante a vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar.

### **2.11 Intangível**

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, sendo que o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos da aquisição até a data de entrada do bem em operação. A amortização é iniciada quando o ativo intangível está disponível para uso, em seu local e em condições necessárias, sendo calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada. A amortização em linha reta resulta num débito constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. Este grupo de contas é composto pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões em linha com a interpretação do ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O controle das obras em andamento com a respectiva transferência para bens em operação (Ativos Concluídos) se dá mediante documentação emitida pela unidade responsável pela execução de obras, informando que o objeto em questão encontra-se concluído.

A Companhia testa a recuperabilidade dos ativos dos grupos imobilizado e intangível anualmente conforme CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (nota 2.12).

A vida útil econômica dos ativos imobilizado e intangível está assim representada:

Natureza dos Bens	VUE Média/ano*	Natureza dos Bens	VUE Média/ano*
Construções Cíveis	50	Máquinas, Tratores	10
Barragens	50	Custo Atribuído (Geral)	9
Reserv. Tanq. Armazenamento	44	Equipamentos em Geral	9
Instalações Elétricas	40	Proteção e Preser. Ambiental	8
Tubulações	39	Equipamentos de Informática	7
Poços	25	Leasing Equip. Informática	7
Macromedidores	15	Direito de uso Veículos	3
Móveis e Utensílios	13	Obras de Arte	-
Softwares	13	Terrenos	-
Hidrômetros	11	Servidões	-
Veículos	11		

\*Vida Útil Econômica (VUE) Média Ponderada

A partir de estudo realizado no ano de 2019 por empresa qualificada contratada pela Companhia, a vida útil econômica dos bens foi revisada com o objetivo de atender as determinações da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 27 e também para realizar a adequada gestão do ativo imobilizado e Intangível. No exercício de 2020 não houve alteração nas vidas úteis.

#### a) Contratos de Concessão

A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão está sobre o alcance do ICPC 01 - Concessões - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecê-los e a que preço; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) os direitos da Saneago sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos, construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) A Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos.

Os ativos são registrados como intangível - bens afetos à concessão, uma vez que a mesma tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros.

O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007 alterada pela lei nº 14.026/2020 resultando no “Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico”) indica em seu art. 29, inciso 3º que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas. Dessa forma, os investimentos efetuados e que se espera não recuperar por meio da prestação de serviços nos prazos originais dos contratos são mantidos como ativos intangíveis e amortizados pelas respectivas vidas úteis, pois a Companhia considera a expectativa e histórico de continuar renovando seus contratos além dos impactos do “Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico”.

#### b) Subvenção Governamental

A subvenção governamental relacionadas a ativos, quando recebida e cujas obrigações ainda não foram cumpridas, é reconhecida no balanço patrimonial em conta de passivo. Quando todas as condições estabelecidas estiverem cumpridas, o reconhecimento é feito no ativo deduzindo o valor contábil do item relacionado.

Conforme o CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas relacionadas à subvenção que são objeto de compensação, em base sistemática, desde que atendidas as condições de reconhecimento: (I) as condições estabelecidas pela subvenção foram cumpridas; (II) a subvenção foi recebida. Assim, a subvenção relacionada a ativos que depreciam é reconhecida como receita ao longo da vida útil do bem e na mesma proporção da depreciação do bem.

### **c) Licenças de Uso de Software**

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas. Não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

### **2.12 Avaliação ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“Impairment”)**

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de perdas (“impairment”) estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem, dentre outros, os intangíveis resultantes de contratos de concessão/programa relacionados aos sistemas de água e esgoto.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso.

Adicionalmente, a Companhia adota impairment para obras que se encontram paralisadas há mais de um ano e sem expectativa de geração de caixa, sendo os custos diretos e indiretos provisionados em sua totalidade. Caso ocorra a retomada das obras, é realizado o levantamento das perdas incorridas e são reconhecidas no resultado do exercício. O montante da provisão de impairment relacionado a obras paralisadas é de R\$128.347 em 30 de junho de 2021 (RS 128.347 em 31 de dezembro de 2020).

### **2.13 Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

### **2.14 Salários e Encargos sociais**

Os salários, incluindo férias, 13º salário a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

### **2.15 Participação nos Resultados**

Os empregados da Saneago têm participação no lucro apurado no exercício social, conforme art. 75, §3º do estatuto. A participação nos lucros deverá observar os normativos da Companhia e a legislação em vigor, depois de observado o disposto nos artigos 189 e 190 da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.16 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

### a) Tributos correntes

O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, quando devidos, são contabilizados no resultado pelo regime de competência. Os tributos são apurados com base no resultado antes dos tributos apresentado na Demonstração do Resultado e ajustado conforme legislação tributária vigente em relação a despesas não dedutíveis, exclusões de base de cálculo permitidas por lei e eventuais benefícios fiscais. As alíquotas aplicáveis para o Imposto de Renda são de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente ao limite estabelecido, e a Contribuição Social com alíquota de 9%.

### b) Tributos diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias (perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, contingências, obsolescência de estoques, prejuízo fiscal e demais perdas provisionadas), utilizando as mesmas alíquotas dos tributos correntes. São reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade fiscal. Estão apresentados no Balanço Patrimonial pelo valor líquido.

## 2.17 Tributos sobre a receita

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pis - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

## 2.18 Empréstimos e Financiamentos

Montante inicial dos recursos captados de terceiros classificáveis no passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados em conta redutora no passivo em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, demonstrando desta forma a captação líquida conforme CPC 08 (R) item 12.

Para os ativos qualificáveis (ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou para venda) os custos são capitalizados de acordo com o disposto no item 8 do CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, considerando a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos feitos ou a serem efetuados até a liquidação da transação. Portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes.

As variações cambiais referentes ao financiamento de longo prazo, pagáveis em moeda estrangeira, são apuradas entre o saldo contábil do empréstimo à taxa cambial anterior e o saldo do mesmo empréstimo convertido à taxa cambial vigente na data do balanço, e são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras.



### **2.19 Arrendamento**

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, estabelecendo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso (“Ativo de Arrendamento”) igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor (valores abaixo de US\$ 5).

### **2.20 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes**

As provisões relativas às demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado de forma confiável. Se houver obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

A Companhia não possui ativos contingentes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### **2.21 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

### **2.22 Benefícios e Contribuição definida concedidos a Empregados**

Em conformidade com os planos de benefício definido temos (a) obrigação da entidade patrocinadora de fornecer os benefícios pactuados aos atuais e aos ex-empregados; (b) risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) e (c) risco de investimento que recaem, substancialmente, sobre a entidade. Se a experiência atuarial ou de investimento for pior que a esperada, a obrigação da entidade pode ser aumentada conforme item 30, CPC 33(R1).

Nos planos de contribuição definida, a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à sua participação. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora (e, em alguns casos, também pelo empregado) para um plano de benefícios pós-emprego ou para uma entidade à parte, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

Os compromissos atuariais com o plano de benefícios definidos e de contribuição de pensão, aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência à saúde são provisionados conforme os procedimentos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1), baseando-se em cálculo atuarial elaborado por empresa especializada. É utilizado o método da unidade de crédito projetada, líquido do valor justo dos ativos do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

### **2.23 Apresentação de Informações por Segmento**

Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto.

A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

## 2.24 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às informações contábeis intermediárias para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.25 Reapresentação dos saldos comparativos de 30 de junho de 2020

No 4º trimestre de 2020 a Companhia reconheceu os efeitos acumulados de imposto de renda e contribuição social diferidos do ano de 2020 sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal e a base contábil de depreciação/amortização dos ativos imobilizado e intangível que não haviam sido considerados e está reapresentando os respectivos efeitos nos trimestres de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 em 2021. Portanto, para efeito comparativo, conforme as orientações técnicas do CPC 23 sobre Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros, a Companhia está reapresentando a demonstração de resultado referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020. Os ajustes realizados estão demonstrados como segue:

### Demonstração do Resultado em 30 de junho de 2020 (Reapresentada)

	Apresentado		Ajuste *		Reapresentado	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas Líquidas	599.114	1.198.733			599.114	1.198.733
Custos Operacionais	(311.615)	(594.304)			(311.615)	(594.304)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>287.499</b>	<b>604.429</b>			<b>287.499</b>	<b>604.429</b>
Despesas Operacionais	(163.109)	(373.895)			(163.109)	(373.895)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>124.390</b>	<b>230.534</b>			<b>124.390</b>	<b>230.534</b>
Resultado Financeiro Líquido	(15.834)	(50.649)			(15.834)	(50.649)
<b>Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro</b>	<b>108.556</b>	<b>179.885</b>			<b>108.556</b>	<b>179.885</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(13.709)	(28.844)			(13.709)	(28.844)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(13.235)	(10.910)	(10.303)	(20.547)	(23.538)	(31.457)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>81.612</b>	<b>140.131</b>	<b>(10.303)</b>	<b>(20.547)</b>	<b>71.309</b>	<b>119.584</b>
Lucro por Ação	0,03244	0,05571			0,02835	0,04754

A reapresentação da DMPL, DRA e DVA envolveu somente as rubricas de IR e CS Diferidos e/ou Lucro Líquido conforme aplicável.

### 3. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros

#### 3.1 Fatores de risco financeiro

Os negócios da Companhia, sua posição financeira e o resultado de suas operações podem ser afetados por oscilações e sazonalidades da conjuntura econômica, expondo-a aos riscos de:

- a) Risco de mercado (risco da taxa de juros e risco da flutuação cambial)
- b) Risco de crédito
- c) Risco de liquidez
- d) Risco de contratos de Concessão/Programa

#### (a) Risco de mercado

##### Risco da taxa de juros

A Saneago está sujeita às oscilações de cada um dos indexadores das taxas de juros provenientes de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures, e aplicações financeiras, que impactam seus pagamentos e recebimentos e, conseqüentemente, seus fluxos de caixa, tais como TJLP/TLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) ou índices de inflação como IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Conforme Política de Gestão de Riscos Financeiros, para mitigar os riscos inerentes à taxa de juros a Companhia poderá utilizar os seguintes instrumentos financeiros e estratégias: Contratos de Swap, repactuação dos contratos ou liquidação antecipada.

##### Sensibilidade da Dívida

Na análise de sensibilidade para o risco da taxa de juros, utilizou-se o saldo devedor da dívida que tem um dos seguintes indicadores econômicos indexados: IPCA, CDI, Cotação do Dólar, TJLP e TR. Assim, com base na expectativa de mercado para o fechamento desses indexadores em Junho de 2021, procedeu-se a simulação de três cenários. O Cenário provável considera a evolução esperada dos indicadores, enquanto os Cenários II e III foram feitos com apreciação na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Indicadores	Sensibilidade da Dívida - 30/06/2021						
	Exposição	Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
		Taxas	Valor	Taxas	Valor	Taxas	Valor
IPCA (FIDC IV )	162.402	6,11%	172.324	7,64%	174.805	9,17%	177.286
CDI (Bancos + Debêntures)	568.523	4,15%	592.117	5,19%	598.015	6,23%	603.914
Dólar (BID)	84.412	5,05	84.613	6,31	105.766	7,58	126.919
TJLP (BNDES)	270	4,88%	283	6,10%	287	7,32%	290
TR <sup>a</sup> (Caixa Econômica Federal)	120.762	0,00%	120.762	0,00%	120.762	0,00%	120.762
<b>Sub Total</b>	<b>936.369</b>		<b>970.099</b>		<b>999.635</b>		<b>1.029.171</b>
Cotas Subordinadas	(88.100)						
Custo de Transação	(15.385)						
	<b>832.884</b>						
Não sujeito a riscos							
FCO - Cezarina e Silvânia (b)	4.773						
	<b>837.657</b>						

- a) Taxa referencial no Brasil na data base das informações contábeis intermediárias é 0%, por isso os cenários não foram alterados.
- b) Contrato na modalidade pré-fixado.

##### Risco da flutuação cambial

A Saneago está sujeita às oscilações de cada moeda que compõe suas relações financeiras, e que, conseqüentemente impactam seu fluxo de caixa. Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado, e, conseqüentemente, impactando as despesas financeiras.

Conforme Política de Gestão de Risco Financeiros, com objetivo de reduzir a imprevisibilidade da variação cambial e otimizar a gestão de caixa aumentando o seu grau de previsibilidade, a Companhia poderá contratar um instrumento de hedge de proteção. Os instrumentos de hedge elegíveis são: Contratos de Swap ou Contrato a Termo de moedas (NDF). A contratação destes instrumentos deverá observar o cálculo de custo versus benefício esperado em relação ao instrumento utilizado.

#### **Sensibilidade da dívida externa - BID**

Em relação ao contrato 1414/OC firmado entre a Saneago e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, não houve adoção de mecanismos de trava de proteção contra as oscilações da variação cambial “contrato de Hedge”, no entanto, a Companhia avaliou a possibilidade de Hedge em virtude das mudanças presentes e prováveis no cenário econômico mundial.

A Análise de Sensibilidade projetada em 30 de junho 2021 para os períodos seguintes apontou ligeira alta no valor esperado da dívida, devido ao aumento da taxa de juros, aceleração da inflação no Brasil e por conta da expectativa de valorização da moeda estrangeira provocada principalmente pela crise no sistema mundial em virtude da pandemia do Covid-19 que tem afetado de maneira substancial as condições financeiras nacionais e internacionais. No âmbito externo, os riscos associados a uma desaceleração da economia global permanecem e também as incertezas sobre políticas econômicas, desaceleração da economia e de natureza geopolítica - notadamente as disputas comerciais - que podem contribuir para um crescimento global ainda menor. Os fatores internos estão relacionados à capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver revés no cenário internacional e à perspectiva de reformas estruturais, especialmente as de natureza fiscal e que propiciem a retomada do processo de recuperação econômica. A cotação do dólar no pagamento da parcela que venceu em outubro de 2020 foi de R\$ 5,59. Para pagamento da parcela que venceu em abril de 2021, a cotação foi de R\$ 5,56. A projeção da taxa de câmbio para 2021 é de R\$ 5,05.

Os valores para o dólar destes cenários foram baseados nas publicações realizadas pelo Banco Central do Brasil, Relatório de Mercado - FOCUS (Expectativas de Mercado) em 09 de julho de 2021.

#### **(b) Risco de Crédito**

Praticamente toda a população do Estado de Goiás é cliente da Saneago. Considerando o tipo de negócio da Companhia, para os clientes particulares em inadimplência adota-se a prática de corte no abastecimento, não sendo efetuada nenhuma análise de crédito. Em virtude da pandemia de Covid-19 os cortes foram suspensos no período de 19 de março de 2020 a 03 de janeiro de 2021, sendo mantida a suspensão apenas para clientes da categoria social e demais categorias consideradas vulneráveis. A prática de corte não se aplica para os clientes públicos, no entanto a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência por meio de negociações com prefeituras devedoras e com órgãos da administração pública do Estado de Goiás.

#### **(c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade da Companhia não possuir recursos suficientes para honrar com seus compromissos financeiros ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros na data estabelecida para cada dívida e, por consequência, os descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos.

O risco de liquidez da Companhia decorre principalmente da capacidade da geração de caixa gerado por suas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos federal, estadual e de instituições privadas e é influenciado pela escassez hídrica que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela redução do faturamento em atendimento ao cumprimento de decisão judicial, pela redução na demanda que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela elevação da inadimplência e dos custos e despesas não gerenciais acima dos limites projetados e pelo reconhecimento e realização de despesa não recorrente e não contingenciada.

A gestão da exposição do risco de liquidez da Companhia é realizada por meio do monitoramento e do controle gerencial das entradas e saídas de fluxos de caixa, com programações planejadas para que a Companhia possa cumprir com as suas obrigações.

#### (d) Risco de contratos de Concessão/Programa

Os resultados da Saneago dependem da manutenção dos contratos nos municípios em que opera. Geralmente os Contratos de Concessão e Contratos de Programas têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações o município tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, por descumprimento de obrigações legais ou contratuais, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não amortizados.

### 3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixas e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Posição Financeira Líquida	30/06/2021	31/12/2020
Total dos Empréstimos	837.657	965.493
( - ) Caixa e Equivalentes de Caixa	(188.016)	(168.144)
( = ) Dívida líquida	649.641	797.349
( + ) Total do Patrimônio Líquido	3.172.029	3.077.632
( = ) Total do Capital	3.821.670	3.874.981

### 4. Caixa e Equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Fundo Fixo	49	12
Bancos - Conta Corrente / Arrecadação	14.140	21.907
Bancos - Contas Vinculadas a Obras	626	3.089
Bancos - Arrecadação a Liberar (a)	7.874	14.225
Aplicações Financeiras (b)	165.327	128.911
	<b>188.016</b>	<b>168.144</b>

Consistem em numerários em poder dos bancos e investimentos no mercado financeiro, aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(a) Refere-se ao float bancário com liberação entre 1 a 3 dias úteis após o ingresso na conta bancária;



(b) As aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

30/06/2021				31/12/2020			
Banco	Conta	Valor	Remuneração	Banco	Conta	Valor	Remuneração
B. Brasil	6013-5	-	-	B. Brasil	6013-5	563	92%CDI
B. Brasil	6544-7	552	100%CDI	B. Brasil	6544-7	546	92%CDI
BBM	701742-7	4.336	100%CDI	BBM	701742-7	4.396	100%CDI
BBM	701866-0	4.334	100%CDI	BBM	701866-0	4.655	100%CDI
Bradesco	1368-4	644	10,9%CDI	Bradesco	1368	359	6,32%CDI
Bradesco	1371-4	407	77,38%CDI	Bradesco	1371-4	-	-
Itaú	14095-6	391	28,17%CDI	Itaú	14095-6	259	5,38%CDI
Itaú	2989-4	4.535	28,17%CDI	Itaú	2989-4	6.646	5,38%CDI
Itaú	2989-4	36.946	90,97%CDI	Itaú	2989-4	-	145,16%CDI
Itaú	14094-9	228	28,17%CDI	Itaú	14094-9	153	5,38%CDI
Safra	23190-0	10	20,53%CDI	Safra	23190-0	10	346,1%CDI
Santander	45000004-5	4.208	102,50%CDI	Santander	45000004-5	-	-
Santander	63-000013-7	108.736	103,00%CDI	Santander	63-000013-7	111.324	103,00%CDI
		<u>165.327</u>				<u>128.911</u>	

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas informações contábeis intermediárias por estarem atreladas à variação do CDI, ou por se tratar de aplicações em fundos de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valor justo.

As aplicações financeiras no BBM e Bradesco referem-se a uma exigência contratual, na emissão da 4ª, 5ª, 6ª e 8ª emissões de debêntures e são movimentadas mensalmente com o fim de amortizar tais obrigações.

A elevação no grupo de Caixa e Equivalentes de caixa é decorrente do retorno das atividades de corte e consequente elevação da arrecadação da Companhia.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários

Instituição Financeira	Conta	Tipo de Aplicação	Rentabilidade	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Banco do Brasil	6013-5	CDB	92,00% do CDI	570	-
Caixa Econômica Federal	várias	CDB/Fundo FIC	70,46% do CDI	1.319	-
				<u>1.889</u>	<u>-</u>
<b>Não Circulante</b>					
Caixa Econômica Federal	várias	CDB/Fundo FIC	86,20% do CDI	14.186	13.146
				<u>14.186</u>	<u>13.146</u>
<b>Total</b>				<u>16.075</u>	<u>13.146</u>

Tais aplicações são exigências contratuais, estando classificadas no ativo não circulante as reservas em garantia de contratos com vencimento após 12 meses. No ativo circulante estão classificadas as aplicações de contratos com vencimento dentro dos próximos 12 meses assim como as demais aplicações com disponibilidade dentro do exercício.

## 6. Créditos a Receber de Usuários

	30/06/2021			31/12/2020		
	Particular	Público	Total	Particular	Público	Total
Faturados a vencer	122.792	18.416	141.208	108.915	10.664	119.579
A vencer há mais de 30 dias	37.092	5.645	42.737	29.106	6.040	35.146
Vencidos até 30 dias	89.233	533	89.766	91.509	3.873	95.382
Vencidos de 31 a 60 dias	42.702	5.620	48.322	45.241	2.770	48.011
Vencidos de 61 a 90 dias	26.612	7.528	34.140	29.739	2.475	32.214
Vencidos de 91 a 120 dias	21.035	1.895	22.930	21.514	1.546	23.060
Vencidos de 121 a 180 dias	34.238	3.757	37.995	32.940	2.808	35.748
Vencidos de 181 a 360 dias	6.228	7.605	13.833	5.274	5.382	10.656
Vencidos de 361 dias a 5 anos	21.220	70.867	92.087	18.636	85.252	103.888
Vencidos acima de 5 anos	446	6.971	7.417	762	8.331	9.093
Arrecadação a discriminar	(621)	-	(621)	(704)	-	(704)
Estimativa a faturar	87.366	5.455	92.821	89.410	5.521	94.931
(-) AVP Créditos a Receber	(1.636)	(274)	(1.910)	(1.011)	(296)	(1.307)
(-) PCLD	(10.358)	(107.837)	(118.195)	(10.480)	(104.762)	(115.242)
<b>Subtotal</b>	<b>476.349</b>	<b>26.181</b>	<b>502.530</b>	<b>460.851</b>	<b>29.604</b>	<b>490.455</b>
Créditos a receber (Não Circulante)	20.535	16.659	37.194	16.916	17.915	34.831
(-) AVP Créditos a Receber	(3.791)	(3.806)	(7.597)	(3.127)	(4.288)	(7.415)
(-) PCLD	(206)	(2.200)	(2.406)	(1.379)	(7.363)	(8.742)
<b>Subtotal</b>	<b>16.538</b>	<b>10.653</b>	<b>27.191</b>	<b>12.410</b>	<b>6.264</b>	<b>18.674</b>
<b>Total</b>	<b>492.887</b>	<b>36.834</b>	<b>529.721</b>	<b>473.261</b>	<b>35.868</b>	<b>509.129</b>

Os valores acima, no seu reconhecimento, equivalem aos seus respectivos valores justos e não consideram multas, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos. Os créditos não recuperáveis baixados para o resultado (líquido de recuperação de tais perdas) até 30 de junho de 2021 foram de R\$ 29.737 (R\$ 35.691 em 30/06/2020).

Para fins tributários, os créditos com o Governo de Goiás são adicionados quando baixados como perda e excluídos quando recuperados, conforme artigo 9º da Lei 9.430/96. Até o segundo trimestre de 2021, as exclusões pela recuperação de débitos superam as adições num total de R\$ 142 (Até o segundo trimestre de 2020 foi adicionado R\$ 2.022).

A movimentação na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, constituída conforme política mencionada na nota 2.3 a), foi como segue:

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<u>(123.984)</u>
Constituição/Reversão de provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa (nota 30)	<u>3.383</u>
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<u><u>(120.601)</u></u>

Para clientes particulares a política de cobrança consiste inicialmente em reaviso de débito que compreende uma mensagem emitida na fatura da referência seguinte. Após o reaviso é concedido o prazo de 30 dias para pagamento e caso a fatura não seja quitada, há a interrupção do fornecimento de água (corte), que ocorre em média 48 dias após o vencimento da fatura original em períodos normais.

Para os valores a receber com o Governo de Goiás o processo de cobrança é o mesmo porém não ocorre o corte, aplicando-se apenas a etapa de reaviso de débito. A política de provisão para perda estimada são os títulos vencidos há mais de 90 dias.

## 7. Estoques

	30/06/2021	31/12/2020
Materiais para estações de tratamento	5.566	6.984
Materiais para juntas e proteção de tubos	30	24
Materiais e equipamentos elétricos	2.330	4.003
Tubos, conexões para redes e adutoras	30.376	34.381
Materiais para ligações prediais	2.538	1.634
Hidrômetros	6.508	11.872
Válvulas e registros	7.354	7.297
Conjunto motor bomba	998	2.009
Materiais diversos	3.627	3.970
(-) Provisão para Perda Estoque	(6.478)	(21.678)
	<u>52.849</u>	<u>50.496</u>

A movimentação na perda em estoques, constituída conforme descrito na nota 2.3, foi como segue:

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<u>(21.678)</u>
Reversão (Constituição) de Provisão para perdas em Estoque (nota 30)	<u>15.200</u>
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>(6.478)</b>

## 8. Tributos a Recuperar

	30/06/2021	31/12/2020
IRPJ (a)	9.813	9.813
CSLL (a)	2.574	2.574
IRRF	2.684	2.148
Receita Federal (b)	4.016	4.015
	<u>19.087</u>	<u>18.550</u>

- (a) Refere-se a Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (pagamentos a maior por estimativa mensal);  
 (b) Refere-se a pedido de restituição do PAES e pagamento indevido de parcelamento previdenciário.

## 9. Despesas Antecipadas e Adiantamentos

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Prêmios de Seguros	-	154
Fundo Invest. Direitos Creditórios - FIDC IV (a)	11.474	11.478
Adiantamentos para pós graduação	28	29
Adiantamentos para viagens	671	536
Adiantamentos de férias	6	8.521
Adiantamento 13º salário	14.546	4
Remuneração Contratual	6.898	6.898
Gastos com emissão de ações	2.700	2.689
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	41	-
	<u>36.364</u>	<u>30.309</u>
<b>Não Circulante</b>		
Remuneração Contratual (b)	189.353	192.803
	<u>189.353</u>	<u>192.803</u>

(a) Refere-se aos valores de amortização e encargos pagos antecipadamente pela Saneago conforme Regulamento FIDC IV.

(b) Referem-se ao pagamento de indenização pela renovação antecipada junto aos municípios de Goiânia, Anápolis e Águas Lindas, sendo que os valores serão amortizados em 30 anos (prazo contratual).

## 10. Subdelegação

Para cumprimento dos Contratos de Programa celebrados entre a Saneago e os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade, a Companhia optou em subdelegar a prestação dos serviços de esgotamento sanitário através de procedimento licitatório, sendo vencedora a empresa então denominada Foz Goiás Saneamento S.A, (posteriormente denominada Odebrecht Ambiental) cujo contrato nº 1327/2013 efetivou-se em 19 de julho de 2013.

A operação definitiva dos serviços iniciou-se em novembro de 2013 com vigência prevista até 01 de novembro de 2041.

Em 25 de abril de 2017 foi concluída a operação de alienação da totalidade das ações da Odebrecht Ambiental à Brookfield Partners LP, constituindo a nova holding denominada BRK Ambiental Participações S.A, sendo o contrato 1327/2013 operado pela BRK Ambiental Goiás S.A. Esta operação foi feita mediante anuência prévia da Saneago, sendo que a documentação atinente à regularidade jurídica atualmente está sob análise pela Companhia.

O contrato integra a prestação regionalizada realizada pela Saneago e possui as seguintes características:

- Entidade reguladora a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e intervenientes anuentes os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade;
- Pagamento de outorga à Saneago de R\$ 273.000 em 30 (trinta) parcelas anuais, devidamente atualizadas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Final);
- Atendimento e ampliação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários, em 6 (seis) anos, devendo a universalização atingir no mínimo 90% (noventa por cento) da população atendida com abastecimento público de água;
- Ação Comercial Integrada, sob gestão da Saneago, dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário, na área da subdelegação, sendo de responsabilidade da subdelegatária o cadastro de usuários, execução de leitura de hidrômetros, emissão e entrega simultânea de contas/faturas únicas para cobrança, corte e religação de água, micromedição entre outras atividades acessórias relacionadas à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os valores referentes à outorga estão registrados no Ativo Circulante proporcionalmente à duração do contrato e devidamente atualizados pelo IPCA, em contrapartida ao Resultado do Exercício. Os investimentos realizados pela subdelegatária e não amortizados estão registrados no Ativo Não Circulante, representando um direito de recebimento pela Saneago, e em contrapartida no Passivo Não Circulante, que representa uma obrigação da Saneago perante a subdelegatária.

Subdelegação	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Outorga	4.082	10.450	6	1.616
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Investimentos Sistema de Esgoto	917.072	839.500	917.072	839.500
<b>Total</b>	<b>921.154</b>	<b>849.950</b>	<b>917.078</b>	<b>841.116</b>

## 11. Outras Contas a Receber

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Depósitos em garantia	18	18
Consórcio	1.622	375
Adiantamentos Diversos	394	396
(-) Provisão para Perdas	(375)	(375)
	<b>1.659</b>	<b>414</b>
<b>Não circulante</b>		
Contratos sem Concessão (a)	32.765	32.765
(-)Perdas Estimadas p/ Créditos	(32.765)	(32.765)
	-	-

(a) Contratos sem Concessão.

A Companhia está discutindo judicialmente os contratos de concessões de serviços de fornecimento de água e esgoto dos municípios abaixo:

### Caldas Novas

Em face da retomada dos sistemas pelo município em 27 de junho de 1995, a Saneago ajuizou ação de indenização, Processo nº 0033803.68.1995.8.09.0051. Em abril/2020 foi remetido os autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgar o agravo em recurso especial interposto pela Saneago. Em 06 de maio de 2020 o processo foi concluso para decisão do Presidente do STJ. Em 02 de outubro de 2020 o STJ conheceu do Agravo em Recurso Especial, mas negou provimento, mantendo, assim o acórdão do TJGO.

O processo retornou a vara de origem e a empresa aguarda o recebimento pelo juiz responsável.

### Catalão

O município conseguiu retomar o sistema por medida judicial, sendo que a Saneago obteve resultados desfavoráveis, não havendo a possibilidade de retomada do sistema. Foi proposta ação através do Processo nº 37532.36.2016.8.09.0029. Em setembro de 2019 foi solicitado pelo procurador da SAE - Superintendência Municipal de Água e Esgoto de Catalão a habilitação para acesso ao processo eletrônico. Em 02 de junho de 2020 os autos foram conclusos para despacho do Juiz, que poderá designar novo perito para o caso.

## 12. Depósitos Judiciais

	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos Judiciais	22.199	16.069
	<b>22.199</b>	<b>16.069</b>

Do saldo em aberto em 30 de junho de 2021, cerca de 88% correspondem a depósitos realizados nos últimos 5 anos com destaque para depósitos dos processos 5532023-46.2019.8.09.0103 ajuizado pelo Município de Minaçu no valor de R\$6.533 e 241645.61.2008.8.09.0051 ajuizado pelo Município de Goiânia no valor de R\$4.164.

A variação no saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente, à ação trabalhista ajuizada pelo STIUEG, sindicato dos trabalhadores nas indústrias urbanas no estado de Goiás, sob o processo 0011549-64.2017.5.18.0008 e por ação de desapropriação proposta pela Saneago através do processo 0269050-03.2011.8.09.0137. As duas ações encontram-se em andamento e o valor depositado foi de R\$ 1.871 e R\$ 3.072, respectivamente.



### 13. Tributos Diferidos

	30/06/2021				31/12/2020			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total
<b>Tributos Diferidos Ativos</b>								
PCLD-Créditos a Receber	120.600	30.151	10.584	41.005	123.983	30.995	11.158	42.153
Prov. Perda de Estoque	6.479	1.620	583	2.203	21.679	5.420	1.951	7.371
Prov. Perda Investimento	564	141	51	192	564	141	51	192
Prov. Contingências	249.185	62.296	22.427	84.723	145.596	36.399	13.104	49.503
Prov. Perdas de Outros Créditos	375	94	34	128	375	94	34	128
Prov. Contratos Sem Concessão	32.765	8.191	2.949	11.140	32.765	8.191	2.949	11.140
Prov. Perdas de Obras	128.347	32.087	11.551	43.638	128.347	32.087	11.550	43.637
Obrigações Atuariais	37.202	9.300	3.348	12.648	37.202	9.300	3.348	12.648
Provisão para PLR	33.635	8.409	3.027	11.436	33.635	8.409	3.027	11.436
Prejuízo Fiscal IRPJ(a)	-	-	-	-	41.823	10.432	-	10.432
Prejuízo Fiscal CSLL(a)	235.385	-	21.185	21.185	286.131	-	25.752	25.752
<b>Total</b>	<b>844.537</b>	<b>152.289</b>	<b>76.009</b>	<b>228.298</b>	<b>852.100</b>	<b>141.468</b>	<b>72.924</b>	<b>214.392</b>
<b>Tributos Diferidos Passivos</b>								
Depreciação contábil x fiscal	302.718	75.680	27.245	102.925	240.675	60.169	21660	81.829
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.476	12.619	4.543	17.162	50.477	12.619	4.543	17.162
	<b>353.194</b>	<b>88.299</b>	<b>31.788</b>	<b>120.087</b>	<b>291.152</b>	<b>72.788</b>	<b>26.203</b>	<b>98.991</b>
<b>Total Tributo Diferido Líquido</b>				<b>108.211</b>				<b>115.401</b>

Com base nos estudos e nas perspectivas futuras de crescimento, a Companhia mantém registrado seu ativo fiscal limitado ao menor valor entre o montante de lucros futuros e o montante de tributos a serem compensados pela realização das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal.

Abaixo, a projeção de realização do ativo fiscal diferido relativo ao prejuízo fiscal:

Ano	Expectativa de Realização			Soma
	IRPJ	CSLL		
2021	10.432	25.572		36.004

#### Movimentação do Imposto Diferido

Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/2020	115.401
(+) Realização de ativo fiscal diferido - Resultado	13.906
(+) Realização de ativo fiscal diferido - Patrimônio Líquido	-
(-) Realização de passivo fiscal diferido - Patrimônio Líquido	(21.096)
<b>Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 30/06/2021</b>	<b>108.211</b>
<b>Reversão no resultado do exercício em 30/06/2021</b>	
Lucro antes dos impostos	173.673
Alíquota combinada 34%	59.049
(+/-) IRPJ/CSLL sobre adições e exclusões permanentes/temporárias e prejuízo fiscal	(66.239)
<b>Reversão no resultado do exercício</b>	<b>(7.190)</b>

### 14. Investimentos

A Companhia possui cotas de investimentos em algumas empresas onde não exerce influência significativa no montante de R\$ 573, os quais estão contabilizados pelo método de custo. No entanto, a Companhia reconhece uma provisão para impairment por não ter expectativa de realização dos investimentos.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
	Comurg	515
Metrobus	46	46
Outros	12	12
	<b>573</b>	<b>573</b>
Provisão p/ Perdas	(564)	(564)
	<b>9</b>	<b>9</b>

## 15. Imobilizado

	30/06/2021	31/12/2020
Bens de Uso Geral	174.371	171.898
Bens de Uso Geral em Andamento(a)	163.292	160.765
Bens Custo Atribuído	64.820	64.839
Bens de Uso Geral - Leasing	7.242	7.241
Aportes a Realizar - Consórcio Corumbá	46.436	47.303
Regularização Fundiária	222	222
Direito de Uso - Veículos (nota 15.2)	57.142	57.142
Deprec. Acumulada - Direito de Uso (nota 15.2)	(33.765)	(26.238)
Deprec. Acumulada Geral	(107.271)	(103.199)
Deprec. Acumulada - Custo Atribuído	(14.361)	(14.379)
Deprec. Acumulada - Leasing	(5.370)	(5.011)
	<b>352.758</b>	<b>360.583</b>

(a) Composição dos bens de uso geral em andamento:

	30/06/2021	31/12/2020
Bens de Uso Geral (Andamento)	103.412	100.948
Bens de Uso Geral PAC (Andamento)	59.880	59.817
	<b>163.292</b>	<b>160.765</b>

### 15.1 Imobilizado Técnico

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado Técnico	Saldo 31/12/2020	Adição	Baixa	Deprec.	Aporte	Saldo 30/06/2021
Bens de Uso Geral	171.898	2.561	(88)	-	-	174.371
Bens de Uso Geral em Andamento	160.765	2.528	-	-	-	163.293
Bens Custo Atribuído	64.839	-	(19)	-	-	64.820
Bens de Uso Geral - Leasing	7.241	-	-	-	-	7.241
Aportes a Realizar - Cons. Corumbá	47.302	-	-	-	(867)	46.435
Regularização Fundiária	223	-	-	-	-	223
Deprec. Acumulada Geral	(103.199)	-	83	(4.154)	-	(107.270)
Deprec. Acumulada - C. Atribuído	(14.379)	-	19	(1)	-	(14.361)
Deprec. Acumulada - Leasing	(5.011)	-	-	(360)	-	(5.371)
	<b>329.679</b>	<b>5.089</b>	<b>(5)</b>	<b>(4.515)</b>	<b>(867)</b>	<b>329.381</b>

### 15.2 Direito de Uso - Arrendamento

A Saneago aplicou os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, conforme nota explicativa 18 d.

	30/06/2021	31/12/2020
Direito de Uso - Veículos	57.142	57.142
Deprec. Acumulada - Direito de Uso	(33.765)	(26.238)
	<b>23.377</b>	<b>30.904</b>

A movimentação do imobilizado Direito de Uso pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado - Direito de Uso	Saldo 31/12/2020	Deprec. /Amort.	Movimento Período	Saldo 30/06/2021
Direito de Uso - Veículos	57.142	-	-	57.142
Deprec. Acum - Direito de Uso	(26.238)	(7.527)	-	(33.765)
Total	<b>30.904</b>	<b>(7.527)</b>	-	<b>23.377</b>

Conforme deliberação CVM N° 859, de 07 de junho de 2020 a Companhia revisou seus arrendamentos firmados de acordo com o CPC 06 (R2) e identificou que não houve modificações de contrato ou de pagamento dos Direitos de Usos e que esses ativos permaneceram em normal operação mesmo em meio ao cenário de Pandemia (COVID-19).

### 16. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa efetiva dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativos de Contratos	Saldo	Adição	Ajuste de Inventário	Transf. P/ Almojarifado	Transf. P/ Intang.	Compras p/ Estoques	Aplicação de Estoque em Obras	Saldo
	31/12/20							30/06/2021
Sistema de Água	253.634	10.211	-	-	(954)	-	-	262.891
Sistema de Esgoto	427.600	11.684	-	-	(17.594)	-	-	421.690
Estoque de Obras	48.918	-	(1.442)	(186)	-	5.979	(2.403)	50.866
	<b>730.152</b>	<b>21.895</b>	<b>(1.442)</b>	<b>(186)</b>	<b>(18.548)</b>	<b>5.979</b>	<b>(2.403)</b>	<b>735.447</b>

### 17. Intangível

	30/06/2021	31/12/2020
Sistema de Água	2.591.800	2.572.495
Sistema de Esgoto	2.822.015	2.801.866
Bens de Uso Geral	10.181	7.834
Software (Licenças)	40.264	34.189
Amortização Acumulada	(2.724.998)	(2.675.421)
Aportes a Realizar - Águas Lindas	55.277	55.544
Provisão Para Perdas (Impairment)	(128.347)	(128.347)
Operação Decantação (Nota 37)	(118.494)	(118.494)
Regularização Fundiária	37.939	38.427
Não Oneroso - Água	51.492	46.611
Não Oneroso - Esgoto	90.693	89.179
	<b>2.727.822</b>	<b>2.723.883</b>

### A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Saldo 31/12/2020	Adição	Baixa	Deprec. Amort.	Aporte	Imobilização de Obras	Saldo 30/06/2021
<b>Intangível em uso</b>							
Sistema de Água	2.572.495	19.643	(2.674)	-	-	2.336	2.591.800
Sistema de Esgoto	2.801.866	895	-	-	-	19.255	2.822.016
Bens de Uso Geral	7.834	2.346	-	-	-	-	10.180
Amortiz. Acumulada	(2.675.421)	-	1.759	(51.336)	-	-	(2.724.998)
Software (Licenças)	42.746	9.082	-	-	-	-	51.828
Amort. Software (Licenças)	(8.557)	-	-	(3.007)	-	-	(11.564)
Aportesa Realizar - Águas Lindas	55.544	-	-	-	(267)	-	55.277
Provisão Para Perdas (Impairment)	(128.347)	-	-	-	-	-	(128.347)
Operação Decantação (Nota 37)	(118.494)	-	-	-	-	-	(118.494)
Regularização Fundiária	38.427	2.556	-	-	-	(3.044)	37.939
Intangível não Oneroso - Água	113	169	-	-	-	-	282
Intangível não Oneroso - Esgoto	-	214	-	-	-	12.957	13.171
(-) Subvenções/Assistências Governamentais	(110)	-	-	104	-	(13.340)	(13.346)
Amortização Bens não onerosos	(3)	-	-	(104)	-	-	(107)
<b>Total</b>	<b>2.588.093</b>	<b>34.905</b>	<b>(915)</b>	<b>(54.343)</b>	<b>(267)</b>	<b>18.164</b>	<b>2.585.637</b>
<b>Intangível em andamento - Não Oneroso</b>							
Não Oneroso - Água	46.610	4.882	-	-	-	-	51.492
Não Oneroso - Esgoto	89.180	14.470	-	-	-	(12.957)	90.693
<b>Total</b>	<b>135.790</b>	<b>19.352</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.957)</b>	<b>142.185</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>2.723.883</b>	<b>54.257</b>	<b>(915)</b>	<b>(54.343)</b>	<b>(267)</b>	<b>5.207</b>	<b>2.727.822</b>

### **17.1) Subvenções Governamentais**

Os saldos dos ativos imobilizado e intangível incluem bens constituídos com recursos próprios e ou adquiridos com repasses de verbas do OGU - Orçamento Geral da União e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 19 de dezembro de 2007 foram celebrados contratos de repasse entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao programa de serviços urbanos de água e esgoto em vários municípios, tendo como Interveniente Executora a Saneago que celebrou convênio com vários municípios. O objeto de cada convênio é estabelecer ação conjunta entre a Saneago e o Município, visando à execução das obras de complementação do sistema de esgoto sanitário e/ou sistema de abastecimento de água, bem como transferir o valor da contrapartida, de responsabilidade do Estado de Goiás, para a Companhia.

As devoluções são tratadas nos contratos de repasse, item 8.5.1, Cláusula oitava - Da execução financeira, conforme Manual de Instruções do PAC, nos seguintes casos:

- Quando não for executado o objeto pactuado no contrato;
- Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
- Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com a vigência contratual, a consecução/ampliação do objeto e como contrapartida.

Nos casos acima, a efetivação da devolução dos recursos obedecerá às regras contratuais de inexecução, execução parcial do objeto ou desconformidades.

Os repasses por municípios estão discriminados abaixo:

Cidade	Contrato	31/12/2020	Ingresso PAC	Obras Concluídas/Outros	30/06/2021
Formosa	0218016-87	7.689	-	-	7.689
Stº Antônio do Descoberto	0218331-07	388	-	-	388
Cristalina	0226017-65	307	-	-	307
Goiânia - Meia Ponte	0226025-62	3.873	-	-	3.873
Valparaíso	0218021-51	-	-	-	-
Luziânia	0218328-52	1.465	-	-	1.465
Planaltina	0218330-94	63	-	-	63
Valparaíso	0218343-40	44	-	-	44
Novo Gama	0226015-46	129	-	-	129
Novo Gama	0226018-79	971	-	-	971
Goiânia - Vila Adélia	0226024-57	7.294	-	-	7.294
Luziânia	0226026-76	68.824	728	-	69.552
Luziânia	0231460-45	57	-	-	57
Trindade	0237772-43	1.189	38	-	1.227
Goiânia	0350788-10	40.315	-	-	40.315
Stº Antônio do Descoberto	0350796-17	2.686	-	-	2.686
Pirenópolis	0350884-88	1.422	26	-	1.448
Aparecida de Goiânia	0351738-28	3.094	3.252	-	6.346
Goiânia Jd Petrópolis SES	0408678-27	23.463	16.510	(4.076)	35.897
Anápolis SES	0408691-99	21.134	1.212	(9.095)	13.251
<b>Total PAC</b>		<b>184.407</b>	<b>21.766</b>	<b>(13.171)</b>	<b>193.002</b>
<b>Outros Programas</b>					
Aduutora João Leite	1524/01	729	-	-	729
Aduutora João Leite	0187/06	1.472	-	-	1.472
Amaralina - FUNASA	25	248	-	-	248
Nerópolis - ANA-PRODES	68/15	4.601	-	-	4.601
Pires do Rio - ANA PRODES	68/15	1.976	-	-	1.976
Campos Verdes FUNASA/SECIMA	TC650/20	383	-	-	383
Goiânia-Recuperação Florestal	0153005/16	604	-	(170)	434
Vianópolis	1288/14	131	-	-	131
Itapirapuã	1283/2014	51	-	-	51
<b>Total Outros Programas</b>		<b>10.195</b>	<b>-</b>	<b>(170)</b>	<b>10.025</b>
<b>Total Geral</b>		<b>194.602</b>	<b>21.766</b>	<b>(13.341)</b>	<b>203.027</b>

## 18 . Empréstimos e Financiamentos

### BID

Os juros são pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada semestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 08 de abril de 2021 foi de 0,96 % ao semestre e 1,93% ao ano. As amortizações são em parcelas semestrais, com início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2027.

### Debêntures 4ª Emissão

Em dezembro de 2017 fez-se instrumento particular de escritura da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 351ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de novembro de 2017, e 352ª reunião do mesmo conselho em 15 de dezembro de 2017.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
130.000	1.000	130.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.1.4, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida têm sua exigibilidade anual.

O índice financeiro a ser verificado anualmente estabelecido para a 4ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e para o encerramento em 30 de junho de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.

### Debêntures 5ª Emissão

Em dezembro de 2018 fez-se instrumento particular de escritura da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 370ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada 08 de novembro de 2018.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
250.000	1.000	250.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro, a ser verificado anualmente, estabelecido para a 5ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e no encerramento em 30 de junho de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.

### Debêntures 6ª Emissão

Em setembro de 2019 fez-se instrumento particular de escritura da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.



A Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 387ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de julho de 2019.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
140.000	1.000	140.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente.

O índice financeiro estabelecido para a 6ª Emissão das debêntures é o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e deve ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário. Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 30 de junho de 2021.

#### **Debêntures 8ª Emissão**

Em novembro de 2020 fez-se instrumento particular de escritura da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 429ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago realizada em 26 de novembro 2020.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
220.000	1.000	220.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente.

O índice financeiro estabelecido para a 8ª Emissão das debêntures é o EBTIDA ajustado menor ou igual a 3,0, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 8ª emissão de debêntures, a ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário a partir de dezembro de 2020.

Conforme Comunicado ao mercado divulgado em 11 de dezembro de 2020 em cumprimento ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/2002, a Fitch Rating Brasil Ltda revisou o rating da Companhia e afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Saneago e de suas emissões de debêntures para 'A-(bra)' - (A menos (bra)), com perspectiva do rating corporativo para Estável.

Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 30 de junho de 2021.

#### **BNDDES**

Os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES contém cláusulas restritivas, com acompanhamento anual, que protegem o interesse do credor estabelecendo condições que não devem ser descumpridas (covenants) que não foram integralmente atendidas, relacionada à cobertura da dívida e capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Administração obteve em 20 de dezembro de 2019 junto a Instituição Financeira, a extinção da exigibilidade do cumprimento dos índices econômico-financeiros a partir de 31 dezembro de 2019.

#### **FIDC IV**

Em assembleia geral realizada em 05 de junho de 2017, conforme previsto no Artigo 50, alínea (e) do Regulamento do Fundo, houve criação do evento de avaliação de índice de monitoramento da Saneago, estabelecendo condições que não devem ser descumpridas e que podem implicar em vencimento antecipado da dívida se não forem integralmente atendidas, relacionadas à cobertura da dívida, vigorando a partir do encerramento do 2º semestre de 2017.

Não houve descumprimento dos índices financeiros, a ser verificado semestralmente relacionados à cobertura da dívida até 30 de junho de 2021.

#### **Banco do Brasil**

Em 20 de dezembro de 2017 foi assinada Cédula de Crédito Bancário - CCB N° 330.701.235 entre a Saneago e o Banco do Brasil. Conforme a Cédula de Crédito Bancário, Cláusula Décima contém restrições onde o Banco poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas.

Cabe ressaltar que os indicadores financeiros têm acompanhamento anual. Na posição de 30 de junho de 2021 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida.



## 18.b Demonstrativo Debêntures

Debêntures	Início	Venc.	taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Valor Captado	Garantias	30/06/2021	31/12/2020
Debêntures 4º Emissão	28/12/2017	15/12/2021	2,95% aa + CDI	1.448	39	130.000	b)	25.236	50.438
Debêntures 5º Emissão	15/11/2018	16/11/2023	2,5% aa + CDI	4.296	1.277	250.000	g)	169.072	203.910
Debêntures 6º Emissão	23/09/2019	23/09/2024	1,2% aa + CDI	3.226	1.571	140.000	h)	140.176	140.103
Debêntures 8º Emissão	27/11/2020	27/11/2025	2,45% aa + CDI	1.254	738	220.000	h)	220.170	220.150
Custos de Transação Debêntures								(3.625)	(4.994)
				<b>10.224</b>	<b>3.625</b>	<b>740.000</b>		<b>551.029</b>	<b>609.607</b>

Circulante 131.634 133.409  
 Não Circulante 419.395 476.198

Descrição	Saldo
Empréstimos e Financiamentos	286.628
Debêntures	551.029
	<b>837.657</b>

- a) Vinculação da arrecadação de 20% do saldo devedor no final de cada mês;
- b) Vinculação da arrecadação de 150% de cada parcela vincenda;
- c) Alienação do bem ao Agente Financeiro;
- d) Vinculação de conta reserva equivalente a 3 vezes o Serviço da Dívida mensal do CT.
- e) Vinculação da arrecadação de R\$ 2 milhões, corrigido;
- f) Vinculação da arrecadação de 10% do saldo devedor no final de cada mês;
- g) Vinculação da arrecadação de 120% de cada parcela vincenda;
- h) Vinculação da arrecadação de 110% de cada parcela vincenda;
- i) Vinculação da arrecadação de 45%;
- j) Aval do Estado de Goiás;
- k) Sem garantia.





## 19. Obrigações Trabalhistas

Circulante	30/06/2021	31/12/2020
Salários a Pagar	4	-
Pensão Alimentícia e Rescisões	141	169
PREVSAN	14	24
CAESAN	6	6
Empréstimos Consignados	-	9
SESI, SENAI	2.660	2.472
Férias a pagar	62.865	59.541
13º Salário a Pagar	23.038	617
FGTS sobre férias e 13º salário	17.897	10.525
INSS a recolher salários	16.405	17.164
Provisão de INSS Férias e 13º salário	24.740	17.147
Programa de Desligamento Voluntário (a)	667	1.967
Participação nos Resultados (b)	33.758	34.160
	<b>182.195</b>	<b>143.801</b>

a) Refere-se aos valores de vale alimentação e assistência médica garantidos pelo Programa de Desligamento Voluntário.

b) Pagamento realizado em julho/2021.

## 20. Obrigações Tributárias

Circulante	30/06/2021	31/12/2020
COFINS	13.360	13.119
Contribuição Social	1.372	-
INSS Prestação de Serviços	1.965	2.414
IRPJ	5.477	-
IRRF Folha de Pagamento e Serviços	6.962	13.037
ISS	1.075	1.036
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	870	870
PIS a Recolher	2.879	2.833
Retenções de Contribuições Federais	435	504
	<b>34.395</b>	<b>33.813</b>
<b>Não circulante</b>		
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	<b>6.862</b>	<b>7.314</b>

### (a) Receita Federal do

#### Brasil INSS - Débitos

#### Previdenciários

A Companhia aderiu ao programa especificado na Lei 13.496/2017, que regulamentou o Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Com isso, após a desistência no processo judicial nº 200935000107769, que incidiu contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de vale alimentação nas competências de 01/2004 a 12/2005, decorrente do não cadastramento no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT, realizou o parcelamento com início em 09/2017 e término previsto para 01/2030:

	Principal	Multa	Juros	Encargos/ Honorários	Total
Parcelamento	6.928	3.769	3.589	3.591	17.877

## 21. Parcelamentos

	Descrição	Início	Final	Qtde Parcelas	Atualização	30/06/2021	31/12/2020
I	AGR - Agência Goiana de Regulação T.A.0255/15	10/12/2015	10/12/2030	180	a)	11.121	11.432
II	AGR - Agência Goiana de Regulação T.A 054/18	10/05/2018	10/04/2033	180	a)	4.223	4.301
III	Prefeitura Municipal de Goiânia	23/06/2018	21/09/2021	20	-	542	1.574
IV	STIUEG - Sindicato dos Trabalhadores	06/08/2020	08/03/2021	8	-	-	1.594
V	Prosul Projetos Supervisão e Planejamento	03/01/2021	03/05/2021	5	-	-	1.127
VI	ANA - Agência Nacional de Águas	31/05/2021	30/11/2021	7	-	233	-
	Outros					17	155
						<b>16.136</b>	<b>20.183</b>
	Circulante					1.643	5.252
	Não Circulante					14.493	14.931

a) Atualização e juros mensais de 1,0% a.m.

### I) AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

Em 10 de dezembro de 2015, a Companhia firmou Termo de Adesão e Parcelamento de Crédito nº 255/15, com fulcro na Lei nº 18.109 de 25 de julho de 2013, modificada pela Lei 18.957 de 16 de julho de 2015.

O montante engloba saldos remanescentes dos Termos de Adesão nº 024/2011 e 0102/2013 referente à Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização - TRCF de períodos anteriores e Autos de Infração relacionados a não cumprimento de requisitos regulatórios.

<b>Total Consolidado</b>	
Principal	10.808
Multa Formal	2.797
Multa	42
Juros	<u>133</u>
	<u><u>13.780</u></u>

### II) AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

Em 10 de maio de 2018, a Companhia firmou Termo de Adesão e Parcelamento de Crédito nº 054/2018, com fulcro na Lei nº 18.109 de 25 de julho de 2013, modificada pela Lei 19.906 de 14 de julho de 2017, que dispõe sobre redução de juro e multa moratória, bem como correção monetária. O débito parcelado foi de R\$ 4.667 e refere-se a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização - TRCF em períodos entre 2016 e 2017.

### III) Prefeitura Municipal de Goiânia

Em 24 de abril de 2017, firmou-se Termo de Acordo entre a Saneago e a Prefeitura Municipal de Goiânia, no valor de R\$ 16.089, sendo R\$ 12.484 relativos à contraprestação pela concessão dos serviços e R\$ 3.605 referente às medições do corte de asfalto do período de 2011 a 2016.

### IV) STIUEG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás

Em 06 de agosto de 2020, a Companhia assinou termo de acordo judicial junto ao Stieug decorrente de ação trabalhista movida pelo Sindicato pleiteando a integração das diárias recebidas acima do percentual de 50% do salário base dos substituídos com devidos reflexos em horas extras, 13º salário, férias e FGTS.

#### V) PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda

Em 20 de dezembro de 2020 foi realizado acordo judicial junto à Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda referente ao processo nº 0020716-83.2011.8.09.0051. O acordo refere-se ao pagamento de encargos moratórios das medições dos contratos 64/2006 e 1242/2008.

#### VI) ANA - Agência Nacional de Águas

O parcelamento refere-se a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Paranaíba nos municípios de Itumbiara, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, referente ao ano de 2020.

### 21.1 Obrigações Contratuais

Descrição	Início	Final	Qtd Parc	30/06/2021	31/12/2020
I Município de Águas Lindas	28/12/2018	11/10/2019	4	15.220	15.220
				<u>15.220</u>	<u>15.220</u>

#### I) Município de Águas Lindas

Em 28 de dezembro de 2018 a Saneago firmou Termo de Acordo com o município de Águas Lindas no qual se compromete a repassar ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Infraestrutura - FMSAI de Águas Lindas, a importância de R\$ 20.293, sendo este valor a título de compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 170/2000 e mediante celebração de Contrato de Programa. Os recursos deverão ser utilizados para obras de esgotamento sanitário no município e estão condicionados ao efetivo cumprimento do cronograma de obras, sendo que, conforme execução das obras, até 30/06/2021 realizou-se o pagamento somente da primeira parcela.

### 22. Negócios Controlados em Conjunto - Consórcios

Passivo Não circulante	30/06/2021	31/12/2020
Consórcio Águas Lindas (a)	93	619
Consórcio Corumbá (b)	47.411	47.861
	<u>47.504</u>	<u>48.480</u>

#### a) Consórcio Águas Lindas

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Águas Lindas em 07 de abril de 2003, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lote 36 a 38, Salas 01 a 04, Setor 01, município de Águas Lindas de Goiás, CEP 72.910-000. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as Companhias consorciadas.

O consórcio tem por objetivo específico traçar as diretrizes para efetivação dos estudos, análises e providências para exploração econômica e implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Águas Lindas de Goiás.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentadas em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o

CPC 19 itens 14 e 15, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme o estatuto, a participação das consorciadas é igualitária em 50%, no entanto a mesma está desproporcional. Em 31 de maio de 2021 a consorciada Caesb detém 49,29% e a Saneago 50,71%, (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 52,82% e a Saneago 47,18%), sendo que a diferença está reconhecida atualmente no ativo não circulante da Saneago.

Balço Patrimonial - Consórcio Águas Lindas					
	31/05/2021	31/12/2020		31/05/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.389	1.495	Aportes a Realizar - Fornecedores	2.870	2.312
Créditos a Receber de Usuários	16.012	14.716	Obrigações Trabalhistas	639	464
Despesas Antecip. e Adiant.	677	677	Outras Obrigações	16.550	16.550
Almoxarifado	377	410		<b>20.059</b>	<b>19.326</b>
	<b>19.455</b>	<b>17.298</b>			
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Provisão para Demandas Judiciais	13	370
Contas a Receber de Usuários	1.018	861		<b>13</b>	<b>370</b>
Depósitos Judiciais	221	225			
Despesas Antecipadas	17.982	18.264			
	<b>19.221</b>	<b>19.350</b>			
<b>Imobilizado e Intangível</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Imobilizado	104	115	Fundo de Participação Saneago	85.387	88.791
Intangível	87.833	88.695	Fundo de Participação Caesb	82.988	89.802
Ativo de Contrato	72.849	72.831	Reservas de Lucros	11.015	-
	<b>160.786</b>	<b>161.641</b>		<b>179.390</b>	<b>178.593</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>199.462</b>	<b>198.289</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>199.462</b>	<b>198.289</b>

#### b) Consórcio Corumbá

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Corumbá em 17 de setembro de 2009, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. Sua constituição está embasada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

O consórcio tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá e visa atender as demandas dos serviços públicos de abastecimento de água dos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental no Estado de Goiás, e das cidades satélites Gama e Santa Maria no Distrito Federal.

Sua administração é exercida por um conselho diretor que tem dez membros com representação paritária e por uma Gerência Executiva que constituirá unidade de gestão administrativa e operacional dirigida por dois gestores. O prazo de duração é de 30 (trinta) anos renováveis por períodos iguais e sucessivos. Em 31 de maio de 2021 a consorciada Caesb detém 61% e a Saneago 39%, (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 61,12% e a Saneago 38,88%), sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante da Saneago.

Balço Patrimonial - Consórcio Corumbá					
	31/05/2021	31/12/2020		31/05/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
			Aportes a realizar - Fornecedores	1.363	1.414
				<u>1.363</u>	<u>1.414</u>
<b>Não circulante</b>					
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>					
<b>Imobilizado</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bens de uso geral	13.247	13.207	Fundo de Participação - SANEAGO	168.233	166.212
Obras em andamento	386.080	383.140	Fundo de Participação - CAESB	263.101	261.246
Obras em andamento - PAC	<u>32.585</u>	<u>32.525</u>	Prejuízos do Exercício	(785)	-
	<u>431.912</u>	<u>428.872</u>		<u>430.549</u>	<u>427.458</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>431.912</u>	<u>428.872</u>	<b>Total do passivo</b>	<u>431.912</u>	<u>428.872</u>

### 23. Adiantamento Contratual

Contratação de instituição bancária, privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços para processar créditos de pagamentos de salários, férias, adiantamentos de viagens, pensões e similares dos empregados da Saneago, nas condições estabelecidos no Edital e seus anexos. A contratada pagou à Saneago pelo serviço licitado a quantia de R\$ 9.970 em parcela única, sendo o prazo de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses a partir de 1 de junho de 2017. O saldo pendente em 30 de junho de 2021 refere-se a 11 parcelas no valor de R\$166 mil correspondente ao período de julho/2021 a maio/2022.

### 24. Outras Contas a Pagar

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Cauções	667	810
Outras contas (a)	<u>25.154</u>	<u>14.919</u>
	<u>25.821</u>	<u>15.729</u>

(a) A variação refere-se principalmente a provisão de despesas de reposição de massa asfáltica devidas ao município de Goiânia e água tratada adquirida ainda não faturadas.

### 25. Provisão para Demandas Judiciais

	30/06/2021	31/12/2020
Processos Cíveis	128.296	55.385
Processos Tributários	17.075	7.137
Processos Trabalhistas	102.615	81.984
AGR - Agência Goiana de Regulação	1.199	1.090
	<u>249.185</u>	<u>145.596</u>

Abaixo a movimentação das provisões:

	Saldo 31/12/2020	Provisões/Reversões Reconhecidas	Saldo 30/06/2021
Processos Cíveis (a)	55.385	72.911	128.296
Processos Tributários	7.137	9.938	17.075
Processos Trabalhistas (b)	81.984	20.631	102.615
AGR - Agência Goiana de Regulação	1.090	109	1.199
<b>Total</b>	<u>145.596</u>	<u>103.589</u>	<u>249.185</u>



Conforme o melhor prognóstico dos advogados responsáveis pelas causas, de acordo com Instrução Normativa da Companhia, as causas que tiveram maior impacto foram:

a) Minaçu

Trata-se de multa ambiental datada de 2002 com inscrição em dívida ativa do município e para o qual foram, dentro das matérias possíveis de discussão, opostos embargos à execução. Os embargos foram julgados improcedentes, no entanto havia expectativa de reversibilidade desta decisão por meio de interposição de recurso pela Saneago. O prognóstico de perda antes possível, foi alterado para provável fundamentado no não reconhecimento em 15 de janeiro de 2021 do recurso interposto aos embargos e na conjuntura processual atual cujos recursos cabíveis não tem capacidade de afastar questões de mérito. A expectativa de pagamento deste processo é a médio prazo e em dinheiro. Dação em pagamento ou parcelamento do crédito tributário depende de autorização legislativa municipal.

b) STIUEG

Em março de 2021 o Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários do Estado Goiás ajuizou três ações coletivas, que discutem o descanso dos operadores de sistema da Companhia no período de março de 2016 a fevereiro de 2021. O prognóstico de perda foi baseado em ações anteriores em que houve condenação (correspondente ao período de 2011 a fevereiro de 2016), aliada à persistência de cenário fático. A administração aplicou medidas no sentido de evitar litígios futuros em situações semelhantes.

Além das principais ações provisionadas citadas acima, ocorreu no 2º ITR de 2021 reversão de provisão no valor de R\$10.000 mil referente a causa de cobrança indevida de hidrômetros movida pelo Ministério Público. Houve acordo para pagamento de indenização no valor de R\$ 6.825 mil o qual já foi quitado.

### Processos Cíveis, Tributários e Trabalhistas

A Companhia é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, tributários e trabalhistas classificadas como prováveis de perdas e devidamente provisionadas de acordo com a Deliberação da CVM 594/09 e CPC 25.

(a) Cíveis, tributários e trabalhistas:

Natureza	Processo	Descrição	Autor	Estimativa
Ambiental	0215530-65.2004.8.09.0011	Execução TAC Aquífero Quartzítico Serra Areais	Ministério Público de Goiás	11.84
Civil	0421373-37.2007.8.09.0103	Execução fiscal certidão da dívida ativa	Prefeitura Municipal De Minaçu	75.12
Civil	5532023-46.2019.8.09.0103	Sentença Provisória referente aos embargos	Prefeitura Municipal De Minaçu	7.18
Trabalhista	0010242-85.2016.5.18.0016	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	31.05
Trabalhista	0011614-8.2016.5.18.0004	Ação Coletiva pleiteando Repouso Semanal Remunerado	STIUEG	23.00
Trabalhista	0010341-76.2021.5.18.0017	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	17.25
Trabalhista	0010242-39.2021.5.18.0007	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	8.80
Trabalhista	0010243-24.2021.5.18.0007	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	5.50
Tributária	0026826-44.2018.4.01.3500	Execução Fiscal	Conselho Reg. De Química	11.45
Tributária	5377963-81.2018.8.09.0158	Execução Fiscal	Pref de Sto Ant do Descoberto	9.47
				<b>200.68</b>

## Causas Possíveis

Estas não são provisionadas, porém são avaliadas constantemente quanto à possibilidade de perdas.

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor Estimado	Qtde.	Valor Estimado	Qtde.
Administrativa	13.720	216	2.434	36
Ambiental	32.514	29	-	-
Cível	101.361	746	181.019	1.260
Criminal	-	3	-	1
Regulatória	99	17	335	10
Trabalhista	9.864	30	4.467	11
Tributária	714.342	13	552.226	10
	<b>871.900</b>	<b>1.054</b>	<b>740.481</b>	<b>1.328</b>

Processo	Autor	Valor
0251149-53.2009.8.09.0117	Eco Engenharia Ltda.	14.194
0407844-63.2014.8.09.0051	Estal Limpeza E Serviços Gerais	5.000
5182910-61.2019.8.09.0051	Ministério Público do Estado de Goiás	25.050
0250140-93.2009.8.09.0137	Ministério Público do Estado de Goiás	4.000
0010469-20.2021.5.18.0010	Ministério Público Do Trabalho	4.000
0057557-58.2003.8.09.0051	Município De Goiânia	367.300
0281694-13.2009.8.09.0051	Município De Goiânia	241.870
0241645-61.2008.8.09.0051	Município De Goiânia	4.164
0279704-45.2015.8.09.0093	Prefeitura Municipal De Jataí	3.092
0350138-73.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal De Minaçu	65.966
0350155-12.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal De Minaçu	22.122
10120.734566/2018-63	Receita Federal Do Brasil	5.548
10120.734564/2018-74	Receita Federal Do Brasil	7.427
10120005927/2003-84	Receita Federal Do Brasil	2.600
10120005929/2003-73	Receita Federal Do Brasil	8.500
0400750-30.2015.8.09.0051	Saalva - Associação Dos Amigos Do Residencial Aldeia Do Vale	9.000
5379008-22.2018.8.09.0126	Sobrado Construção Ltda	4.000
0010290-17.2020.5.18.0012	STIUEG	3.957
		<b>797.790</b>

## 26 Benefícios a Empregados

### 26.a - Plano de benefícios previdenciários - Benefício Definido

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), O plano de suplementação de aposentadoria Benefícios Previdenciários 001 administrado pela PREVSAN é de Benefício Definido, custeado por contribuições dos participantes ativos, vinculados, assistidos e da Patrocinadora Saneago. De acordo com o regulamento do plano, a contribuição mensal da Patrocinadora é em igual valor das contribuições vertidas pelos participantes ativos, mantendo a paridade de um para um.

Os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Pensão, Suplementação de Abono Anual, Benefício Proporcional Diferido.

Estes levam em consideração o Salário Real de Benefício, equivalente à média dos Salários de Contribuição ao Plano e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial. Para elaboração dos estudos, foram efetuadas avaliações atuariais na data base de 30 de novembro de 2020.

Apuração do Passivo (Ativo) líquido		31/12/2020
<b>1 Déficit/(Superávit) apurado</b>		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial		1.184.225
2 Valor justo dos ativos do plano		(1.147.023)
<b>3 Déficit/(Superávit) apurado</b>		<b>37.202</b>
<b>2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>		
1 Efeito do Teto de Ativo		-
2 Passivos Adicionais		-
<b>3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>		<b>-</b>
<b>3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)</b>		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)		37.202

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, percebe-se uma valorização dos Ativos do plano previdenciário do ano de 2019 para o ano de 2020, entretanto os recursos existentes no plano previdenciário em 30 de novembro de 2020 ainda não são suficientes para garantir o pagamento dos compromissos do plano, apresentando ainda um passivo atuarial em 2020 de R\$37.202.

#### **Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções**

As premissas e métodos atuariais adotados foram aqueles requeridos pelos padrões da Deliberação do CPC 33(R1) com a finalidade de estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar os benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora, assim como as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras dessa. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais. Em 2020 para o cálculo da média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios do Passivo, foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas atuariais.

Premissas em	31/12/2020
Taxa real de desconto atuarial	3,66%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,66%
Taxa real de crescimento salarial dos ativos	3,30%
Fator de capacidade sobre os benefícios	0,98
Fator de capacidade sobre os salários	0,98
Inflação esperada	3,32%
Taxa de desconto nominal	7,10%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,10%
Taxa nominal de crescimento salarial dos ativos	6,73%
Mortalidade geral	BR-EMSsb-2015, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI-85 segregada por Sexo
Entrada em invalidez	TASA 27
Taxa anual de rotatividade	1,00% a.a. Linear
Composição familiar	Benefícios a Conceder: Família Média Benefícios Concedidos: Família Real, conforme cadastro dos assistidos

#### **26.b - Plano de benefícios previdenciários - Contribuição Definida**

Aprovado em 16 de abril de 2019, conforme Portaria nº 310 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, CNPB nº 2019.0009-38, o plano de Benefícios Previdenciários 002, administrado pela PREVSAN é de Contribuição Definida, ou seja, modalidade cujos benefícios programados têm seu valor ajustado ao saldo de Cotas mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Custeado por contribuições dos participantes ativos, autopatrocionados, assistidos e da patrocinadora Saneago. A contribuição mensal dos participantes será, no mínimo, 3% do SRC e o máximo a critério do participante. A contribuição da Patrocinadora será, no mínimo 3% do SRC e no máximo 6,10%.

### 26.c - Plano de Assistência à Saúde

A Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago - CAESAN é uma associação privada sem fins lucrativos, destinada a prestar aos seus beneficiários contribuintes, dependentes e agregados, assistência à saúde médico-hospitalar, sob a modalidade de Autogestão patrocinada singular, mediante o oferecimento de planos coletivos sob o regime de contratação por adesão, na forma e condições previstas em Regulamento de Benefícios específicos.

Desta forma, o Programa de Assistência à Saúde é mantido por contribuições normais e especiais, à base de 40% (quarenta por cento) incidentes sobre o montante das despesas dos empregados durante a atividade, no que refere ao patrocínio da Saneago, conforme consta do artigo 68 do Regulamento. Para os ex-empregados e aposentados que optarem pelo programa assumem o seu custo e aquele que seria devido pela patrocinadora, conforme dispõe o artigo 69 do Regulamento.

O Programa de Assistência à Saúde da CAESAN possui característica de Plano de Contribuição Definida. Para fins de atendimento à Deliberação CVM 695/12, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de Plano é apurada através do montante das contribuições da Saneago vertidas ao Plano que, durante o período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 11.860 (R\$12.717 em 30 de junho de 2020), não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

### 27. Patrimônio Líquido

a) O capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e independentemente de reforma no Estatuto Social, até o limite de R\$ 3.125.000.000,00 (três bilhões, cento e vinte e cinco milhões de reais), nos termos da legislação vigente e observada a proporção prevista no estatuto. (Art. 5º §1º do Estatuto).

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.515.546.367,76 (dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), representado por 2.515.546.367 (dois bilhões, quinhentas e quinze milhões, quinhentas e quarenta e seis mil, trezentas e sessenta e sete) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O acionista, Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - Goiás Parcerias, solicitou por meio do Ofício nº 091/2019 - GP, de 18 de outubro de 2019, e confirmado através do Ofício nº 004/2020 - GP, de 09 de janeiro de 2020, a conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais. A conversão no valor de 170.998.719, (demonstrada no quadro abaixo), foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração nº 404/2020 de 30 de janeiro de 2020.

	30/06/2021					
	Nº Ações Ordinárias		Nº Ações Preferenciais		Nº Total de Ações	
Acionistas	Qtidade	%	Qtidade	%	Qtidade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.165	67,2271%
Fundo de Prev. Estadual	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Cia de Inv. E Parcerias Goiás	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.005	0,0002%	11.396	0,0018%	15.401	0,0006%
<b>Total</b>	<b>1.866.906.374</b>	<b>100,00 %</b>	<b>648.639.993</b>	<b>100,00000%</b>	<b>2.515.546.367</b>	<b>100,00 %</b>

Acionistas	31/12/2020					
	Nº Ações Ordinárias		Nº Ações Preferenciais		Nº Total de Ações	
	Qtidade	%	Qtidade	%	Qtidade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.165	67,2271%
Fundo de Prev. Estadual	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Cia de Inv. E Parcerias Goiás	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.005	0,0002%	11.396	0,0018%	15.401	0,0006%
<b>Total</b>	<b>1.866.906.374</b>	<b>100,00 %</b>	<b>648.639.993</b>	<b>100,00000%</b>	<b>2.515.546.367</b>	<b>100,00 %</b>

O valor unitário das ações ordinárias e preferenciais é de R\$ 1,00 (Um real).

#### b) Integralização de Capital

Entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 não houve integralizações.

#### c) Reserva Legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

#### d) Reserva para Investimentos

O saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, é destinado à constituição de reserva para investimentos, conforme Artigo 73, inciso II do Estatuto Social da Companhia.

#### e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Esta conta foi criada pela lei 11.638/07, alterada pela Lei 11.941/09 e visa registrar, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo bem como a realização da depreciação destes bens.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	30/06/2021	31/12/2020
Ajuste de avaliação patrimonial	50.476	50.477
Tributos fiscais diferidos sobre custo atribuído (Nota 13)	(17.162)	(17.162)
	<b>33.314</b>	<b>33.315</b>

#### f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido do exercício de acordo com a legislação societária, sendo devidos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais. Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2021 foi aprovada a proposta da Administração referente a distribuição dos lucros do exercício de 2020 no valor de R\$79.884. O pagamento foi realizado em junho de 2021 na forma de juros sobre o capital próprio, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração nº 431/2021, de 17 de dezembro de 2020.



A Administração da Companhia também realizou em junho de 2021 o provisionamento dos Juros sobre o Capital Próprio pelo resultado intermediário de 2021, a ser creditado aos acionistas da seguinte forma:

<b>Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar</b>	
Resultado Intermediário - 2TRI 2021	123.800
Reserva Legal sobre o resultado Intermediário (5%)	(6.190)
Lucro Distribuível Ajustado	117.610
<b>Dividendos Obrigatórios Compensados (25%)</b>	<b>29.403</b>
Juros Sobre o Capital Imputados aos dividendos	29.403
<b>Total de Proventos aos acionistas até 30/06/2021</b>	<b>29.403</b>

### g) Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. Entretanto os acionistas portadores de ações preferenciais possuem o direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do §1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações.

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Lucro no Período	Lucro por Ação
Ação Ordinárias	1.866.906.374	74,21%	91.878	0,0492
Ação Preferenciais	648.639.993	25,79%	31.922	0,0492
	<b>2.515.546.367</b>		<b>123.800</b>	

## 28. Receita Operacional Líquida

Receitas Brutas	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto	660.314	1.285.434	605.605	1.232.349
Serviços Técnicos	789	1.272	417	872
Outorga Subdelegação	2.275	4.550	2.275	4.550
Receita de Construção	24.226	46.745	47.614	76.904
<b>Total</b>	<b>687.604</b>	<b>1.338.001</b>	<b>655.911</b>	<b>1.314.675</b>
<b>Impostos Incidentes e Devoluções</b>				
PIS	(10.950)	(21.319)	(10.043)	(20.420)
COFINS	(50.434)	(98.199)	(46.256)	(94.055)
Devoluções e Abatimentos	(384)	(797)	(498)	(1.467)
	<b>(61.768)</b>	<b>(120.315)</b>	<b>(56.797)</b>	<b>(115.942)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>625.836</b>	<b>1.217.686</b>	<b>599.114</b>	<b>1.198.733</b>

## 29. Custos e Despesas

Custos dos Serviços	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Pessoal	(149.890)	(300.305)	(143.120)	(281.777)
Materiais	(18.385)	(38.505)	(22.747)	(43.956)
Energia Elétrica	(55.360)	(107.261)	(51.313)	(101.416)
Serviços de Terceiros	(21.785)	(50.894)	(19.204)	(34.668)
Gerais	(1.074)	(2.078)	(1.155)	(2.808)
Amortização	(25.587)	(51.064)	(25.409)	(50.651)
Depreciação	(952)	(1.912)	(1.029)	(2.075)
Deprec. do Custo Atribuído	-	-	-	(1)
Depreciação Leasing	(23)	(47)	(24)	(48)
Crédito de Pis/COFINS Sobre Depreciação e Amortização (a)	3.503	6.983	-	-
	<b>(269.553)</b>	<b>(545.083)</b>	<b>(264.001)</b>	<b>(517.400)</b>
<b>Custo de Construção</b>	<b>(24.226)</b>	<b>(46.745)</b>	<b>(47.614)</b>	<b>(76.904)</b>
	<b>(293.779)</b>	<b>(591.828)</b>	<b>(311.615)</b>	<b>(594.304)</b>

Despesas Administrativas	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Pessoal	(82.053)	(158.171)	(73.401)	(154.040)
Materiais	(896)	(1.797)	(1.333)	(2.810)
Energia Elétrica	(594)	(1.232)	(548)	(1.154)
Serviços de Terceiros	(8.474)	(18.242)	(9.216)	(17.888)
Gerais	(10.283)	(12.701)	(1.916)	(4.433)
Amortização	(1.564)	(3.266)	1.183	3.576
Depreciação	(4.854)	(9.709)	(4.588)	(9.243)
Deprec. do Custo Atribuído	(1)	(1)	(1)	(3)
Depreciação Leasing	(137)	(275)	(138)	(275)
	<b>(108.856)</b>	<b>(205.394)</b>	<b>(89.958)</b>	<b>(186.270)</b>

Despesas Comerciais	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Pessoal	(30.297)	(61.204)	(28.453)	(55.512)
Materiais	(151)	(280)	(93)	(357)
Energia Elétrica	-	-	-	(9)
Serviços de Terceiros	(17.205)	(32.782)	(16.797)	(36.620)
Remuneração de Concessão	(18.342)	(36.212)	(17.875)	(36.383)
Gerais	(2.290)	(3.147)	(337)	(965)
Amortização	(7)	(13)	(8)	(18)
Depreciação	(30)	(61)	(29)	(69)
Depreciação Leasing	(19)	(38)	(18)	(36)
Crédito de Pis/Cofins Sobre Depreciação e Amortização (a)	5	11	-	-
	<b>(68.336)</b>	<b>(133.726)</b>	<b>(63.610)</b>	<b>(129.969)</b>

Despesas e Custos Totais	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Pessoal	(262.240)	(519.680)	(244.974)	(491.329)
Materiais	(19.432)	(40.582)	(24.173)	(47.123)
Energia Elétrica	(55.954)	(108.493)	(51.861)	(102.579)
Serviços de Terceiros	(47.464)	(101.918)	(45.217)	(89.176)
Remuneração de Concessão	(18.342)	(36.212)	(17.875)	(36.383)
Gerais	(13.647)	(17.926)	(3.408)	(8.206)
Amortização	(27.158)	(54.343)	(24.234)	(47.093)
Depreciação	(5.836)	(11.682)	(5.646)	(11.387)
Deprec. do Custo Atribuído	(1)	(1)	(1)	(4)
Depreciação Leasing	(179)	(360)	(180)	(359)
Crédito de Pis/Cofins Sobre Depreciação e Amortização (a)	3.508	6.994	-	-
	<b>(446.745)</b>	<b>(884.203)</b>	<b>(417.569)</b>	<b>(833.639)</b>

(a) A partir do exercício de 2021 os créditos, antes deduzidos das despesas sobre depreciação e amortização, passaram a ser contabilizados e demonstrados em rubrica específica.

### 30. Provisões/Reversões Líquidas

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos	(14.420)	(29.737)	(21.519)	(35.691)
Provisões/Reversões para Contingências	7.911	(103.589)	1.164	(4.650)
Provisões/reversões Líquidas Esp. Liquidação Duvidosa	(1.617)	3.383	7.269	(6.880)
Provisões/Reversões Perdas em Obras	-	-	-	3.750
Provisões/Reversões Perdas de Estoques	(1.086)	15.200	9.456	3.494
	<b>(9.213)</b>	<b>(114.743)</b>	<b>(3.630)</b>	<b>(39.977)</b>

### 31. Resultado Financeiro Líquido

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Juros, Multas e Rendimentos (a)	19.797	40.261	10.091	22.951
Correção Monetária (a)	8.565	16.259	3.890	8.504
Variação Cambial (b)	11.821	2.788	-	-
Ajuste a Valor Presente - AVP	-	-	440	664
	<b>40.183</b>	<b>59.308</b>	<b>14.421</b>	<b>32.119</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros/Multas/Encargos e outras despesas	(22.304)	(45.687)	(24.425)	(52.566)
Ajuste a Valor Presente - AVP	(491)	(785)	-	-
Correção Monetária	(747)	(1.138)	(287)	(573)
Variação Cambial (b)	-	-	(5.543)	(29.629)
	<b>(23.542)</b>	<b>(47.610)</b>	<b>(30.255)</b>	<b>(82.768)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>16.641</b>	<b>11.698</b>	<b>(15.834)</b>	<b>(50.649)</b>

- (b) A Variação verificada nas receitas com Juros, multas e rendimentos e Correção Monetária deve-se ao aumento no recebimento de faturas vencidas e de acordos de parcelamentos que foram acrescidos de multas, juros moratórios e atualização monetária. A recuperação na arrecadação é decorrente da retomada das atividades de corte, após suspensão no ano de 2020 devido ao COVID-19 (vide nota 1).
- (c) A oscilação observada no grupo Variação cambial é referente ao contrato BID 1414/OC de 2002 e reflexo do cenário atual de instabilidade cambial. No 2º trimestre de 2020 tivemos uma elevação no preço do Dólar em relação ao Real de 35,86% passando de R\$ 4,03 para R\$ 5,48 e já no 2º trimestre de 2021 tivemos uma redução, de 3,74% passando de R\$ 5,20 (01/01/2021) para R\$ 5,00 (30/06/2021).

### 32. Compromissos assumidos

Em atendimento à Lei 11.445/2007, a Companhia vem alterando os Contratos de Concessão para Contratos de Programa. Atualmente 62 contratos foram renovados com municípios do Estado de Goiás, nos quais estão definidos os investimentos a serem realizados dentro da vigência do Contrato. Abaixo está discriminado o montante a ser investido e o montante realizado.

Municípios	Vencimento do Contrato Programa	Valor a ser investido	Valor Investido até 30/06/21 Saneago	Valor Investido até 30/06/21 BRK Ambiental	Total Investido
Adelândia	16/01/2048	525	89	-	89
Águas Lindas de Goiás	28/12/2048	309.022	1.253	-	1.253
Anápolis	27/02/2050	525.925	22.529	-	22.529
Anicuns	10/04/2048	42.785	4.570	-	4.570
Aparecida de Goiânia	01/11/2041	988.848	189.797	557.039	746.836
Aporé	06/04/2048	7.682	238	-	238
Aragoiânia	26/12/2042	27.926	1.272	-	1.272
Araguapaz	16/03/2048	5.210	922	-	922
Avelinópolis	22/01/2046	1.724	243	-	243
Barro Alto	26/12/2042	32.703	1.842	-	1.842
Brazabrantes	06/02/2044	8.056	1.344	-	1.344
Cachoeira Alta	27/07/2045	26.167	906	-	906
Caldazinha	02/08/2048	1.070	154	-	154
Campestre de Goiás	06/01/2046	645	311	-	311
Campinaçu	12/08/2045	13.146	9.741	-	9.741
Cavalcante	28/12/2048	1.612	2.109	-	2.109
Cezarina	17/12/2042	23.352	15.056	-	15.056
Cidade Ocidental	01/11/2041	243.394	17.880	-	17.880
Cristalina	07/02/2044	58.952	20.080	-	20.080
Davinópolis	04/05/2048	506	34	-	34
Diorama	24/07/2047	1.091	27	-	27
Divinópolis	05/10/2047	675	166	-	166
Flores de Goiás	14/08/2044	4.221	246	-	246
Goiandira	03/10/2048	1.457	136	-	136

Municípios	Vencimento do Contrato Programa	Valor a ser investido	Valor Investido até 30/06/21 Saneago	Valor Investido até 30/06/21 BRK Ambiental	Total Investido
Goiânia	17/12/2049	3.419.897	144.261	-	144.261
Guarani de Goiás	15/09/2040	962	597	-	597
Guarinos	16/02/2048	1.383	143	-	143
Hidrolândia	03/08/2046	9.737	2.426	-	2.426
Indiara	30/04/2044	32.180	1.731	-	1.731
Inhumas	17/06/2050	79.176	4.134	-	4.134
Israelândia	24/11/2039	3.300	112	-	112
Itajá	19/12/2042	2.328	341	-	341
Itapaci	28/12/2048	56.172	790	-	790
Itapuranga	28/12/2048	8.063	7.397	-	7.397
Jataí	01/11/2041	114.116	33.493	94.849	128.342
Jussara	26/12/2046	5.759	824	-	824
Luziânia	01/12/2045	366.853	28.427	-	28.427
Mambai	07/03/2046	1.689	379	-	379
Minaçu	06/02/2044	57.857	9.936	-	9.936
Morrinhos	30/11/2040	46.917	17.700	-	17.700
Morro Agudo de Goiás	02/05/2046	1.198	395	-	395
Mozarlândia	28/12/2046	1.894	1.109	-	1.109
Nazário	04/05/2048	2.280	231	-	231
Novo Gama	16/11/2048	253.055	2.610	-	2.610
Palmelo	29/10/2042	1.039	162	-	162
Perolândia	21/12/2048	499	173	-	173
Petrolina de Goiás	20/10/2041	6.797	7.435	-	7.435
Pires do Rio	03/11/2038	10.529	23.667	-	23.667
Posse	12/06/2047	19.945	9.546	-	9.546
Rio Verde	01/11/2041	249.889	56.684	185.414	242.098
Santa Cruz de Goiás	28/06/2043	1.497	303	-	303
Santo Antônio da Barra	29/12/2045	3.977	407	-	407
Santo Antônio de Goiás	02/12/2045	15.868	711	-	711
Santo Antônio do Descoberto	10/06/2046	55.686	22.210	-	22.210
São Domingos	28/12/2048	1.334	277	-	277
São João D'aliança	31/05/2049	3.033	1.524	-	1.524
São Luís de Montes Belos	19/12/2042	41.928	5.335	-	5.335
São Miguel do Passa Quatro	18/12/2049	8.686	290	-	290
Trindade	01/11/2041	169.222	21.114	79.770	100.884
Uirapuru	28/12/2048	699	61	-	61
Uruaçu	28/12/2048	44.341	2.570	-	2.570
Valparaíso de Goiás	16/11/2048	389.652	2.979	-	2.979
		<b>7.816.131</b>	<b>703.429</b>	<b>917.072</b>	<b>1.620.501</b>

### 33. Seguros (Não auditado)

Em 05 de julho de 2021 foi renovada a contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para Gestores e Conselheiros (Seguro D&O) com vigência de 12 (doze) meses, mediante o qual a seguradora pagará, em nome dos segurados, toda e qualquer perda pela qual estes venham a ser legalmente obrigados a pagar em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo contratado de garantia que é de cinquenta milhões de reais. O total do prêmio pago será de 336 mil.

A Companhia não possui seguros que cubram a totalidade dos riscos inerentes aos seus negócios bem como dos seus ativos. A ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente o seu desempenho financeiro.

### 34. Operação e negociação com partes relacionadas

Abaixo as entidades que se relacionam com a Saneago, conforme item 9, CPC 05(R1) e deliberação CVM 642 de 07 de outubro de 2010.

### 34.1 Operações com o Estado de Goiás

#### a) Relação de Dependência

A Saneago mantém sua condição de empresa estatal não dependente, ou seja, não recebe do ente controlador, Governo do Estado de Goiás, nenhum recurso financeiro para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital. Exceto aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

#### b) Participação em Financiamentos

O Estado de Goiás participa como fiador em contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de oferecer garantias em contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal e com o BNDES.

#### c) Prestação de Serviços

A Companhia presta serviços de água e esgoto a órgãos da administração pública direta e indireta de responsabilidade do Estado de Goiás, no segundo trimestre de 2021 a receita bruta da Companhia com o Estado de Goiás foi de R\$63.775 (no segundo trimestre de 2020 foi de R\$ 52.914). O saldo dos débitos vencidos e a vencer desses órgãos são os seguintes:

	30/06/2021	31/12/2020
Faturados a vencer	8.682	4.730
A vencer há mais de 30 dias	768	1.030
Vencidos até 30 dias	-	1.614
Vencidos de 31 a 60 dias	4.221	1.135
Vencidos de 61 a 90 dias	6.433	1.158
Vencidos de 91 a 120 dias	1.053	364
Vencidos de 121 a 180 dias	2.201	915
Vencidos de 181 a 360 dias	4.678	2.566
Vencidos de 361 dias a 5 anos	70.688	85.245
Vencidos acima de 5 anos	6.948	8.303
Estimativa a faturar	2.630	2.718
(-) AVP Créditos a Receber	(29)	(51)
(-) PCLD	(102.312)	(106.201)
<b>Subtotal</b>	<b>5.961</b>	<b>3.526</b>
Créditos a receber (Não Circulante)	2.244	1.697
(-) AVP Créditos a Receber	(314)	(226)
(-) PCLD	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.930</b>	<b>1.471</b>
<b>Total</b>	<b>7.891</b>	<b>4.997</b>

Considerando os históricos de recebimentos das faturas de Órgãos Estaduais, a Companhia estabeleceu a política de provisão para perda estimada de liquidação duvidosa os títulos vencidos há mais de 90 dias.

### 34.2 Operações com os Municípios

a) O contrato de programa com o município de Goiânia foi assinado em 17 de dezembro de 2019 com vencimento em 17 de dezembro de 2049. O contrato prevê o pagamento mensal de 5% do faturamento bruto para o Fundo Municipal de Saneamento Básico do município. Até 30/06/2021 o faturamento bruto no município de Goiânia foi de R\$ 495.127, e foram pagos R\$ 24.756.

b) 21 dentre os 140 contratos em vigor, em 30 de junho de 2021, são contratos remunerados com valores que variam entre 2% e 5% da arrecadação do município.

c) A Companhia vem realizando encontros de contas para regularização de débitos, por meio de compensação com os serviços realizados pelas Prefeituras à Companhia. Em 30 de junho de 2021 o saldo de contas a receber, vencido e a vencer, referente a débitos dos municípios os quais a Companhia presta serviços é de R\$ R\$ 74.896, e foram realizados 13 encontros de contas, com acerto de R\$ 427. (31 de dezembro de 2020 R\$ 72.165, e foram realizados 17 encontros de contas, com acerto de R\$ 609).

### **35. Remuneração da Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário**

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário foram de R\$ 2.994 em 30 de junho de 2021 (Em 30 junho de 2020, R\$ 2.898).

#### **a) Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é o órgão normativo e deliberativo e compõe-se de no mínimo 7(sete) e no máximo 11(onze) membros, os quais perceberão honorários mensais de 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

#### **b) Diretoria Colegiada**

A Diretoria é um órgão executivo colegiado com poderes para exercer a administração da Companhia e tem a seguinte composição: Diretoria da Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Financeira, de Relações com Investidores e Regulação, Diretoria de Produção, Diretoria de Expansão e Procuradoria Jurídica. A Assembleia Geral fixará os honorários da Diretoria que não serão inferiores à maior remuneração paga a empregado da Companhia. Os Diretores perceberão honorários equivalentes ao maior salário base da Companhia e a 95% (noventa e cinco por cento) da maior gratificação que for fixada para o cargo de Diretor Presidente.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho de Administração e aos diretores, entretanto os diretores que são empregados da Companhia recebem os mesmos benefícios que os demais empregados.

#### **c) Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal compõe-se de no mínimo 3(três) e no máximo 5(cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A Assembleia Geral que elege o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, de 14% (quatorze por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores.

#### **d) Comitê de Auditoria Estatutário**

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades. Compõe-se de no mínimo de 3(três) e no máximo de 5(cinco) membros, vedada a eleição de suplentes e observando-se os requisitos mínimos dispostos na Lei 13.303/2016. O Conselho de Administração que elege o Comitê de Auditoria Estatutário fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, que equivalerão a 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.



### 36. Informações suplementares aos Fluxos de Caixa

Em relação ao Balanço Patrimonial são reduzidas as variações sem efeito no caixa conforme demonstrado abaixo:

Ativo	30/06/2021	Passivo	30/06/2021
Créditos a Receber de Usuários	(20.592)	Consórcios	(976)
PCLD-Perdas/Reversões /AVP	(96.274)	Transferências no Imobilizado/Intangível	1133
	<u>(116.866)</u>		<u>157</u>
Estoques	(2.353)		
Transferências no Imobilizado/Intangível	614		
Perdas Estimadas em Estoque/Reversões	15.200		
	<u>13.461</u>		

### 37. Operação Decantação

#### Situação Atual:

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal foi rejeitada pelo Juiz Federal da 11ª Vara de Goiânia, diante da ausência de exposição do fato criminoso e dos elementos de convicção para se abrir uma ação penal contra os então investigados.

Da decisão exarada, o Ministério Público Federal apresentou recurso com pedido de reforma, para o recebimento da denúncia e a consequente abertura da ação penal. As partes apresentaram contrarrazões e na data de 30 de junho de 2021 o processo aguardava movimentação pelo juízo, não havendo qualquer decisão contrária àquela de rejeição.

#### Descrição cronológica dos eventos e respostas da administração:

No dia 24 de agosto de 2016, foi deflagrada operação denominada Decantação, visando a apurar, no âmbito da Saneago, a existência ou não de irregularidades em determinadas licitações promovidas pela Companhia, sob o argumento de que estaria ocorrendo possíveis alinhamentos e sobrepreços nesses certames, com possível superfaturamento nas execuções dos respectivos contratos.

Os fatos, segundo consta na denúncia, estariam ocasionando desvios de verbas públicas federais, originárias do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - e de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras, verbas essas destinadas à execução de obras, além de outros atos supostamente praticados em desfavor da Administração Pública.

Importante esclarecer que a Operação foi deflagrada e fundada na necessidade de apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos públicos, cometida por alguns gestores, empregados e fornecedores, sendo que a Saneago não figura como parte no processo judicial da denúncia.

A investigação foi dividida em duas fases, assim discriminadas:

- (I) apuração de atos praticados no âmbito da licitação da obra da qual decorreu a aquisição de conjunto motobombas a ser aplicado na Estação Elevatória de Água Bruta do Sistema Produtor Corumbá IV;
- (II) apuração de eventual ocorrência de fraude na licitação acima referida e suposta prática de sobrepreço no orçamento referência da Companhia, sendo que os responsáveis por supostos atos fraudulentos estariam se valendo de suas atribuições para favorecimentos pessoais e que ainda estariam ocupando os respectivos cargos.

Por decisão da Justiça Federal, houve o afastamento de toda a Diretoria da Empresa. O Conselho de Administração da Saneago agiu prontamente e, no mesmo dia 24 de agosto de 2016, em sua 331ª Reunião, resolveu que a Presidente do Conselho de Administração, Sr.ª Marlene Alves de Carvalho e Vieira, assumiria a Presidência da Empresa interinamente. Essa decisão possibilitou a manutenção regular e adequada da prestação de serviços à população, bem como dos compromissos e encargos assumidos.

No dia 29 de agosto de 2016, em sua 332ª Reunião, o Conselho de Administração se reuniu para a eleição de Diretor-Presidente, sendo eleito o Sr. José Carlos Siqueira, para ocupar o cargo, que esteve até o dia 16 de fevereiro de 2017. O Sr. José Carlos foi substituído por Jalles Fontoura de Siqueira, que ficou no cargo até o dia 31/12/2018. Ou seja, houve célere adoção de medidas voltadas para a recomposição definitiva da Diretoria da Companhia, proporcionando aos acionistas, ao mercado e à população segurança jurídica e administrativa. Posteriormente, ocorreu a eleição dos demais integrantes da Diretoria Colegiada, a qual foi composta parcialmente por empregados de carreira da Saneago.

Os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL) que foram citados na operação foram destituídos dos cargos de confiança que ocupavam por meio da Resolução da Diretoria nº 123/2016, de 06 de setembro de 2016. Aqueles que eram empregados de carreira foram afastados da empresa por 120 dias por determinação da Justiça. Esses empregados posteriormente retornaram do afastamento, porém, não possuem quaisquer poderes de decisão em nenhum departamento na Companhia, além de nenhum deles comporem mais a CPL. Os demais que não pertenciam à carreira, foram devolvidos aos seus órgãos de origem. Na mesma Resolução, foram designados novos membros para a comissão de licitações.

No dia 08 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia, por meio do Processo n.º 18.683/2016, autorizou a contratação de empresa para apurar internamente as irregularidades apontadas na Operação.

Em 26 de dezembro de 2016 foi publicado o edital do Pregão Eletrônico nº 41/2016, em que se sagrou vencedora a empresa Maciel Auditores S/S. O contrato foi assinado em 30 de janeiro de 2017, e o prazo estabelecido para a execução dos serviços foi de 60 (sessenta) dias. Em 22 de março de 2017 a auditoria contratada solicitou mais 30 (trinta) dias para a conclusão dos serviços, pleito esse deferido pela Saneago ante respaldo técnico e jurídico.

O relatório da empresa contratada para realização dos trabalhos voltados para a apuração de eventuais irregularidades apontadas na Operação Decantação foi finalizado em 26 de abril de 2017, em que se apresentou conclusão pela licitude dos procedimentos licitatórios objeto dos trabalhos, inexistindo qualquer mácula capaz de viciar os respectivos certames.

De outra sorte, foi constatada no relatório a ausência de *compliance* sobre a execução de obras, o que ensejou a adoção de diversas medidas voltadas ao atendimento de verificação de não conformidade. Essas medidas proporcionaram uma evolução na gestão e execução de obras, inclusive no tocante ao controle de materiais, equipamentos e recebimento de obras, especialmente com a aquisição de sistema *Enterprise Resource Planning* - ERP.

A partir de 10/11/2017, após alteração do Estatuto Social, foi instituído o Comitê de Elegibilidade Estatutário, o qual passou a fazer a análise de todos os indicados para assumir os cargos de Administradores, Conselheiros Fiscais e integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário, em atendimento à Lei 13.303/2016, fortalecendo ainda mais a segurança jurídica em relação aos administradores da Companhia.

Outro ponto relevante é a adoção pela Companhia do sistema eletrônico do Banco do Brasil para a realização dos pregões (licitações-e).

Em razão das tratativas levadas a efeito entre Ministério das Cidades, Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU), Caixa Econômica Federal (CEF), consórcio construtor (Contratado) e Saneago, houve a repactuação do contrato em relação aos valores das bombas, com a consequente assinatura de Termo Aditivo, o que possibilitou a efetiva retomada das obras da implantação do Sistema Produtor de Água Corumbá IV, atualmente em fase final da obra.

Quanto às obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia, foi apresentada nota técnica/justificativa à CEF sobre o item “transporte”, o qual estava sendo questionado pela instituição financeira. Após análise e mediante autorização da CEF e do Ministério das Cidades, as obras foram retomadas inclusive aquelas referente ao tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgoto Hélio Seixo de Brito.

A Companhia, visando a sua credibilidade perante os Acionistas, o Mercado e a população, entendeu pela necessidade de contratar serviço de Perícia Forense para, em conjunto com as conclusões da Maciel Auditores S/S, oferecer um ambiente dotado da segurança jurídica necessária e também dar conforto à emissão de opinião de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017. Assim, promoveu a contratação da "Ernst & Young - EY", por meio dos Processos n.º 20.734/2017 e 2.474/2018, dos quais decorreram os contratos celebrados em 15 de dezembro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018, para promover a prestação de "Serviços Técnicos Especializados para Execução de Perícia Forense". Neste contexto também, foi instituído o Comitê de Auditoria Estatutário que, ante as suas atribuições, acompanhou e ajustou os planos de investigação juntamente a "Ernst & Young".

Na realização da perícia foram realizados os seguintes procedimentos:

- Coleta de dados e processamento das informações com metodologia e ferramenta forense específica;
- Levantamento das pessoas físicas e jurídicas investigadas pela Operação Decantação;
- Pesquisas detalhadas em fontes públicas para as empresas e indivíduos citados acima e nos relatórios da CGU - Controladoria Geral da União, TCU - Tribunal de Contas da União, MPF - Ministério Público Federal, entre outros;
- Background Check dos signatários que assinam a carta de representação;
- Elaboração de lista de custodiantes e de palavras-chave com base nas alegações para revisão de documentos e conflitos de interesse;
- Análise financeira e de engenharia de uma amostra de contratos celebrados no período de 2007 a 2017 ligados por semelhança ao objeto da investigação - execução de obras.

Também foi apresentado, ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), em agosto de 2018, o Relatório Final de Auditoria Forense, que foi apreciado pelo referido Comitê, em conjunto com Advocacia Independente, tendo sido concluída a análise em janeiro deste ano de 2019. Mesmo antes da referida conclusão, o CAE passou a adotar as medidas necessárias à confirmação dos achados indicados na auditoria forense, bem como para apuração de responsabilidade e eventuais aplicações de penalidades.

O relatório em questão aponta a existência de alguns achados de auditoria acerca das seguintes matérias:

- i) achados quantificáveis, decorrentes de dados financeiros, contábeis e de gestão de assuntos de engenharia, tendo como período de referência os exercícios de 2007-2017, mediante análises de finanças, contratos, comparativo de preços, avaliação de preços unitários e outras transações;

ii) procedimentos de pesquisa de dados e histórico pessoal e empresarial, visando a identificar relacionamentos e possíveis conflitos de interesses (*background check*).

Quanto aos achados quantificáveis, estes foram todos catalogados pelo CAE e encaminhados à Auditoria Interna da Companhia, onde alguns foram concluídos e os demais se encontram em sindicância para confirmação (ou não) de sua procedência, com necessária emissão de relatórios conclusivos.

No tocante ao *Background Check*, o Comitê de Auditoria Estatutário acompanhou as investigações necessárias para a confirmação (ou não) das hipóteses apontadas no referido Relatório, que dizem respeito a supostos conflitos de interesses e/ou desvios de conduta, bem como quaisquer outras situações classificadas como irregulares ou com infração à ética ou outros valores importantes para a Companhia, com relatório conclusivo já emitido e aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2018 conforme Ata 372ª RCA.

Concomitantemente, a Administração da Companhia identificou os possíveis efeitos contábeis, mediante a aplicação de uma metodologia razoável que possibilitou a mensuração de valores a serem provisionados. Em decorrência do processo de avaliação e de consistência do Relatório da EY e seus achados e de acordo com os levantamentos dos pagamentos adicionais supostamente indevidos feitos pela Companhia a seus contratados, os impactos dos danos causados nas demonstrações contábeis da Saneago podem ser medidos ou avaliados considerando-se as seguintes premissas:

- A Saneago não tolera corrupção ou quaisquer práticas de negócios ilegais por parte de seus fornecedores, contratados ou prestadores de serviço, nem o envolvimento de seus empregados, dirigentes ou qualquer pessoa que, interna ou externamente à Companhia, exerça gestão ou detenha poder sobre a sua gestão, reputando tais práticas como danosas ao seu patrimônio e/ou imagem;
- A Companhia está realizando auditorias internas tendentes a qualificar e quantificar todos os danos apontados direta ou indiretamente no Relatório da EY, adotando também todas as medidas administrativas e representações que visem à reparação de tais danos;
- É impraticável quantificar o montante dos pagamentos supostamente adicionais de todos os contratos celebrados pela Companhia no período considerado, sendo possível tão somente o cálculo de estimativas consistentes a partir da amostra disponível no Relatório da EY;
- A Companhia ainda não recuperou qualquer valor referente aos adicionais supostamente indevidos referentes a contratos objetos destas provisões e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento, ficando para quando de sua efetiva recuperação o reconhecimento como resultado dos recebidos ou quando a sua realização se tornar praticamente certa.

Foram apontadas, no Relatório Final de Auditoria Forense, algumas possíveis irregularidades. O Relatório analisou 48 (quarenta e oito) contratos considerados prioritários, que totalizam uma base de pagamentos no valor de R\$1.166.017.569,00 (um bilhão cento e sessenta e seis milhões, dezessete mil e quinhentos e sessenta e nove reais). A amostra se deu considerando pagamentos realizados a determinadas empresas no período de 2007 a 2017.

Sobre essa amostra a auditoria forense apontou divergências que totalizariam R\$74.426.982,00 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e novecentos e oitenta e dois reais), o que corresponde a um percentual de 6,383% (seis inteiros e trezentos e oitenta e três milésimos por cento) do valor dos pagamentos da amostra.

Com efeito, a Companhia atualizou os dados referentes aos pagamentos supostamente adicionais feitos no período considerado, extrapolando-o para os demais pagamentos às empresas suscitadas no Relatório de Auditoria, que totalizaram a quantia de R\$1.785.111.980,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, cento e onze mil, novecentos e oitenta reais), sobre o qual foi aplicado o mesmo percentual, resultando um montante de R\$113.943.821,00 (cento e treze milhões novecentos e quarenta e três mil oitocentos e vinte e um reais), a título de divergências estimadas que devem ser objeto de baixas (provisões).

O Conselho de Administração havia aprovado provisionamento, ainda em 31/12/2017, com base em achados constantes dos relatórios preliminares da auditoria forense, no montante de R\$64.785.432,00 (sessenta e quatro milhões setecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais).

Após a conclusão dos relatórios e análise de equipe multidisciplinar, dentre eles técnicos da Companhia e CAE, foi encontrado um razoável para complementar a provisão já existente, conforme demonstra no quadro a seguir:

Descrição		Em reais
<b>Amostra (Período 2007/2017):</b>		
Valor pago em Contratos Prioritários (Relatório EY)		A 1.166.017.570
Valor das Divergências apontadas no Relatório EY nos Contratos Prioritários		B 74.426.982
Relação % das Divergências X Pagamentos Prioritários	(B*100/A)	C 6,383 %
<b>Extrapolação da amostra ao universo dos contratos de obras (Período 2007/2017)</b>		
Valor total pago em todos os contratos relacionados com a "Operação Decantação"		D 1.709.805.620
Valor total pago em contratos de empresas listadas em <i>BackgroundCheck</i>		E 75.306.360
<b>Sub-Total</b>	(D+E)	F 1.785.111.980
Estimativa provisão s/contratos relacionados com a "Operação Decantação"	(F*C/100)	G 113.943.821
Valor Provisionado em 31 de dezembro de 2017		H 64.785.432
<b>Sub-Total</b>	(G-D)	I 49.158.389
Efeitos tributários sobre contratos lançados em resultado		L 4.550.663
Provisão complementar rerepresentada em 01 de janeiro de 2018	(I+L)	K 53.709.052

O processo judicial que apura os fatos no âmbito da operação da Polícia Federal denominada "Decantação" se encontra, ainda, em fase de recebimento da Denúncia ofertada pelo MPF.

Adicionalmente, considerando os fatos ocorridos nos dias 28 de março e 4 de abril de 2019, em que a Polícia Federal deflagrou os desdobramentos da 1ª operação, a Companhia divulgou comunicados ao mercado em que afirma o seguinte:

- Em relação à operação deflagrada pela Polícia Federal, relacionada a fatos ocorridos no período de 2012 a 2016, a Saneago destaca que a atual gestão da Empresa tem priorizado a implantação das melhores práticas de governança e *compliance*, para garantir a lisura em todos os processos da Companhia;
- Dentre as ações tomadas está a criação da Superintendência de Governança, unidade responsável pela implantação de uma série de políticas estratégicas, como a Política de Alçadas, documento que normatiza a tomada de decisões pela Diretoria Colegiada, a Política de Prevenção de Conflito de Interesses, em conformidade com o Código de Conduta e Integridade da Companhia, a Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Prevenção de Atos de Corrupção;
- A Saneago informa ainda que permanece prestando toda a colaboração necessária às investigações e está resguardada das ações levadas a efeito, posto que a Companhia não é parte dos autos do processo. A Saneago está inteiramente à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos que venham a surgir e manterá o mercado informado oportunamente.

É importante destacar, também, que há menção, na Operação Decantação 3, de que algumas empresas citadas na 1ª. Fase da Operação estariam ainda celebrando contratos com a Saneago. Contudo, a Companhia confia nas medidas de governança adotadas após 2016, dentre as quais merecem destaque:

1. As gerências de *Compliance* e de Gestão de Riscos estão trabalhando na elaboração de matrizes de riscos em todas as contratações das empresas citadas nas Operações Decantação 1, 2 e 3, com o objetivo de clarificar os riscos aos quais a Saneago estaria exposta nesses contratos, bem como vislumbrar ações mitigatórias destes riscos;
2. A Gerência de *Compliance* está reestruturando o fluxo de indicação de cargos de gestão na empresa, conforme Deliberação de Diretoria Colegiada;
3. Foi realizado estudo sobre adequação do processo de Gestão de Contratos e Fornecedores ao Código de Conduta e Integridade da Companhia, às Políticas de Prevenção de Atos de Corrupção, de Prevenção de Conflito de Interesse e ao Regulamento de Procedimentos de Contratação da Saneago, o que resultou na criação de duas declarações que são exigidas aos fornecedores.

As Gerências de Compliance e Gestão de Riscos realizaram trabalho no qual consiste a elaboração de matrizes de riscos nas contratações das empresas citadas nas Operações Decantação 1,2,3, para diagnóstico do risco intrínseco, segundo a percepção do gestor, bem como a conscientização deste sobre os eventos de riscos na execução destes contratos, resultando em risco médio e alto para Saneago, no qual está sendo estabelecida medidas mitigatórias capazes de reduzir o risco.

Importante informar, também, que o Juiz condutor dos autos do processo criminal decorrente da operação denominada “Decantação - Fase 1” (Processo n.º0020618-15.2016.4.01.3500), em trâmite na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, proferiu decisão rejeitando a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, na medida em que entendeu, o referido Julgador, que a peça criminal inaugural não atendeu aos requisitos contidos no Código de Processo Penal para ser recebida pelo Poder Judiciário. Vale ressaltar que não se adentrou no mérito da denúncia, uma vez que o motivo da rejeição, cuja decisão ainda será analisada em grau recursal, se deu com base em não atendimento de requisitos formais previstos em lei.

Em janeiro de 2020, o Ministério Público Federal interpôs Recurso em sentido estrito (RESE) contra a decisão de primeira instância que rejeitou a denúncia por estar manifestamente inepta (falta de requisitos mínimos da peça acusatória), impugnando assim pela reforma da decisão e, conseqüentemente, prosseguimento da ação penal. O recurso foi apenas conhecido e aguarda decisão de mérito do juiz responsável pelo processo, que pode reconsiderar e receber a denúncia. Em mantida a decisão, os autos sobem ao Tribunal Regional Federal para decisão colegiada.

Por último, cabe destacar que a Saneago foi uma das primeiras Companhias do País a se adequar aos preceitos da Lei nº 13.303, de 29 de junho de 2016, inclusive no tocante à elaboração de normativa própria de contratações. Nesses termos, todas as Companhias teriam o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem aos preceitos da referida lei. Desde o fim de 2016, então, diversas medidas internas foram adotadas no sentido de adequar a Companhia a referidos preceitos, sendo que no início de 2018 as medidas determinadas no Estatuto das Estatais já estavam completa e efetivamente implantadas nas Saneago, ou seja, quase 6 meses antes do prazo final.



Ricardo José Soavinski  
Diretor Presidente

Hugo Cunha Goldfeld  
Diretor Comercial

Silvana Canuto Medeiros  
Diretora de Gestão Corporativa

Paulo Rogério Bragatto Battiston  
Diretor Financeiro, de Relações com Investidores  
e Regulação

Mauro Aparecido Lessa de Souza  
Diretor de Produção

Fernando Cozzetti Bertoldi de Souza  
Diretor de Expansão

Ariana Garcia do Nascimento Teles  
Procuradora Jurídica

Elias Evangelista Silva  
Contador CRC/GO 13.330